



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Maceió, 03/2013



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012 e da Portaria TCU nº 150/2013.

Maceió, 03/2013

Sumário

1. Identificação e Atributos.....	7
1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	7
1.2. Finalidade e Competências Institucionais.....	7
1.3. Organograma Funcional.....	10
1.3.1. Regimento Interno.....	11
1.4. Macroprocessos Finalísticos.....	24
1.5. Principais Macroprocessos de Apoio.....	29
1.6. Principais Parceiros Relacionados aos Macroprocessos Finalísticos.....	30
1.7. Introdução.....	31
2. Planejamento Estratégico, Metas e Funções.....	32
2.1. Planejamento Estratégico.....	32
2.2. Estratégias Adotadas para Atingir os Objetivos Estratégicos.....	34
2.3. Demonstração da Execução do Plano de Metas ou de Ações.....	36
2.4. Indicadores Utilizados.....	39
3. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão.....	40
3.1. Funcionamento do Sistema de Controle Interno.....	40
3.2. Estrutura e Atividades do Sistema de Correição da Unidade.....	41
3.3. Cumprimento das Disposições dos Arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de Julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU, no que tange aos fatos originados em unidade jurisdicionada cuja gestão esteja contemplada no relatório de gestão.....	42
4. Programação e Execução Orçamentária e Financeira.....	43
4.1. Relação dos Programas do Plano Plurianual.....	43
4.1.1. Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	43
4.1.2. Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.....	66
4.2. Relação das Ações da Lei Orçamentária Anual.....	68
4.2.1. Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	68
4.2.2. Execução Orçamentária da Despesa.....	69
4.2.2.2. Execução da Despesa de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	69
4.2.2.2.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação.....	69
4.2.2.2.2. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa.....	70
4.3. Demonstração e Análise do Desempenho da Unidade na Execução Orçamentária e Financeira.....	71
5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira.....	71
5.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	71
5.2. Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	71
Análise Crítica.....	71
5.3. Transferências mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Parceria, Termo de Cooperação, Termo de Compromisso ou Outros Acordos, Ajustes ou Instrumentos.....	73
5.3.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	73
5.3.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	74
5.3.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e Seguintes.....	74
5.3.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.....	74
5.3.5. Análise Crítica.....	75
5.4. Utilização de Suprimento de Fundos, Contas Bancárias tipo B e Cartões de Pagamento do	

Governo Federal.....	76
5.5. Renúncia Tributária.....	76
6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados.....	76
6.1. Informações sobre a Estrutura de Pessoal da Unidade.....	76
6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	76
6.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada.....	77
6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho.....	78
6.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	78
6.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	79
6.1.3. Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	79
6.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	80
6.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	80
6.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	80
6.1.5. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	81
6.1.6. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	81
6.1.7. Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação.....	81
6.1.7.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC.....	81
6.1.7.2. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico.....	81
6.1.7.3. Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos.....	81
6.1.8. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.....	81
6.2. Terceirização de Mão de Obra e Quadro de Estagiários.....	82
6.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.....	82
6.2.2. Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público.....	82
6.2.3. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	82
6.2.4. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	83
6.2.5. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	84
6.2.6. Composição do Quadro de Estagiários.....	85
7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário.....	85
7.1. Gestão da Frota de Veículos.....	85
7.1.1. Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada.....	85
Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos.....	85
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ.....	85
Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;.....	86
Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;.....	87
Idade média da frota, por grupo de veículos.....	87
Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);.....	88

Plano de substituição da frota.....	90
Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação.....	90
Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.....	90
Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros.....	90
7.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário Próprio.....	91
7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	91
7.2.2. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ.....	92
8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento.....	93
8.1. Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI).....	93
9. Gestão do Uso de Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	95
9.1. Informações quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens, Materiais de Tecnologia da Informação (TI) e na Contratação de Serviços ou Obras.....	95
9.2. Informações sobre medidas adotadas pelas unidades que compõem o relatório de gestão para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água.....	98
10. Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas.....	99
10.1. Providências Adotadas para Atender às Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria do Órgão de Controle Interno a que a Unidade Jurisdicionada se Vincula ou as Justificativas para o não Cumprimento.....	99
10.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	99
10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	100
10.1.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício.....	100
10.1.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	104
10.2. Cumprimento das Obrigações Estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de Novembro de 1993, Relacionadas à Entrega e ao Tratamento das Declarações de Bens e Rendas.....	106
10.2.1. Análise Crítica.....	106
10.3. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011.....	107
11. Informações Contábeis.....	108
11.1. Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	108
11.1.1. Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos.....	108
11.2. Declaração do Contador Responsável.....	109
11.2.1. Outras Informações.....	110
12. Conclusão.....	111

Índice de quadros e tabelas

Quadro I - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	7
Quadro II – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	40
Quadro III – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ – Ação 201C.....	43
Quadro IV – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ – Ação 2524.....	44
Quadro V – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ – Ação 2723.....	46
Quadro VI – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ – Ação 2816.....	62
Quadro VII – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ – Ação 86A1.....	62
Quadro VIII – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ – Ação 8623.....	63
Quadro IX – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ – Ação 8698.....	64
Quadro X – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ – Ação 14M3.....	65
Quadro XI – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ – Ação 2346.....	66
Quadro XII – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ – Ação 2347.....	66
Quadro XIII – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ – Ação 0181.....	66
Quadro XIV – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ – Ação 2000.....	67
Quadro XV – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	68
Quadro XVI – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação.....	69
Quadro XVII – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	70
Quadro XVIII - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	71
Quadro XIX – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	73
Quadro XX – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	74
Quadro XXI – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes.....	74
Valor repassado por ano e mês de competência.....	75
Quadro XXII – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	76
Quadro XXIII – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12.....	77
Quadro XXIV – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	78
Quadro XXV – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12.....	78
Quadro XXVI – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	79
Quadro XXVII - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	79
Quadro XXVIII - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....	80
Quadro XXIX - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	80
Quadro XXX – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007).....	81
Quadro XXXI - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	83
Quadro XXXII - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	84
Quadro XXXIII - Composição do Quadro de Estagiários.....	85
Quadro XXXIV – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	91
Quadro XXXV – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	92
Quadro XXXVI – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada.....	93
Quadro XXXVII - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	95
Quadro XXXVIII – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	98

Quadro XXXIX - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	99
Quadro XL - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	100
Quadro XLI - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	100
Quadro XLII - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	104
Quadro XLIII – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAIF – Coeficiente de Adequação das Unidades Operacionais
CGO – Coordenação Geral de Operações
CGPLAM – Coordenação Geral de Planejamento e Modernização
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola
CIOP – Central de Informações Operacionais da Polícia Rodoviária Federal
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
COEN – Coordenação de Ensino
CR – Corregedoria Regional
DCC – Divisão de Combate ao Crime
DG – Direção Geral
DN – Decisão Normativa
DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal
EDA – Computador de mão, usado para emissão eletrônicas de Autos de Infração, entre outros usos
INFO - Informe
LOA – Lei Orçamentária Anual
MJ – Ministério da Justiça
MPLS – Multi Protocol Label Switching – mecanismo de transporte de dados na internet
NOE – Núcleo de Operações Especiais
NUTEL – Núcleo de Telemática
NUINT – Núcleo de Inteligência
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPA – Plano Plurianual
PRF – Polícia Rodoviária Federal
RELINT – Relatório de Inteligência
SAF – Seção Administrativa e Financeira
SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SEFAZ – Secretaria da Fazenda
SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SPF – Seção de Policiamento e Fiscalização
SRH – Seção de Recursos Humanos
SRPRF – Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

1. Identificação e Atributos

1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro I - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Departamento de Polícia Rodoviária Federal		Código SIORG: 000704	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: 13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/AL			
Denominação Abreviada: 13ª SRPRF/AL			
Código SIORG:	Código LOA: UJ não é UO	Código SIAFI: 200129	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: órgão público		CNPJ: 00.394.494/0124-95	
Principal Atividade: segurança e ordem pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(082) 2122-1300	(082) 2122-1302	(082) 2122-1360
Endereço Eletrônico: sup.al@dprf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: Av. Durval de Góes Monteiro, 2882 – Tabuleiro – CEP 57.081-285 - Maceió/AL			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituição da República Federativa do Brasil – 1988	A Polícia Rodoviária Federal está inclusa no Capítulo III (Da Segurança Pública – Artigo 144)		
Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1.990	Inclui a Polícia Rodoviária Federal na área de competência do Ministério da Justiça (Artigo 19)		
Decreto nº 1.655, de 03/10/1995, publicado no D.O.U. De 04/10/1995	Define a competência da Polícia Rodoviária Federal e dá outras providências.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria MJ no 1.375, de 02/08/2007, publicada no D.O.U. De 06/08/2007 - Dispõe sobre o Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
	Não se aplica.		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
	Não se aplica.		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
		Não se aplica.	

1.2. Finalidade e Competências Institucionais

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal, órgão específico singular, integrante da estrutura regimental do Ministério de Justiça, conforme art. 2º, inciso II, alínea "h", do Anexo I do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, cuja finalidade é a de exercer as competências estabelecidas no §2º do artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo 20 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, no Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995.

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam o elo de integração nacional consolidado pela presença da Polícia Rodoviária Federal em todo o país em contato direto com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois as consequências desfavoráveis deste tipo de ocorrência interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais no atendimento às vítimas. Acrescente-se os prejuízos causados às cargas e veículos sinistrados, entre outros, que contabilizam bilhões de reais, além de danos irreparáveis na vida das famílias brasileiras. Com uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais.

Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, sendo necessário prestar uma melhor assistência e orientação a essa categoria de trabalhadores que trafegam diariamente nas rodovias federais.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro incentivando a conscientização dos motoristas para a prática de um trânsito mais seguro.

Nas últimas décadas a atuação da Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, acréscimo dos veículos em circulação, aumento do número de condutores e pedestres em trânsito, ampliação da circulação de mercadoria e, conseqüentemente, tornando mais altos os índices de criminalidade.

Atualmente verificamos que a situação da violência e da criminalidade urbana e rural estende-se até o leito das rodovias federais assolando a população em patamares extremamente críticos. O transporte de carga efetuado pelo modal rodoviário no Brasil atrai, de uma forma ou outra, a atuação dos criminosos que transitam pelas BRs. Fica evidente também que os meliantes utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio de nossa sociedade. O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a consequência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando a população sob permanente ameaça de uma ação criminosa. Outro fator que se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de práticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos às cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e

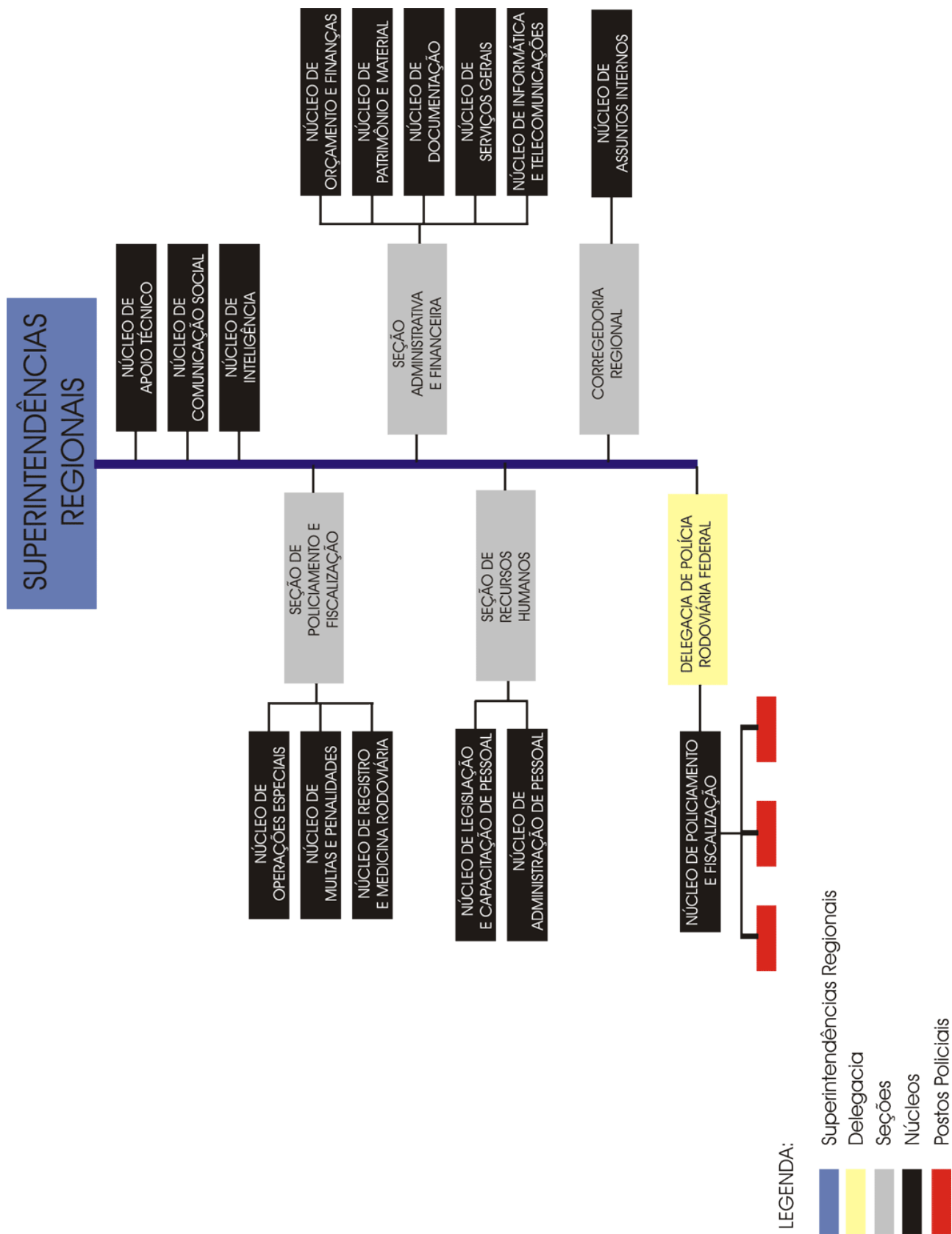
proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, frequentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas. Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada a necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública – e almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada às ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas a prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos das forças de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto a sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a capacidade de utilização de recursos provenientes dos seus serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

1.3. Organograma Funcional



1.3.1. Regimento Interno

Às Superintendências Regionais, nos âmbitos das respectivas circunscrições, previstas no Portaria nº 1.375 de 2 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 150, de 6 de agosto de 2007, compete:

- I - executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal;
- II – conceder remoção a pedido, anuênios, adicional de periculosidade ou insalubridade, licença-prêmio, quintos/décimos, isenção de imposto de renda, averbação de tempo de serviço, abono de permanência e apostilamento de proventos, observada a respectiva legislação vigente;
- III – emitir certidões por tempo de serviço dos servidores lotados na Unidade Regional;
- IV - lotar servidores no âmbito da Unidade Regional;
- V - conceder remoção, ex-officio, no âmbito da Unidade Regional, desde que não decorra ônus para a União;
- VI - aprovar as ações de capacitação no âmbito de sua competência;
- VII - aprovar e encaminhar o planejamento anual de ações de capacitação sob sua responsabilidade;
- VIII - autorizar a participação de servidores, sob sua subordinação, nas ações de capacitação;
- IX - autorizar a participação de servidores instrutores, sob sua subordinação, nas atividades de instrutoria nas ações de capacitação da Regional e do Departamento;
- X - encaminhar relatório de atividades de ações de capacitação ocorridas no âmbito de suas competências; e
- XI - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Ao Superintendente incumbe:

- I - planejar, dirigir e coordenar a execução das atividades das respectivas unidades administrativas vinculadas, com observância da legislação em vigor, do disposto neste Regimento Interno e nas diretrizes emanadas pela administração central do Departamento;
- II - aprovar planos, programas de trabalho, projetos básicos e termos de referência, elaborados pelas áreas subordinadas, no âmbito de sua atuação, observadas as diretrizes do Departamento, e apresentar relatório das atividades desenvolvidas pelas unidades administrativas vinculadas sob sua circunscrição;
- III - ordenar o empenho de despesas e sua liquidação, bem como assinar ordens bancárias em conjunto com o co-responsável pela gestão dos recursos orçamentários e financeiros;
- IV - firmar contratos, convênios ou ajustes, cujo objeto esteja relacionado com assuntos de interesse do Departamento, observadas as exigências legais;
- V - fornecer informações, sugestões e subsídios para a elaboração da proposta orçamentária e financeira do Departamento;
- VI - supervisionar e acompanhar o desenvolvimento da execução física, contábil e financeira de sua unidade administrativa;

- VII - ratificar atos de dispensa e inexigibilidade e homologar os resultados das licitações no âmbito da Superintendência e do Distrito Regional;
- VIII - realizar tomadas de contas especial dos responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte dano ao erário;
- IX - elaborar e fornecer à administração central, dados estatísticos e outras informações importantes relativas às atividades da respectiva unidade administrativa;
- X - adotar medidas necessárias ao aperfeiçoamento dos serviços, além de zelar para que os trabalhos sob sua direção estejam regulares, adotando providências para mantê-los atualizados;
- XI - baixar atos administrativos e de caráter normativo, relacionados com assuntos de competência do Departamento, no âmbito de sua circunscrição;
- XII - pronunciar-se sobre pedidos de licenças, transferência ou remoção de servidores lotados na Superintendência e no Distrito Regional sob a sua direção;
- XIII - propor à autoridade superior a designação ou dispensa dos ocupantes de função de confiança;
- XIV - indicar ou designar servidores para participar de cursos, treinamentos e outros eventos;
- XV - autorizar a expedição de certidões, atestados e outros documentos relativos a assuntos específicos da unidade sob sua direção;
- XVI - determinar o arquivamento de documentos e processos relacionados com a sua área de atuação;
- XVII - instaurar processo administrativo disciplinar, sindicância administrativa disciplinar e sindicância investigativa, expedir ordem de missão para realização de investigações, assim como aplicar penalidades disciplinares nos limites de suas atribuições;
- XVIII - aplicar penalidades administrativas por infração de trânsito, nos termos do artigo 20 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997;
- XIX - convocar servidores de sua unidade administrativa para participar de comissões ou grupos de estudos, objetivando a definição de diretrizes ou para a realização de trabalhos específicos, sob a responsabilidade de sua unidade administrativa;
- XX - designar o Consultor Interno de Capacitação, cujas atribuições serão definidas em norma do Diretor-Geral;
- XXI - designar servidores lotados em outras Unidades Regionais para comporem comissões disciplinares no âmbito de sua competência, após publicação do ato de disposição emitido pela Corregedoria- Geral; e
- XXII - orientar os servidores quanto à harmonia, hierarquia e ética profissional no ambiente de trabalho.

Núcleo de Apoio Técnico – NUAT, compete:

- I - promover a devida instrução processual e procedimental, no âmbito do Gabinete do Superintendente;
- II - prestar assistência ao Superintendente, no tocante à conformidade dos atos administrativos;

III – prestar acompanhamento administrativo nos processos e decisões judiciais de interesse da Superintendência;

IV - elaborar e orientar a confecção de minutas dos documentos a serem assinados pelo Superintendente;

V - prestar auxílio técnico às demais áreas da Superintendência e Delegacias, quando solicitado;

VI - reunir, organizar, zelar e manter atualizado todo o acervo de livros, revistas e demais publicações jurídico-legais da Superintendência; e

VII - providenciar a edição, publicação e distribuição do boletim de serviço regional, bem como a reprodução e distribuição às chefias da Regional de um exemplar do boletim de serviço central.

Núcleo de Comunicação Social – NUCOM, compete:

I - orientar e assistir ao Superintendente nos assuntos relativos à área de comunicação social;

II - promover e executar as atividades de relações públicas, de divulgação e de publicidade oficial do Departamento, no âmbito da Superintendência;

III - providenciar, analisar e supervisionar a elaboração e distribuição de material de propaganda institucional;

IV - apurar, editar, redigir e difundir matérias do interesse da Superintendência;

V - programar e promover a execução de solenidades, além de orientar e acompanhar a realização de reuniões, encontros, simpósios, congressos e outros eventos do interesse da Superintendência; e

VI - promover a articulação da Superintendência com outros órgãos da Administração Pública, bem como manter cadastro atualizado de autoridades.

Núcleo de Inteligência – NUIINT, compete:

I - seguir as diretrizes instituídas pelo Coordenador de Inteligência do Departamento;

II - assessorar e manter o Superintendente informado sobre as atividades de inteligência;

III - apresentar relatório periódico das atividades de inteligência ao Superintendente e ao Coordenador de Inteligência;

IV - planejar, propor e coordenar as atividades de inteligência na Superintendência;

V - produzir conhecimentos resultantes do processamento completo das informações obtidas pela atividade de inteligência;

VI - intensificar a produção de conhecimentos para a atividade- fim, atuando em conjunto com as Delegacias e a Seção de Policiamento e Fiscalização da Superintendência;

VII - cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente à salvaguarda de assuntos sigilosos;

VIII - identificar, acompanhar e avaliar as ameaças reais ou potenciais à área de atuação da Superintendência;

IX - planejar e elaborar o Plano de Segurança Orgânica da sede da Superintendência, bem como nas Delegacias e Postos subordinados à Superintendência;

X - solicitar dados, informações e conhecimentos aos órgãos de inteligência, sobre assuntos de interesse da Superintendência;

XI - manter intercâmbio com órgãos públicos e entidades privadas, com vistas à obtenção de dados relacionados com a sua área de atuação;

XII - manter sob sua guarda toda a documentação encaminhada para os arquivos da área de inteligência;

XIII - receber, conferir e classificar documentos, expedientes e demais correspondências, bem como controlar o trâmite de correspondências enviadas e recebidas por meio de malotes específicos da área;

XIV - propor a aplicação de cursos de capacitação, especialização, seminários, palestras e outros eventos ligados à atividade de inteligência, apresentando projetos ao Coordenador de Inteligência do Departamento, por intermédio do Superintendente; e

XV - elaborar e propor o Plano Anual de Atividades de Inteligência na Superintendência.

Seção de Policiamento e Fiscalização – SPF, compete:

I - programar, determinar, supervisionar e executar as atividades de policiamento, escolta, segurança e medicina rodoviária, inspeção e fiscalização de trânsito, transporte de pessoas e bens, controle e arrecadação de multas, prevenção e repressão ao roubo e furto de veículos e de cargas, prevenção e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas, credenciamento de escoltas, estatísticas e transitometria;

II - coletar, atualizar e repassar à Divisão de Patrimônio e Material informações pertinentes à estadia, alimentação, locomoção e outros dados necessários ao planejamento de apoio logístico, quando da realização de operações fora da circunscrição da Superintendência;

III - coordenar e controlar as atividades da Central de Informações Operacionais - CIOP, mantendo-a sob sua subordinação direta;

IV - orientar, supervisionar e controlar os serviços de escolta e segurança, nos deslocamentos de autoridades nacionais e estrangeiras, em articulação com os demais órgãos responsáveis, mantendo sob seu comando direto um corpo de motociclistas para a execução dessas tarefas;

V - organizar e manter atualizado o controle dos veículos e bens apreendidos; o cadastro de formulários destinados à apreensão de documentos, veículos, armas e outros objetos; bem como o cadastro dos documentos extraviados, cancelados ou danificados;

VI - programar, orientar e executar comandos e operações especiais de prevenção e repressão às infrações de trânsito, objetivando a redução dos acidentes; e

VII - realizar levantamentos estatísticos e pesquisas das atividades operacionais desenvolvidas pela Superintendência, além de outros procedimentos necessários à consecução da missão institucional do Departamento, elaborando mapas, gráficos e relatórios demonstrativos para retratar a situação real das ações e serviços prestados ao longo das rodovias e estradas federais.

Núcleo de Operações Especiais – NOE, compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades relativas ao policiamento rodoviário e às operações relacionadas com a segurança pública;

II - estudar, revisar e propor normas, instruções e regulamentações referentes a abordagem, bloqueio de estradas, controle de tráfego e demais ações de policiamento;

III - executar, controlar e avaliar as operações especiais desencadeadas pela

Superintendência;

IV - apoiar outros órgãos do sistema de segurança pública, no desempenho de missões cujas características exijam táticas e procedimentos especiais, quando autorizado pelo superior hierárquico;

V - executar, acompanhar e promover trabalhos e operações de prevenção e repressão aos crimes de roubo e furto de veículos e cargas, tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, tráfico de armas, munições e produtos controlados, contrabando, descaminho, falsificação de produtos, adulteração de combustíveis, outros crimes contra o patrimônio, e demais delitos praticados nas rodovias e estradas federais;

VI - executar, acompanhar e promover ações específicas no combate ao trabalho escravo, à exploração sexual infanto-juvenil, ao tráfico de seres humanos, aos crimes ambientais, à lavagem de dinheiro, ao crime organizado, e demais delitos transnacionais que utilizem as rodovias e estradas federais para sua consecução;

VII - pesquisar, analisar e difundir o comportamento dos infratores, bem como organizar e manter atualizado o cadastro de informações sobre os crimes praticados nas rodovias e estradas federais, além de elaborar e difundir as resenhas sobre acontecimentos de relevância ocorridos em sua área de atuação em articulação com a área de Inteligência e Central de Informações Operacionais; e

VIII - coordenar e comandar os grupos especiais, tais como: grupos de operações com cães, grupos de controle de distúrbios, entre outros.

Núcleo de Multas e Penalidades – NMP, compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços, convênios e contratos;

II - organizar, controlar, orientar e distribuir às unidades da Superintendência, normas relativas à atualização e interpretação da legislação de trânsito e outros procedimentos que disciplinam a aplicação de penalidades;

III - organizar, controlar e manter atualizado o cadastro de registros de multas e o processamento das penalidades aplicadas, de acordo com as disposições legais;

IV - acompanhar e controlar a arrecadação de multas, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços;

V - controlar, orientar e manter cadastro atualizado de talões de autos de infração distribuídos, extraviados ou danificados;

VI - controlar, orientar e gerenciar processos de cancelamento de multas;

VII - elaborar mapas gerenciais e demonstrativos de autuações, de penalidades aplicadas e da arrecadação de multas, bem como manter registros de débitos existentes;

VIII - preparar as informações técnicas atinentes aos processos judiciais acerca de multas

IX - coordenar e prestar apoio técnico às Comissões Administrativas de Defesa de Autuação - CADA, e às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.

Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária – NURAM, compete:

I - planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de saúde no âmbito das vias federais, quais sejam: a) atendimento pré-hospitalar e resgate b) transporte inter-hospitalar;

c) transporte de órgãos; d) apoio de saúde a operações da Unidade Regional; e) apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos; f) comandos de saúde preventivos para o trânsito; g) atividades de medicina do tráfego; h) investigação de causas motivadoras de acidentes de trânsito; i) confecção de estatísticas de atendimento às vítimas de acidentes. II - realizar ou acompanhar cursos e treinamentos correlacionados às atividades elencadas no inciso I;

III - propor a aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades elencadas no inciso I;

IV - representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física, Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiro; Defesa Civil e outros órgãos e instituições locais com atividades congêneres na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso I;

V - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com a segurança do trânsito, prevenção e levantamento de locais de acidentes;

VI - propor medidas para a redução dos índices de acidentes e preservação da integridade física dos usuários e dos servidores quando em serviço;

VII - manter arquivos atualizados de boletins de ocorrências;

VIII - preparar e fornecer os elementos necessários à elaboração de relatórios e coleta de dados estatísticos de acidentes de trânsito;

IX - orientar e fazer cumprir as normas de segurança relativas ao trânsito de produtos perigosos, elaborando planos e procedimentos para a condução ou atendimento a acidentes envolvendo esses produtos, bem como realizar estudos e análises sobre a legislação e as normas de segurança;

X - colaborar com a educação de trânsito ministrada nas escolas, empresas e órgãos oficiais;

XI - promover a realização de trabalhos de fotografia técnica, desenhos, plantas, croquis e demais meios necessários à ilustração e complementação dos serviços efetuados, assim como controlar, supervisionar e manter cadastro atualizado de formulários destinados a boletins de ocorrências; e

XII - realizar estudos e pesquisas sobre acidentes de trânsito, objetivando, principalmente, a determinação de pontos críticos, assim como orientar e controlar as tarefas relativas a levantamentos, consolidação, análise e divulgação de dados e informações, promovendo a realização periódica de censos e outros métodos necessários à identificação dos fenômenos do trânsito rodoviário.

Seção Administrativa e Financeira – SAF, compete:

I - programar, supervisionar e executar as atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações;

II - elaborar edital, minuta de contratos e convênios, acompanhando as suas formalizações, no âmbito da Superintendência;

III - orientar e revisar os projetos básicos e termos de referência das áreas requisitantes, bem como os demais instrumentos pertinentes ao processo licitatório;

IV - coordenar e analisar os atos relacionados a procedimentos licitatórios, nas suas diversas modalidades, manifestando-se quanto ao atendimento da legislação pertinente;

V - comunicar os atos de dispensa ou inexigibilidade de licitações no âmbito da Superintendência;

VI - indicar à autoridade competente os servidores que deverão atuar como pregoeiro, equipe de apoio, presidente e membros das comissões de licitação, gestores de contrato e comissão de recebimento de materiais/serviços no âmbito da Unidade Regional;

VII - prestar apoio administrativo ao pregoeiro e às comissões de licitação;

VIII - supervisionar e acompanhar os trabalhos de fiscalização e gestão contratual no âmbito da Superintendência;

IX - organizar e controlar o cronograma de realização de licitações, além de acompanhar a publicação de todos os atos relativos ao processo licitatório;

X - promover a fiscalização das construções, reformas e ampliações dos bens imóveis no âmbito da Unidade Regional; e

XI - desenvolver, implementar e coordenar o planejamento da Unidade Regional, considerando todas as áreas de atuação e encaminhando as demandas à Sede Central, em prazo estabelecido mediante instrução interna do Departamento.

Núcleo de Orçamento e Finanças – NUOFI, compete:

I - programar, orientar, controlar e executar as atividades inerentes à administração orçamentária e financeira;

II - elaborar demonstrativos sobre a execução orçamentária e financeira;

III - controlar e executar os recursos recebidos e praticar os procedimentos pertinentes à emissão de notas de empenho, à liquidação e ao pagamento das despesas;

IV - informar, para fins de licitação, a existência de disponibilidade orçamentária;

V - controlar o crédito disponível existente nos diversos elementos de despesas;

VI - controlar e processar os pagamentos de despesas do exercício, de restos a pagar e de exercícios anteriores;

VII - receber, registrar e devolver cauções dadas como garantia de contratos;

VIII - analisar, avaliar e efetuar conferência prévia de processos e outros documentos de pagamento;

IX - proceder à liquidação de processos de despesas e documentos de pagamentos;

X - analisar os processos de concessão de diárias, transporte, ajuda de custos e suprimentos de fundos;

XI - emitir ordens bancárias de pagamentos, de créditos ou de guias de recebimentos;

XII - manter atualizados os credenciamentos de ordenadores de despesa junto aos estabelecimentos bancários; e

XIII - manter atualizado o rol de servidores responsáveis pelo gerenciamento de recursos orçamentários e financeiros e pela administração do patrimônio da Superintendência.

Núcleo de Patrimônio e Material – NUPAT, compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades inerentes aos bens patrimoniais, mantendo o cadastro atualizado;

II - efetuar o levantamento das necessidades da Superintendência e propor a aquisição de

bens móveis e imóveis;

III - receber, acompanhar, controlar, distribuir ou redistribuir os bens móveis;

IV - propor a recuperação, reparação ou substituição dos bens danificados integral ou parcialmente; a alienação dos bens móveis considerados prescindíveis ou de recuperação antieconômica e a baixa dos bens irrecuperáveis, de acordo com a legislação pertinente, elaborando os mapas de incorporação e baixa de bens;

V - promover o inventário patrimonial dos bens de responsabilidade da Superintendência;

VI - examinar os processos de alienação, bem como orientar e controlar a execução dos atos que envolvam a aquisição, alienação e recebimento de bens móveis e imóveis, e os registros contábeis de baixas, cessões e alienações;

VII - manter atualizado o cadastro de material permanente e de imóveis, com a respectiva documentação, inclusive termo de responsabilidade;

VIII – examinar, conferir, armazenar e escriturar a entrada e a saída de materiais e equipamentos, exercendo o controle físico-contábil dos estoques, bem como efetuar o levantamento das necessidades e propor a aquisição do material de consumo;

IX - manter em segurança os materiais estocados, observando as condições de armazenamento, de acordo com as determinações contidas em legislação pertinente, bem como indicar membros para compor comissão especial para efetuar o inventário e o recebimento de bens adquiridos;

X - atualizar, no Sistema de Patrimônio de Imóveis da União, as modificações físicas executadas nos imóveis em uso pela Superintendência;

XI - manter atualizada a situação física dos bens patrimoniais no sistema de controle interno do patrimônio; e

XII - manter atualizado o registro da identificação, quantitativo e numeração do manequim dos servidores lotados na Unidade Desconcentrada para pronto atendimento quando solicitado.

Núcleo de Documentação – NUDOC, compete:

I - controlar e executar as atividades inerentes à área administrativa, protocolo, arquivo, reprografia, recebimento e expedição de documentos;

II - receber, conferir, classificar, numerar, selecionar, distribuir, pesquisar, autuar e indexar documentos, processos, expedientes e demais correspondências;

III - manter sob sua guarda, em perfeitas condições de conservação, a documentação encaminhada para arquivo;

IV - manter registro, controlar, acompanhar e prestar informações sobre a tramitação de processos e documentos;

V - controlar o trâmite de correspondências enviadas por meio de malotes;

VI - promover a aquisição, supervisão e controle da distribuição do Diário Oficial, jornais, revistas e periódicos necessários ao desempenho da Superintendência;

VII - implementar e supervisionar a política de documentação e informação no âmbito da Superintendência, garantindo a recuperação das informações, o acesso aos documentos e a preservação de sua memória; e

VIII - normatizar e manter atualizado o acervo documental e de informações da

Superintendência, assim como organizar e supervisionar a implantação das atividades de gestão de documentos das unidades administrativas vinculadas, estabelecendo normas gerais de trabalho.

Núcleo de Serviços Gerais – NUSEG, compete:

- I - encaminhar pedidos relacionados com compras e suprimentos, aquisição de materiais e execução de serviços;
- II - elaborar e manter atualizado o catálogo de materiais e de especificações, bem como manter registro cadastral de fornecedores e prestadores de serviços;
- III - processar e efetuar compras isentas de licitação, na forma da legislação pertinente;
- IV - instruir os interessados sobre os documentos necessários à inscrição no cadastro de fornecedores;
- V - acompanhar e promover a execução das atividades de vigilância, recepção, portaria, zeladoria e circulação de pessoas nas dependências da Unidade Regional;
- VI - promover e acompanhar a manutenção de viaturas e equipamentos, assim como controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, acessórios e peças de reposição;
- VII - promover medidas para manter atualizada a documentação de veículos;
- VIII - promover o gerenciamento da frota de veículos;
- IX - elaborar o Plano Anual de Aquisição de Veículos - PAAV no âmbito da sua Unidade Regional;
- X - informar imediatamente ao Chefe do Núcleo de Patrimônio e Material sobre qualquer alteração de situação física, temporária ou permanente, dos bens patrimoniais encaminhados para manutenção ou conserto, bem como sobre movimentações para estes fins; e
- XI - repassar periodicamente ao Chefe da Divisão de Administração e Serviços Gerais as informações relativas à manutenção e documentação das viaturas da Superintendência.

Núcleo de Telemática – NUTEL, compete:

- I - planejar, coordenar e executar atividades relacionadas com informática, telefonia e radiocomunicação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização;
- II - desenvolver estudos destinados à modernização das atividades de informática, telefonia e radiocomunicação;
- III - treinar e dar suporte técnico aos usuários de informática, telefonia e radiocomunicação no âmbito da Superintendência;
- IV - pesquisar, avaliar, propor especificações técnicas, testar e emitir parecer para aquisição e utilização de recursos de hardware, software e de telecomunicações, bem como sua implantação e operação;
- V - promover e supervisionar a execução dos serviços técnicos de instalação, manutenção nos equipamentos e programas de informática, telefonia e radiocomunicação; e
- VI - dar parecer sobre obras e reformas prediais que envolvam a estrutura física da rede lógica, de telefonia ou de radiocomunicação.

Seção de Recursos Humanos – SRH, compete:

- I - programar, coordenar e executar as atividades das áreas de ensino, recursos humanos e

legislação de pessoal; e

II - planejar, coordenar, orientar e executar as seguintes atividades de saúde: a) concessão de plano de saúde; b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho; c) Projeto Servidor Saudável a Escolha Racional e Viável - PROSSERV; d) apoio de saúde institucional; e) higiene e saúde no trabalho; f) perícias; g) doenças do trabalho; h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis; i) medicina do trabalho; j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores; l) juntas médicas regionais. III - prestar assistência social, médica, odontológica, psicológica, hospitalar, farmacêutica, de educação e de proteção à saúde dos servidores e de seus dependentes, dedicando atenção especial aos portadores de dependência química;

IV - auxiliar as atividades de saúde quando do recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos;

V - realizar a inspeção de saúde para prática de atividades físicas;

VI - realizar ou acompanhar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades acima elencadas;

VII - propor aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades acima elencadas; e

VIII - representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiros; Defesa Civil e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso II.

Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal – NUCAP, compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos servidores, propor planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização, bem como manter cadastro atualizado da ficha curricular dos servidores;

II - auxiliar na realização de concursos públicos e outros processos seletivos, cursos e estágios;

III - realizar estudos e pesquisas com a finalidade de elaborar e propor normas complementares à legislação afeta à área de pessoal;

IV - analisar, elaborar e opinar sobre propostas, projetos e demais atos de natureza normativa sobre a sua área de competência;

V - planejar e executar as atividades pertinentes à capacitação dos servidores administrativos que não obtiveram índice satisfatório na avaliação da GDATA;

VI - instruir e emitir pareceres em consultas relacionadas com a interpretação e aplicação da legislação na área de pessoal;

VII - executar as atividades relativas a avaliações dos servidores para fins de homologação do estágio probatório e concessão de Progressão Funcional e da GDATA;

VIII - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como elaborar diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos da Superintendência;

IX - instruir processos judiciais acerca da legislação de pessoal, visando fornecer à Divisão de Acompanhamento de Decisões Judiciais os subsídios necessários à elaboração das

informações jurídico- legais necessárias à defesa da União; e

X - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.

Núcleo de Administração de Pessoal – NUAP, compete:

I - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como propor diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos do Núcleo;

II - auxiliar o Chefe do Distrito na verificação da legalidade dos atos e da motivação das decisões atinentes a sua competência;

III - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com registros funcionais, lotação, movimentação, incorporações de vantagens, preparação e controle de pagamento;

IV - cadastrar e manter atualizados os registros e assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e pensionistas;

V - controlar e registrar a frequência dos ativos, comunicando à autoridade competente as faltas que impliquem em infração disciplinar;

VI - prestar informações e fornecer certidões, declarações, cópias de documentos nas condições autorizadas por lei;

VII - adotar providências para a expedição e controle de identidades funcionais;

VIII - controlar, registrar e programar as férias dos servidores, lavrar apostilas, termos de posse, organizar e manter atualizados os registros de lotação de servidores requisitados e cedidos;

IX - controlar e adotar medidas para a efetivação de remoção a pedido no âmbito de sua competência;

X - instruir processos referentes a exercícios anteriores, processos de cessão, redistribuição, remoção ex-offício, disponibilidade e reversão de servidores, e demais processos relacionados a direitos e vantagens dos servidores;

XI - analisar processos de aposentadoria e pensões, elaborar títulos concessórios e declaratórios de inatividade e apostilas declaratórias referentes às alterações de proventos;

XII - promover as alterações e controlar a folha de pagamento do pessoal ativo, inativo e pensionista;

XIII - fornecer dados referentes ao pagamento e emitir fichas financeiras dos servidores do Distrito Regional, quando solicitado, nas condições autorizadas por lei;

XIV - acompanhar junto ao órgão competente as alterações no sistema de pagamento;

XV - calcular e informar a margem consignável para fins de empréstimos em consignação;

XVI - elaborar os cálculos para pagamentos referentes à ajudas-de-custo, auxílio-creche, alimentação, transporte, exercícios anteriores e demais direitos e vantagens dos servidores do Distrito Regional;

XVII - adotar providências para a avaliação e a concessão da progressão funcional aos servidores, nos termos da legislação pertinente;

XVIII - planejar, coordenar, orientar e executar, em nível nacional, as seguintes atividades de saúde: a) acompanhamento da concessão de plano de saúde; b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho; c) Projeto Servidor Saudável Escolha Racional e Viável -

PROSSERV; d) apoio de saúde institucional; e) higiene e saúde no trabalho; f) perícias de saúde; g) doenças do trabalho; h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis; i) atividades de medicina do trabalho; j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores; l) Junta médica nacional; m) juntas médicas regionais; n) auxiliar o recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos; o) inspeção de saúde para prática de atividades físicas; p) auxiliar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades de saúde; q) proposição de aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades de saúde; r) representação local junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades acima elencadas no inciso XXV. XIX - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.

Corregedoria Regional – CR, compete:

I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecidas as diretrizes correccionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;

II - proceder à análise de autuações administrativas relacionadas às questões disciplinares, propondo soluções pertinentes, de acordo com a legislação, a jurisprudência e decisões administrativas vigentes;

III - acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares e orientar, no âmbito da Unidade Regional, na interpretação e cumprimento da legislação pertinente;

IV - elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática;

V - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, além de analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares;

VI - elaborar e manter atualizado os relatórios da área correccional da Unidade Regional;

VII - organizar e manter atualizado cadastro de informações correccionais de servidores da Superintendência;

VIII - manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área;

IX - orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares;

X - elaborar estatísticas de interesse da área correccional e relatórios de gestão;

XI - prestar informações e encaminhar documentos às áreas competentes, referentes a questões correccionais;

XII - promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade da Superintendência;

XIII - auxiliar na gestão do orçamento correccional;

XIV - elaborar minutas de portarias e informações pertinentes; e

XV - elaborar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Núcleo de Assuntos Internos – NUAI, compete:

- I - auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional;
- II - executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares;
- III - promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional;
- IV - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores;
- V - fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo; e
- VI - operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Delegacias de Polícia Rodoviária Federal – DEL, compete:

- I - executar e controlar as atividades de segurança, fiscalização, policiamento, investigação e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas;
- II - controlar e orientar os procedimentos de autuação e adoção de medidas administrativas;
- III - controlar as condições do trânsito nas rodovias e estradas federais e executar outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da delegacia;
- IV - zelar pela segurança do trânsito e dos usuários, por meio do policiamento ostensivo ao longo das rodovias e estradas federais sob sua circunscrição, bem como realizar comandos especiais e de rotina;
- V - adotar as medidas adequadas para assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, notadamente em casos de acidentes;
- VI - zelar pela observância das disposições legais e regulamentares quanto ao alinhamento, recuo e gabarito das construções às margens das rodovias e estradas federais ou de obras e instalações que possam interferir na segurança do trânsito;
- VII - adotar medidas de prevenção e repressão aos crimes contra a pessoa, a vida, o patrimônio público e de particulares, o meio ambiente, a administração pública, em especial o contrabando e o descaminho, e demais delitos previstos na legislação penal em vigor, nas estradas e rodovias federais;
- VIII - controlar e executar os serviços referentes às áreas administrativas, de pessoal, de protocolo e arquivo, zeladoria, material e patrimônio;
- IX - baixar atos normativos relativos à regulamentação de atividades, em sua área de circunscrição, após devidamente autorizado pelo Superintendente ou Chefe de Distrito; e
- X - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Núcleo de Policiamento e Fiscalização – NPF, compete:

- I - controlar, executar e orientar os serviços referentes às áreas de policiamento, fiscalização, segurança, operações rotineiras e especiais, levantamento de acidentes, autuações, medidas administrativas, controle das condições do trânsito nas rodovias e estradas federais, bem como outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da Delegacia.

1.4. Macroprocessos Finalísticos

A Polícia Rodoviária Federal, integrante do conjunto de instituições responsáveis por exercer a segurança pública em nosso país, nos termos da Constituição Federal, tem como missão "Garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União".

A visão de futuro da Polícia Rodoviária Federal é: "Ser a Polícia Ostensiva Federal, reconhecida pela sociedade brasileira por sua excelência e efetividade no trabalho policial e na indução de Políticas Públicas de segurança e cidadania".

Os Valores adotados pela Polícia Rodoviária Federal e que refletem o caráter duradouro da Instituição e de seus colaboradores são: Profissionalismo, Ética, Equidade, Proatividade, Cordialidade, Comprometimento, Espírito de Equipe, Transparência e Responsabilidade Socioambiental.

A Polícia Rodoviária Federal – PRF, visando à eficácia no cumprimento de sua missão institucional e servir com excelência a sociedade e o Estado brasileiro, na promoção da segurança pública nas rodovias e estradas federais busca diuturnamente aprimorar técnicas, processos e, principalmente, a parceria com o cidadão usuário da rodovia.

Para o alcance de sua missão são descritos os serviços de sua competência e as atividades finalísticas que devem ser executadas para prestação desses serviços, proporcionando clareza e justificativas nas ações a serem desenvolvidas pelos seus servidores.

Neste sentido, a Polícia Rodoviária Federal, tendo como diretriz a gestão com foco em resultados, direciona suas ações finalísticas para prestação de serviços, com excelência, ao cidadão, atendendo as demandas da sociedade.

Esses serviços promovem diuturnamente a segurança viária, proporcionando conforto e segurança aos usuários das estradas e rodovias federais, por meio da fiscalização e controle para o uso adequado da malha rodoviária de forma a conscientizar os cidadãos e garantir a obediência às normas relativas à segurança do trânsito, prevenindo acidentes e proporcionando melhores condições de trafegabilidade.

Os principais produtos e serviços que a Polícia Rodoviária Federal oferece à sociedade são:

- 1. Reduzir a Violência no Trânsito das Rodovias Federais;**
- 2. Assegurar a Livre Circulação nas Rodovias Federais;**
- 3. Contribuir para a Redução da Criminalidade e da Violência no País;**
- 4. Aumentar a Percepção de Segurança dos Usuários das Rodovias Federais.**

1. Reduzir a Violência no Trânsito das Rodovias Federais

- a. Descrição

A violência do trânsito no Brasil vem crescendo ano após ano, representando a forma de violência contemporânea que mais produz impactos negativos à sociedade e ao Estado, com elevados custos econômicos e sociais, se materializando principalmente nos acidentes graves, assim considerados aqueles que resultam em lesões de natureza grave ou em morte.

Reduzir a violência no trânsito nas rodovias federais significa para a Polícia Rodoviária Federal agir preventivamente por meio de sua presença ostensiva e de uma rigorosa

fiscalização de trânsito, bem como realizar um atendimento eficaz daqueles já ocorridos, visando minimizar seus efeitos por meio de uma resposta rápida e eficiente, diminuindo o risco de agravamento de lesões das vítimas e as possibilidades de ocorrência de outro acidente em decorrência do anterior.

Agir com foco na prevenção e intervenção imediata nos acidentes graves implica em direcionar os recursos necessários, humanos e materiais, para os trechos rodoviários de maior incidência desses eventos, a partir da análise aprimorada dos dados estatísticos disponíveis.

Além das ações operacionais acima mencionadas, há também a necessidade de ações integradas aos demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, Ministério Público, órgãos de imprensa e outros órgãos públicos federais, estaduais e municipais, com o objetivo de propor e desenvolver políticas públicas com foco na prevenção dos acidentes de trânsito, por meio de campanhas educativas e alterações na legislação relativa à matéria trânsito.

b. Indicadores

Considerando a necessidade de se ter um panorama atual da violência no trânsito das rodovias federais e acompanhar sua evolução dentro do período do presente Plano Estratégico, de modo a avaliar a efetividade das ações institucionais, foram definidos os seguintes indicadores para este resultado institucional, quais sejam: **Taxa de Mortalidade** e **Taxa de Acidentes Graves**.

A Taxa de Mortalidade e a Taxa de Acidentes Graves equivalerão ao número de mortes e o número de acidentes graves, respectivamente, por um milhão de veículos, considerando-se a frota nacional de veículos de acordo com as informações fornecidas pelo DENATRAN.

Considerando que os números de acidentes graves e de mortos no trânsito sofrem influência de vários fatores, não seria razoável avaliar o resultado de ações institucionais com base na variação de números absolutos desses dois índices. No entanto, estabelecer como indicador uma taxa que contemplasse todas as variáveis influentes na variação do objeto de observação tornaria sua análise extremamente complexa, além da própria dificuldade de obtenção dos dados necessários.

Desse modo, optou-se por considerar apenas a variação da frota nacional de veículos como fator de variação da taxa de acidentes graves e mortalidade, por tratar-se de um valor de fácil obtenção, originado de uma fonte confiável e que tem maior relevância e influência nos índices observados, ou seja, quanto maior a frota de veículos circulando maior o número de interações no trânsito e conseqüentemente a probabilidade de ocorrência de acidentes. Cabe destacar que os indicadores escolhidos tem como características a simplicidade, são sensíveis a mudanças no mundo real, ou seja, podem refletir as alterações da realidade, e podem ser atualizados periodicamente, além de ser adequadamente documentado.

2. Assegurar a Livre Circulação nas Rodovias Federais

a. Descrição

A Constituição Federal assegura a todo cidadão a livre locomoção no território nacional em tempo de paz, e essa garantia constitucional deve ser exercida em toda a sua plenitude nos termos da legislação vigente. O Estado, por intermédio de seus órgãos tem o dever assegurar os meios necessários para que o cidadão possa deslocar-se em todo o território nacional com segurança e com o conforto adequados. Cabe ao Estado à tarefa de prover a infraestrutura necessária para o

funcionamento dos diversos modais de transportes de pessoas e bens, bem como regular e fiscalizar sua exploração.

De todos os modais de transporte, o modal rodoviário é o de maior importância estratégica para o país, e estima-se que atualmente responda por cerca de 60% do total de passageiros e cargas transportadas no território nacional. Nesse sistema rodoviário, as rodovias federais representam papel de fundamental importância, por onde passam um grande fluxo de pessoas e bens entre os estados da federação e entre as cinco regiões do país, funcionando como verdadeiro fator de integração nacional.

Ante o papel estratégico das rodovias federais para o desenvolvimento nacional, cabe ao Estado assegurar que o fluxo de passageiros e cargas se dê de forma contínua e segura, sem interrupções ou embaraços, por meio da atuação de seus órgãos, dentre os quais a Polícia Rodoviária Federal. São vários os fatores e situações que podem afetar a livre circulação no âmbito das rodovias federais, interrompendo o fluxo de trânsito ou causando-lhe lentidão, dentre os quais se podem citar:

- Realização de obras viárias;
- Acidentes de trânsito com obstrução parcial ou total da rodovia;
- Realização de eventos com grande fluxo de pessoas e veículos as margens da rodovia federal ou com impacto no trânsito que por ela circula;
- Trânsito de veículos lentos e com dimensões excedentes;
- Manifestações populares reivindicatórias com interdição viária total ou parcial;
- Restrições ao fluxo de trânsito em determinados locais e horários em razão dos riscos de ações criminosas.

Assim, assegurar a livre circulação nas rodovias federais implica para a Polícia Rodoviária Federal atuar preventivamente por meio do policiamento ostensivo, apoiado por um monitoramento constante e eficaz de sua malha viária policiada, de modo antever as situações de risco à livre circulação e impedir sua materialização. Por outro lado, concretizado o fator de risco e configurado o obstáculo à fluidez normal do trânsito, cabe à Polícia Rodoviária Federal agir de forma rápida e com a intensidade necessária ao reestabelecimento das condições normais de circulação.

Em sua ação preventiva a instituição mantém um monitoramento constante das condições de circulação viária, a partir de informações colhidas da atividade operacional-finalística e da área de inteligência, além das ações de policiamento preventivo, distribuído de forma equânime ao longo da malha viária, a partir de critérios pré-estabelecidos e com programação de atividades definida. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal se articula com outros órgãos públicos quando identificados problemas cujas soluções estejam vinculadas as suas atribuições, como, por exemplo, os órgãos executivos rodoviários nas questões relacionadas à infraestrutura viária.

Ocorrida a situação de comprometimento da livre circulação, a depender da causa, a Polícia Rodoviária Federal deverá dispor dos recursos necessários para fazer a intervenção devida e restabelecer o estado de normalidade, sejam eles recursos ordinários, disponíveis para o policiamento ostensivo rotineiro, sejam eles extraordinários, como as equipes táticas, grupos de choque, aeronaves, entre outros disponíveis.

b. Indicadores

A Polícia Rodoviária Federal realiza um monitoramento constante das condições de

trafegabilidade das rodovias federais, de modo que qualquer interferência na livre circulação do trânsito em qualquer trecho de rodovia federal em todo o Brasil é imediatamente informada e essa condição é registrada, além, obviamente da adoção das providências com vistas ao restabelecimento do fluxo normal de trânsito. Essas interferências podem ser de diversas naturezas, como já mencionado anteriormente, e vão desde uma lentidão provocada por uma interdição parcial da via causada por um acidente até um bloqueio total da via por manifestações populares.

Para avaliar o quanto as rodovias federais sofrem com essas interferências e avaliar a efetividade as ações da Polícia Rodoviária Federal no sentido de reduzi-las ou eliminá-las, foi criado o Índice de **Interdição de Rodovia**, que resultará da ponderação da tabulação dos dados dessas interferências na via. Assim, serão considerados na formulação desse índice fatores como a duração e o nível de interferência, o VMD (Volume Médio Diário de veículos) do trecho observado, o nível de dificuldade de restabelecer o fluxo de trânsito, entre outros fatores.

3. Contribuir para a Redução da Criminalidade e da Violência no País.

a. Descrição

As causas da violência têm suas raízes na ineficiência histórica do Estado em promover políticas de inclusão social nas áreas de educação, saúde e trabalho, por exemplo, no entanto, as soluções para o problema do avanço da criminalidade, especialmente nos momentos de crise, sempre são esperadas do sistema de segurança pública e, em última análise, das instituições policiais que o compõe.

As rodovias federais não estão imunes a essa realidade, visto ter o Brasil optado pela massificação do transporte rodoviário de cargas e passageiros, o que implica dizer que a maior parte das riquezas produzidas no país é transportada por nossas rodovias, especialmente as federais. Além disso, as organizações criminosas utilizam-se primordialmente do transporte rodoviário na realização de suas atividades ilícitas, a exemplo do tráfico de drogas, do roubo e furto de veículos e cargas, do contrabando e do descaminho, dos crimes contra a propriedade intelectual (pirataria), do tráfico de seres humanos e dos crimes ambientais, da exploração sexual infanto-juvenil, entre outros. Significativa parcela desses crimes tem repercussão interestadual e até internacional, evidenciando a importância estratégica das rodovias federais para a segurança pública do país.

A Polícia Rodoviária Federal vem atuando fortemente no combate às diversas modalidades criminosas, com resultados extremamente positivos, e tem como pontos fortes a seu favor no cumprimento desse mister, quais sejam:

- Grande capilaridade em todo o território nacional, um corpo de policiais bem treinados e motivados;
- Larga experiência adquirida a partir das iterações constantes com as situações de crime;
- Facilidade de difusão de informações e conhecimento em decorrência de uma cadeia hierárquica horizontalizada e de uma área de ensino desenvolvida e competente;
- Facilidade de mobilização de efetivo, com possibilidade de direcionar recursos humanos e materiais a qualquer parte do território nacional.

Assim, a atuação da Polícia Rodoviária Federal no combate às diversas modalidades criminosas no âmbito das rodovias federais e em outras áreas em parceria com outras instituições como o Ministério Público, órgãos fazendários, de proteção ambiental, de proteção de direitos humanos, de proteção à infância e adolescência, contribuem de forma relevante para a redução da criminalidade e da violência no país.

b. Indicador

Em relação a esse resultado institucional, verificou-se a grande dificuldade de se estabelecer um indicador que pudesse medir o nível de criminalidade no âmbito das rodovias federais, especialmente pela dificuldade de acesso a dados confiáveis de ocorrências criminais, haja vista que a grande maioria dos registros é feita nas polícias civis dos Estados, e apenas uma pequena parte é comunicada diretamente à Polícia Rodoviária Federal. Desse modo não há como monitorar essas ocorrências e estabelecer metas relacionadas à sua redução, o que poderia servir de verificador o quanto a ação policial contribuiu com a redução da criminalidade, ao menos no âmbito das rodovias federais.

Assim, buscando indicadores que pudessem ao menos aferir a intensidade das ações da Polícia Rodoviária Federal, e conseqüentemente sua contribuição para a redução da criminalidade e da violência no país, foram definidos aqueles relacionados diretamente aos resultados das ações de combate à criminalidade, que repercutem diretamente na sua redução e na redução da violência a ela relacionada.

O acompanhamento do impacto das ações da Polícia Rodoviária Federal será aferido a partir dos indicadores **Pessoas Detidas, Veículos Recuperados e do Quadro de Apreensões de drogas, contrabando e descaminho, armas e relacionadas a crimes ambientais.**

4. Aumentar a Percepção de Segurança dos Usuários das Rodovias Federais

a. Descrição

A percepção pode ser descrita como um processo de selecionar, organizar e interpretar os estímulos e as impressões sensoriais oferecidas pelo meio ambiente, lhes atribuindo significado. É um processo interno e individual, de modo que um determinado objeto no mundo real, e aqui poderíamos considerar a própria segurança pública como objeto, será percebido de forma diferente por cada indivíduo. A percepção é afetada por fatores externos e internos, assim, depende da forma como um objeto é apresentado e do conhecimento e experiência pessoal do indivíduo em relação a ele, além de seus valores, motivações e expectativas.

A percepção de segurança, a partir do conceito de percepção poderia ser definida como a impressão ou sentimento do indivíduo do nível de segurança em que se encontra o ambiente em que ele vive, em outras palavras, o quanto é seguro o local onde trabalha, o meio de transporte que ele utiliza, a escola que seus filhos frequentam, as vias públicas pelas quais transita, entre outras situações do seu cotidiano.

Considerando essa ideia de percepção de segurança, não é o suficiente para a instituição reduzir a violência no trânsito, assegurar a livre circulação nas rodovias federais e contribuir com redução da criminalidade e da violência no país, mesmo produzindo uma melhoria real na segurança pública para a sociedade.

Importa que o cidadão perceba essa nova realidade, haja vista que a sua satisfação em relação aos serviços públicos prestados pelo Estado decorre principalmente de sua percepção a respeito do quanto esses serviços atendem suas necessidades. Igualmente, essa percepção da realidade de um novo contexto de maior segurança é necessária para que o cidadão se aproprie desse valor, dessa conquista, e isso possa repercutir positivamente na sua qualidade de vida. Fica a percepção de segurança não é um produto fictício, uma idéia vaga e sem conteúdo, posto que não é possível desfrutar de um estado de segurança se não pudemos reconhecê-lo.

Ao estabelecer o aumento da percepção de segurança como resultado institucional em seu planejamento estratégico, a Polícia Rodoviária Federal busca gerar no cidadão a percepção do incremento do nível de segurança pública obtido no ambiente das rodovias federais como consequência direta da obtenção dos outros resultados institucionais (redução da violência no trânsito, da criminalidade e assegurar a livre circulação nas rodovias federais), além de outros fatores a serem trabalhados nessa direção.

Para fornecer esse retorno à sociedade, a Polícia Rodoviária Federal se servirá de alguns meios principais, a saber:

- Fortalecer sua imagem institucional junto à sociedade com ações de divulgação dos resultados alcançados em relação à redução da violência no trânsito, ao combate à criminalidade e às ações de garantia de livre circulação do trânsito;
- Fortalecimento e modernização do policiamento ostensivo, por meio de um planejamento adequado, ampliando sua presença ostensiva em trechos de rodovia federal e períodos específicos onde haja uma maior incidência de situações de risco à segurança de seus usuários, otimizando os recursos humanos e materiais;
- Ampliar o monitoramento das rodovias federais com recursos tecnológicos avançados, visando coibir comportamentos de risco à segurança viária, bem como outras ações delituosas. Com o monitoramento a distância a instituição amplia seu controle com menos recursos, criando nos usuários a sensação de observação constante de suas ações, produzindo uma espécie de efeito panóptico, inibindo condutas impróprias de alguns e dando tranquilidade aos demais.
- Articular parcerias e estreitar relações com o órgão executivo rodoviário visando melhorar as condições de segurança da via, do ponto de vista de infraestrutura, ou seja, condições de trafegabilidade do pavimento e da sinalização viária.

b. Indicador

Para aferir o nível de percepção de segurança dos usuários das rodovias federais foi criado o Índice de Percepção de Segurança, que será medido a partir de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, que avaliará se as ações desenvolvidas pela instituição produziram, além dos resultados aferidos pelos outros indicadores, um impacto positivo na sociedade, ou seja, se aqueles que fazem uso das rodovias federais sentem-se mais seguros nos seus deslocamentos e o quanto essa segurança é resultante da ação da Polícia Rodoviária Federal.

A pesquisa que buscará aferir o indicador em questão deverá ser realizada por instituto de pesquisa especializado, contratado para esse fim, com periodicidade anual, e deverá fornecer como resultado, além de outras informações, um valor que possa ser comparado ao longo do tempo, de modo que possa ser estabelecida uma meta a ser buscada para esse Índice de Percepção de Segurança.

1.5. Principais Macroprocessos de Apoio

- Fomentar e potencializar ações de educação para o trânsito;
- Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo;
- Intensificar ações de garantia e promoção dos Direitos Humanos;
- Ampliar e aperfeiçoar o resgate emergencial e o atendimento pré-hospitalar;
- Aprimorar o registro de ocorrências e implantar a perícia de acidentes;

- Estabelecer um modelo eficaz de gestão participativa;
- Implantar um modelo de gestão baseado em resultados;
- Desenvolver a cultura de gestão de projetos;
- Mapear, otimizar, padronizar e sistematizar processos de trabalho;
- Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento;
- Fomentar melhorias legais e estruturais relacionadas à missão da PRF;
- Articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional;
- Fortalecer a imagem institucional da PRF;
- Melhorar a comunicação interna e externa;
- Adequar o quadro de pessoal às necessidades;
- Mapear e desenvolver competências com enfoque estratégico;
- Potencializar o bem estar, a motivação e o desempenho dos servidores;
- Intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais;
- Assegurar recursos financeiros e otimizar sua execução;
- Prover meios e infraestrutura adequados ao desempenho das atividades.

1.6. Principais Parceiros Relacionados aos Macroprocessos Finalísticos

- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;
- Departamento de Polícia Federal – DPF;
- Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU;
- Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/AL;
- Secretaria Estadual de Defesa Social;
- Receita Federal do Brasil;
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio;
- Ministério Público do Trabalho;
- Ministério Público Estadual;
- Secretaria Estadual da Saúde;
- Órgãos do Sistema Estadual de Trânsito;
- Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas – CBM/AL;
- Agência Brasileira de Inteligência – ABIN;
- Advocacia Geral da União – AGU;
- SEST/SENAT.

1.7. Introdução

Os itens 3.1, 3.3, 3.5, 5.6, 10.2, 11.3, 11.4, 11.5 e 11.6 do Anexo II à Decisão Normativa-TCU nº 119/2012 não se aplicam à natureza jurídica da UJ, conforme indicado no Quadro A1 do mesmo Anexo. Dos itens 4.1 e 4.2 do Anexo II à Decisão Normativa-TCU nº 119/2012 não se aplicam à natureza jurídica da UJ os subitens 4.1.1, 4.1.2, 4.1.3, 4.1.5, 4.2.1, 4.2.2, 4.2.4.1.1 e 4.2.4.1.2, pelo fato de não serem UO. O item 7.2.2 do Anexo II da aludida Decisão Normativa não se aplica a esta UJ, pelo fato de não termos bens imóveis locados de terceiros; assim também o item 10.2, por não termos unidade de auditoria interna.

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, com as Decisões Normativas TCU nº 119/2012, nº 121/2012 e nº 124/2012 e com a Portaria TCU nº 150/2012, que deverão compor o Relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2012.

Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas **2070** – Segurança Pública com Cidadania, **0089** – Previdência de Inativos e Pensionistas da União, **2112** – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça, no exercício de 2012, **0663** – Segurança Pública nas Rodovias Federais e **2075** – Transporte Rodoviário. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, considerando a estrutura atual atrelada aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 13ª Superintendência Regional Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2012 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Nossas ações estão vinculadas ao planejamento elaborado pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal que utiliza como referencial o Plano Plurianual (PPA), o Orçamento autorizado na LOA 2012 e os relatórios de atividade das diversas áreas da Administração Central, desta Regional e das demais Superintendências e Distritos Regionais. É importante lembrar que a 13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal em Alagoas se constitui numa unidade descentralizada da Unidade Gestora (DPRF).

Com o presente documento, a 13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

2. Planejamento Estratégico, Metas e Funções

2.1. Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico do órgão tem a abrangência dos anos 2012 a 2020.

As características inerentes ao trânsito rodoviário e a grande extensão da malha viária, favorecem a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido.

Vários tipos de crimes ocorrem ao longo das rodovias, tais como: crimes de evasão fiscal e de divisas, transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de pessoas, tráfico de drogas, contrabando, descaminho, transporte de materiais irregulares e falsificados, dentre outros.

Os ilícitos em comento causam enormes prejuízos à economia do País. Por seu turno, as regras de circulação previstas no Código de Trânsito Brasileiro encontram na PRF seu agente aplicador no âmbito Federal.

O foco de atuação da PRF está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão, proporcionada pela sua presença, de forma preventiva, aliada à necessária repressão do crime, visando o aumento da sensação de segurança.

Além disso, e mais importante, seus objetivos são atingidos através da execução das ações do programa correspondente à segurança pública nas rodovias federais, que vão desde atividades de saúde voltadas aos usuários das rodovias às atividades de educação para o trânsito.

Por outro lado, os acidentes de trânsito representam prejuízos à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de consequências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública, pelo alto índice de dispêndios governamentais com o tratamento hospitalar dispensado às vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis às vítimas, pelos prejuízos à população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos financeiros elevados, além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com o objetivo de reduzir o número de acidentes e, conseqüentemente, os reflexos negativos deles decorrentes, a PRF tem procurado implementar uma metodologia de trabalho mais efetiva, utilizando-se de assistência direta ao cidadão, orientações aos usuários das rodovias, campanhas educativas, dentre outros.

O certo é que esta UJ vem delineando suas estratégias de atuação buscando acompanhar esse processo evolutivo, que decorre da diversificação das demandas sociais, dentre as quais estão inseridas aquelas que requerem uma ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente.

O planejamento de atuação deste Órgão de Segurança Pública tem-se desenvolvido no intuito de estabelecer ações integradas com outras instituições a fim de prestar um serviço relevante e de qualidade à Sociedade, público-alvo de todas as atividades empreendidas pela Polícia Rodoviária Federal.

Outros fatores sociais identificados são: apoio à sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas, bem como o acompanhamento e controle dos reflexos causados pelas manifestações reivindicatórias, que contemplam demandas sociais várias, onde frequentemente ocorre o bloqueio de rodovias federais, trazendo inúmeros prejuízos à população.

Neste contexto, para o perfeito desempenho de suas competências institucionais, faz-

se necessário que sua atividade-meio execute suas atribuições em sintonia com a atividade-fim, dotando-a dos recursos necessários para tanto.

De acordo com o PPA a Polícia Rodoviária Federal deverá executar as seguintes ações no quadriênio 2012-2015 que a UJ desenvolverá de acordo com as diretrizes determinadas pelo DPRF:

- Ampliar de 10.400.000 para 24.000.000 os procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais;
- Implantar 21 Unidades Especiais de Fronteira da Polícia Rodoviária Federal;
- Implantar 66 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil em Regiões de Fronteiras;
- Implementação de um Sistema de Tratamento de Dados de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal nas fronteiras;
- Modernização de 21 Unidades do Sistema Integrado de Inteligência policial para Unidades do Departamento de Polícia Federal nas fronteiras.
- Implantar 166 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil;
- Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da Polícia Rodoviária Federal, identificando os perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores;
- Realizar ações de capacitação dos servidores da Polícia Rodoviária Federal, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 horas aula de capacitação anual;
- Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento rodoviário federal da Polícia Rodoviária Federal.
- Alcançar com ações de educação para o trânsito 1.000.000 de pessoas até 2015;
- Ampliar a parceria com o Ministério da Saúde mediante a implantação do SAMU Rodoviário Nacional;
- Ampliar de 21.500.000 para 24.000.000 o número de fiscalizações de veículos nas rodovias federais;
- Ampliar de 4.150.000 para 6.000.000 o número de procedimentos de fiscalização de alcoolemia;
- Implantar o Centro de Estudos de Segurança Viária;
- Implementar centrais de comando e controle em todas as regionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) com objetivo de monitorar, despachar e controlar as ações operacionais, utilizando-se de sistemas de informações integrados;
- Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias.

Adicionalmente à execução das ações previstas no PPA, quadriênio 2012-2015, o DPRF, órgão integrante do Sistema de Segurança Pública Nacional, pretende executar as ações abaixo relacionadas, devendo a UJ implementá-las de acordo com as determinações oriundas do Órgão Central:

- Adequar os serviços prestados pelos órgãos de segurança pública e outras instituições frente ao aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014;
- Capacitar 5.000 Policiais Rodoviários Federais em ações específicas voltadas para grandes eventos;
- 51 Centros de Comando e Controle Móveis destinados às sedes da Copa e centros de

- treinamento das seleções;
- Dispor de 34.000 vagas de ensino presencial da SENASP com foco nos grandes eventos;
- Apreender 150.717 kg de cocaína (cloridrato, pasta base, crack e outras formas de apresentação) apreendida;
- Apreender 52.000 armas de fogo apreendidas;
- Implantação de 350 unidades de próprios nacionais residenciais nas fronteiras;
- Adequar e reformar instalações de segurança pública de organizações e instituições pertencentes ao Estado, adquirir equipamentos, produtos e serviços de tecnologia de informação e comunicação;
- Desenvolver ações para que as forças federais de segurança pública atuem no combate e na apuração dos crimes contra os direitos humanos, relacionados em especial a milícias e grupos de extermínio;
- Promover a reestruturação organizacional dos órgãos policiais da União;
- Capacitar policiais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal na temática vinculada à prevenção do uso de drogas na associação com o trânsito brasileiro, bem como o desenvolvimento de habilidades em abordagem dos condutores que apresentam sinais de consumo de álcool ou outras drogas e o adequado uso de etilômetros;
- Integração da Rede de Ensino a Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) às ações de educação das Instituições de Segurança Pública;
- Realizar estudos e pesquisas na área de educação, valorização profissional e segurança pública.

2.2. Estratégias Adotadas para Atingir os Objetivos Estratégicos

Com o intuito de gerenciar os objetivos da Polícia Rodoviária Federal, alinhando o planejamento estratégico do órgão com as metas do PPA o Escritório de Projetos Estratégicos do DPRF fomenta a construção, o desenvolvimento e o acompanhamento de Projetos que possam gerenciar as demandas macros da Polícia Rodoviária Federal. Neste contexto, a Polícia Rodoviária Federal está com o desenvolvimento dos seguintes Projetos Estratégicos onde a UJ estará integrada:

- Comando e Controle – que possui como escopo: Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; e melhorar a comunicação interna e externa;
- Vídeo Monitoramento de Rodovias - que possui como escopo: Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; e prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades;
- Alerta Brasil – que possui como escopo: Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; e prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades;
- Landell – que possui como escopo: Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; e melhorar a comunicação interna e externa;
- Sistemas Móveis – que possui como escopo: Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; e melhorar a comunicação interna e externa;
- Série Alpha - que possui como escopo: Prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; mapear, otimizar e padronizar processos internos; e fomentar

melhorias legais e estruturais relacionadas à Missão da PRF;

- Policiamento Especializado – que possui como escopo: Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; mapear, otimizar e padronizar processos internos; e fortalecer a imagem institucional da PRF;
- PRF Fronteira - que possui como escopo: Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; e articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional;
- Reengenharia Operacional – que possui como escopo: Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; e adequar o quadro de pessoal;
- Apoio ao Condutor e Turista – que possui como escopo: Prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional; e fortalecer a imagem institucional da PRF;
- Plano Diretor de Educação para o Trânsito – que possui como escopo: Fomentar e potencializar ações de Educação para o Trânsito; fortalecer a imagem institucional da PRF; e intensificar ações de garantia dos direitos humanos;
- Hora de Ouro - que possui como escopo: Ampliar e aperfeiçoar o atendimento pré-hospitalar e o resgate emergencial; fortalecer a imagem institucional da PRF; e articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional;
- Sistema de Registros de Ocorrências – que tem como escopo: Implantar a perícia de acidente e aprimorar o registro de ocorrências; intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; e mapear, otimizar e padronizar processos internos;
- Gestão Administrativa - que tem como escopo - Prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; e mapear, otimizar e padronizar processos internos;
- Sistemas de Informações Gerenciais- que tem como escopo – Desenvolver a cultura de gestão participativa e por resultados; intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; e mapear, otimizar e padronizar processos internos;
- PRF na Internet – que tem como escopo : fortalecer a imagem institucional da PRF; fortalecer a imagem institucional da PRF; intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais (profissionalismo, ética, equidade, proatividade, cordialidade, comprometimento, espírito de equipe, transparência e responsabilidade socioambiental);
- Gestão por Competências – que tem como escopo: Mapear e desenvolver competências; adequar o quadro de pessoal; e potencializar a motivação e o desempenho dos servidores;
- Fortalecimento da Estrutura de Ensino – que tem como escopo: Mapear e desenvolver competências; potencializar a motivação e o desempenho dos servidores; e intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais (profissionalismo, ética, equidade, proatividade, cordialidade, comprometimento, espírito de equipe, transparência e responsabilidade socioambiental);
- Próprios Nacionais – que tem como escopo: Prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; adequar o quadro de pessoal; e potencializar a motivação e o desempenho dos servidores;
- ADI Nacional – que tem como escopo: Desenvolver a cultura de gestão participativa e por resultados; potencializar a motivação e o desempenho dos servidores; e mapear e desenvolver competências;
- Coeficiente de Adequação de Logística e de Infraestrutura – que tem como escopo: Prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; assegurar recursos

financeiros e otimizar a sua execução; e potencializar a motivação e o desempenho dos servidores;

- Endomarketing (Clima Organizacional) – que tem como escopo: Desenvolver a cultura de gestão participativa e por resultados; melhorar a comunicação interna e externa; e intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais (profissionalismo, ética, equidade, proatividade, cordialidade, comprometimento, espírito de equipe, transparência e responsabilidade socioambiental);
- Mapeamento/otimização de processos – que tem como escopo: Mapear, otimizar e padronizar processos internos; desenvolver a cultura de gestão participativa e por resultados; e potencializar a motivação e o desempenho dos servidores;
- Pesquisa: Percepção de Segurança e Imagem da PRF – que tem como escopo: Fortalecer a imagem institucional da PRF ; Melhorar a comunicação interna e externa; e fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo;

Os objetivos traçados no PPA e os escopos existentes nos projetos estratégicos do órgão estão intimamente relacionados com os Macroprocessos de Apoio que o órgão executa.

2.3. Demonstração da Execução do Plano de Metas ou de Ações

A 13ª SRPRF-AL atuou de forma efetiva e continuada realizando ações de fiscalização objetivando dar cumprimento ao seu plano de ação e atingimento das metas estabelecidas, conforme os quadros relacionados a seguir:

RESUMO GERAL **Dados Relativos ao Período de 01/01/2012 a 31/12/2012**

ACIDENTES			
Sem Vítimas	Com Feridos	Com mortos	Total de Acidentes
1073	970	148	2191
Pessoas Socorridas	Feridos	Mortos	Total de Vítimas
8	1610	185	1795
FISCALIZAÇÕES			
Autuações	Autos de Infração extraídos		CNH's Recolhidas
19061	19072		276
Documentos Retidos	Veículos Retidos		Veículos Fiscalizados
1220	1284		56617
Animais Recolhidos	Auxílio Usuário		Escolta/ Batedor
1911	521		141
Pessoas Fiscalizadas			
12908			
ALCOOLEMIA			
Testes	Autuações	Prisões	
12094	453	124	

APRENSÕES

Drogas	Unidade	Quantidade	Contrabando	Unidade	Quantidade
Anfetamina / Barbitúricos	Unidade	0	Bebida	Litro	0
Haxixe	Unidade	0	CD/VHS/DVD	Unidade	0
Cocaína	Gramas	20689	Cigarro	Pacote	1000
Crack	Gramas	43	Combustíveis	Litro	40
Lança-Perfume	Frasco	0	Equip.Informática	Unidade	0
Merla	Gramas	0	Eletrônicos	Unidade	0
Maconha	Gramas	245480	Medicamentos	Unidade	60529
Pés de Maconha	Unidade	0	Pneus	Unidade	0
Outras	Unidade	0	Outras	Unidade	349
Diversas	Gramas	6205	Diversos	Gramas	0
Total de ocorrências		18	Total de ocorrências		5

Armas	Unidade	Quantidade	Munições	Unidade	Quantidade
Revolver	Unidade	40	Calibre 22/32	Unidade	54
Pistola	Unidade	10	Calibre 38	Unidade	228
Espingarda	Unidade	4	Calibre 40	Unidade	85
Fabricação caseira	Unidade	4	Calibre 380	Unidade	148
Fuzil	Unidade	0	Calibre 762/308	Unidade	0
Submetralhadora	Unidade	0	Calibre 223/556	Unidade	0
Total armas de fogo	Unidade	58	Calibre 9mm	Unidade	0
Armas brancas	Unidade	0	Outras	Unidade	65
Outras armas	Unidade	0			
Total geral de armas		58	Total de munições apreendidas		580
Total de ocorrências		44	Total de ocorrências		44

OUTRAS OCORRÊNCIAS

Carga Roubada	Unidade	Quantidade	Carga Recuperada	Unidade	Quantidade
Alimentos	Kilo	966	Alimentos	Kilo	0
Bebidas	Litro	0	Bebidas	Litro	0
CD/VHS/DVD	Caixa	0	CD/VHS/DVD	Unidade	0
Cigarro	Pacote	0	Cigarro	Pacote	0
Combustíveis	Litro	45000	Combustíveis	Litro	0
Eletrônicos	Unidade	1	Eletrônicos	Unidade	0
Informática	Unidade	0	Informática	Unidade	0
Medicamentos	Unidade	0	Medicamentos	Unidade	0
Outras	Unidade	629	Outras	Unidade	1
Total de ocorrências		12	Total de ocorrências		2

OUTRAS OCORRÊNCIAS (continuação)

Meio-Ambiente	Unidade	Quantidade
Animais Silvestres	Unidade	137
Carvão	m3	0
Madeira	m3	0
Pescados	kilo	0
Transporte Incorreto de Substâncias Tóxicas	-----	0
Outros	Unidade	1
Total de ocorrências		6
Dinheiro	Unidade	Quantidade
Dinheiro (Real)	Valor	0,00
Dinheiro (Euro)	Valor	0,00
Dinheiro (Dolar)	Valor	0,00
Dinheiro (Peso Colombiano)	Valor	0,00
Explosivo	Unidade	Quantidade
Fogos de Artifício	Unidade	0
Dinamite	Kg	2

PESSOAS DETIDAS

Detenções	Quantidade
Assaltante de Carga	0
Assaltante ônibus	0
Estrangeiros	0
Mandado	56
Tráfico de entorpecentes	20
Roubo/Furto de veículos	16
Contrabando/Descaminho	4
Crimes de trânsito	108
Crimes ambientais	5
Outros	147
Total de Detidos	356

CRIMES DIVERSOS

Tipo	Quantidade	Tipo	Quantidade
Assalto a ônibus	6	Falsificação de Documento	3
Assalto a veículo de carga	17	Saque a carga	8
Assalto a táxi	0	Trabalhador Libertado	0
Assalto veículo particular	14	Veículos recuperados	67
Crimes c/vida e patrimônio	8	Crimes diversos	47
		Crimes de Trânsito	52
		Total de ocorrências	205

CRIANÇAS / ADOLESCENTES

Criança / Adolescente vítimas de crimes		Criança / Adolescente infrator(a)	
Descrição	Quantidade	Descrição	Quantidade
Criança	5	Criança encaminhada	1
Adolescente	4	Adolescente apreendido	9
Total de menores vítimas	9	Total de menores infratores	10
Total de ocorrências de crime contra menores	4	Total de ocorrências de infração praticada por menores	7
Total de pessoas envolvidas	3	Total de pessoas envolvidas	2
Total de pessoas detidas	2	Total de pessoas detidas	5

2.4. Indicadores Utilizados

Descrição:		Forma de Calculo:
1	Taxa de Mortalidade	Números de mortes, por milhão de veículos, considerando-se a frota nacional de veículos de acordo com as informações fornecidas pelo DENATRAN.
2	Taxa de Acidentes Graves	Números de Acidentes Graves, por milhão de veículos, considerando-se a frota nacional de veículos de acordo com as informações fornecidas pelo DENATRAN.
3	Índice de Interdição de Rodovia	Ponderação que Resultará da tabulação dos dados de interferências na via, sendo considerados na formulação desse índice fatores como a duração e o nível de interferência, o VMD (Volume Médio Diário de veículos) do trecho observado e o nível de dificuldade de restabelecer o fluxo de trânsito.
4	Pessoas Detidas	Variação do Número de Pessoas Detidas por períodos de mensuração.
5	Veículos Recuperados	Variação do Número de Veículos Recuperados por períodos de mensuração.
6	Quadro de Apreensões de Drogas, Contrabando e descaminho, Armas e Relacionadas a Crimes Ambientais	Variação do Número de Apreensões por períodos de mensuração.
7	Índice de Percepção de Segurança	Pesquisa quantitativa e qualitativa, que avaliará se as ações desenvolvidas pela instituição produziram, além dos resultados aferidos pelos outros indicadores, um impacto positivo na sociedade, ou seja, se aqueles que fazem uso das rodovias federais sentem-se mais seguros nos seus deslocamentos e o quanto essa segurança é resultante da ação da Polícia Rodoviária Federal.

3. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão

3.1. Funcionamento do Sistema de Controle Interno

Quadro II – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	

21.	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22.	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação		1	2	3	4	5
23.	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24.	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25.	A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26.	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27.	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento		1	2	3	4	5
28.	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29.	O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30.	O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
<p>Análise Crítica: Não existe na estrutura organizacional da UJ uma unidade responsável pelo desenvolvimento e aplicação de um sistema de controle interno. A UJ adota alguns mecanismos em suas diversas seções que funcionam como instrumento de monitoramento dos seus processos e atividades. Esta estruturação encontra-se presente no âmbito do Ministério da Justiça, Unidade à qual o DPRF está subordinado.</p> <p>Cabe ressaltar que a alta Administração deste DPRF tem envidado esforços no sentido de dotar a Instituição de uma área de assessoramento de controle interno, conforme Projeto de reestruturação do DPRF processo atualmente sob análise da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e posterior encaminhamento à Casa Civil.</p>						
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>						

3.2. Estrutura e Atividades do Sistema de Correição da Unidade

A 13ªSRPRF/AL conta com uma unidade de Corregedoria Regional, subordinada diretamente à Superintendente Regional, mas cujas atividades também são geridas pela Corregedoria Geral/DPRF/MJ.

Atualmente a CR/AL dispõe apenas de três servidores, que são a Corregedora

Regional, o Corregedor-Substituto e o Chefe-Substituto do NUIAI. Mas, para um funcionamento satisfatório haveria a necessidade de completar o quadro do NUIAI e de pelo menos mais dois servidores, um para análises de processos e outro para o controle cartorial.

As competências e responsabilidades da CR e do NUIAI estão estabelecidas no Anexo da Portaria nº 1.375/2007/MJ (Regimento Interno do DPRF), especificamente nos artigos 92 e 93. As diretrizes e normas que regem as atividades correcionais estão contidas na Instrução Normativa nº 01/2010/CG/DPRF.

Quanto aos resultados de 2012, temos que a quantidade de processos em andamento no fechamento do ano foi praticamente a mesma do início do ano, apesar do número expressivo de processos que foram encerrados, conforme tabela abaixo:

ANO	ENTRADAS (Proc. autuados)	SAÍDAS (Proc. encerrados)	Nº de processos “EM ANDAMENTO” ao final de de cada ano
2011	31	27	36
2012	38	39	37

Registre-se contudo que a grande quantidade de entradas de processos em 2012 não se deu em virtude de fatos novos, mas em virtude de fatos ocorridos em gestões anteriores que somente no ano passado foram encaminhados a esta Corregedoria Regional, do que se deduz que o trabalho preventivo realizado por meio dos Acompanhamentos Gerenciais de Serviço – AGS (IN nº 02/2011-CG) tem trazido bons resultados.

3.3. Cumprimento das Disposições dos Arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de Julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU, no que tange aos fatos originados em unidade jurisdicionada cuja gestão esteja contemplada no relatório de gestão.

Todos os processos administrativos disciplinares instaurados e em curso no âmbito da 13ªSRPRF/AL tiveram seus cadastros atualizados no sistema CGU-PAD, inclusive aqueles que aguardam julgamento pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, sendo que estes até a fase “encaminhado para julgamento”.

Em virtude da escassez de recursos humanos e da falta de uma fonte de dados, não é possível, ainda, informar com precisão se todos os processos administrativos disciplinares encerrados que constam no arquivo corrente desta CR estão com seus cadastros no CGU-PAD, bem como se tais cadastros estão atualizados. É certo que há poucos meses passamos a promover o cadastramento e a atualização dos PAD no citado sistema, à medida em que eram finalizados, mas não podemos confirmar quanto aos demais.

Acrescento finalmente que, preocupados com a transparência e com a organização cartorial desta CR, desde o final de 2011 temos buscado implementar planilhas de cadastramento dos processos correcionais, planilhando todos aqueles que estiveram em curso desde então.

Também buscamos adequar o arquivo corrente desta Corregedoria às exigências

contidas na Tabela Básica de Temporalidade, solicitando ao Núcleo de Documentação todos os processos correccionais dos últimos cinco anos.

Deste modo, já dispondo dos processos, do ano de 2007 para cá, devidamente organizados por ano em nosso arquivo físico, a pretensão é de conseguirmos completar as nossas planilhas de controle para, ao passo em que formos planilhando cada processo, fazermos uma conferência do atendimento do contido nos artigos 4º e 5º da Portaria nº 1.043/2007 da CGU, adequando os casos necessários.

Informamos enfim que ainda é pretensão da CR, na medida do possível e a depender principalmente de efetivo, fazer, concomitantemente à conferência acima, a digitalização dos autos e a atualização dos cadastros dos nossos processos também no SISCOR (Sistema de Corregedoria recém disponibilizado pelo DPRF que servirá como banco de dados, mais seguro e confiável que as planilhas atualmente utilizadas).

4. Programação e Execução Orçamentária e Financeira

4.1. Relação dos Programas do Plano Plurianual

4.1.1. Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro III – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ – Ação 201C

Identificação da Ação						
Código	201C					
Descrição	ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS - ENAFRON					
Iniciativa	03DO - Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
68388,52	68388,52	68388,52	68388,52	0,00	0,00	68388,52
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Operação Apoiada	unidade	3	3	68388,52	68388,52

Detalhamento:

PLANO INTERNO	VALOR EMPENHADO	DESCRIÇÃO DO RESULTADO
FRONTEIRA17	R\$ 2.730,29	Deslocamento de servidor para participar do Encontro dos Agentes de Infraestrutura para Fortalecimento das Atividades de Fronteira 2012
FRONTEIRA20	R\$ 1.420,29	Deslocamento de servidores para participar de curso de técnicas policiais de combate ao crime – TPCC.
1409FR	R\$ 64.237,94	Deslocamento de servidores para participação em operações de Fronteira, R\$63.076,78; ressarcimento a servidor por transporte aéreo de cão, R\$1.161,16.

Quadro IV – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ – Ação 2524

Identificação da Ação						
Código	2524					
Descrição	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Iniciativa	03DY - Fortalecimento, seleção, formação, capacitação e valorização do quadro de servidores das polícias da União					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
65027,91	65027,91	65027,91	62028,22	0,00	2999,69	62028,22
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor capacitado	Unidade	56	56	65027,91	62028,22

As ações de treinamento e desenvolvimento – T&D, são estabelecidas de acordo com as prioridades elencadas pela administração, levando-se em consideração os resultados operacionais e administrativos almejados, bem como a disponibilização de recursos, pela Coordenação de Ensino do DPRF.

A seguir, lista dos eventos de capacitação geridos pelo Núcleo de Capacitação da Unidade Regional.

RELATÓRIO DE CAPACITAÇÃO – 13ª SRPRF/AL

NOME DO EVENTO DE CAPACITAÇÃO	PERÍODO	QUANTIDADE SERV. ADM. CAPACITADOS	QUANTIDADE SERV. PRF CAPACITADOS	TOTAL SERVIDORES CAPACITADOS	CUSTOS
Curso de Capacitação para os Chefes de Núcleos de Orçamento e Finanças	05/02 a 11/02/2012	0	1	1	R\$ 4.227,13
Curso p/Estágio Básico de Salvamento	27/02 a 03/03/2012	0	4	4	***
Workshop sobre Estratégias para Capacitação dos Servidores do DPRF	13/03 a 16/03/2012	0	1	1	R\$ 4.090,57
Curso de motociclismo	18/03 a 03/04/2012	0	1	1	R\$ 3.336,75
Curso de motociclismo	18/03 a 14/04/2012	0	1	1	R\$ 4.090,57
Curso de motociclismo	15/04 a 13/05/2012	0	1	1	R\$ 4.059,07
Workshop de Instrutores de Cursos de Especialização	15/04 a 22/04/2012	0	2	2	R\$ 4.357,99
Curso de análise e Produção do Conhecimento	15/04 a 27/04/2012	0	1	1	R\$ 2.396,32
Curso de Formação de Instrutores	15/04 a 05/05/2012	0	1	1	R\$ 5.384,02
Curso de Formação de Instrutores	22/04 a 05/05/2012	0	2	2	R\$ 7.486,42
Curso de Operações Especiais – BOPE/DF	21/06 a 19/11/2012	0	1	1	R\$ 16.612,56
Workshop sobre o olhar da	26/06 a 29/06/2012	0	1	1	R\$ 1.557,27

PRF para os Direitos Humanos					
Curso de Mapeamento de Competências	31/07 a 02/08/2012	0	1	1	R\$ 2.520,75
Estágio de Segurança de Autoridades	05/08 a 11/08/2012	0	1	1	R\$ 2.926,34
Workshop de atualização em armamento e tiro	22/08 a 25/08/2012	0	1	1	R\$ 1.889,40
Treinamento Sistema GepNet	26/08 a 01/08/2012	0	1	1	R\$ 2.595,15
Curso Básico de Inteligência / ABIN	18/11 a 01/12/2012	0	1	1	R\$ 2.732,92
Curso sobre uso seletivo da força – Uso do espargidor de pimenta – OC	21/11/2012	0	5	5	R\$ 149,36
Curso sobre uso seletivo da força – Uso do espargidor de pimenta – OC	22/11/2012	0	6	6	R\$ 74,68
Curso sobre uso seletivo da força – Uso do espargidor de pimenta – OC	23/11/2012	0	4	4	R\$ 74,68
Curso sobre uso seletivo da força – Uso do espargidor de pimenta – OC	27/11/2012	0	3	3	R\$ 149,36
Curso sobre uso seletivo da força – Uso do espargidor de pimenta – OC	28/11/2012	0	3	3	R\$ 74,68
Curso sobre uso seletivo da força – Uso do espargidor de pimenta – OC	29/11/2012	0	4	4	R\$ 74,68
Curso sobre uso seletivo da força – Uso do espargidor de pimenta – OC	30/11/2012	0	7	7	R\$ 74,68
Curso Básico de Inteligência Policial / PRF	04/12 a 16/12/2012	0	1	1	R\$ 5.403,18
Workshop de Defesa Policial	10/12 a 15/12/2012	0	1	1	R\$ 3.128,61
		TOTAL ADM.	TOTAL PRF.	SOMATÓRIO TOTAL:	TOTAL CUSTOS
		0	56	56	R\$ 79.467,14

OBSERVAÇÃO:

- Efetivo da 13ª SRPRF/AL em dezembro de 2012:
 - 166 - PRFs
 - 09 – Administrativos

Quadro V – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ – Ação 2723

Identificação da Ação						
Código	2723					
Descrição	POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS					
Iniciativa	03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
912435,82	912435,82	912435,82	713713,98	0,00	198721,84	713713,98
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Procedimento realizado	Unidade	-	-	912435,82	713713,98

PLANO INTERNO	VALOR EMPENHADO	DESCRIÇÃO
1415A	R\$ 14.410,13	Aquisição de materiais de saúde
1415DCC	R\$ 168.763,52	Deslocamento de servidores para operações de combate ao crime.
1415E	R\$ 340.620,00	Abastecimento da frota.
1415EDU	R\$ 287,08	Deslocamento de servidores para atividades referentes a educação para o trânsito.
1415H	R\$ 201.098,76	Manutenção da frota da Regional.
1415J	R\$ 88.977,19	Deslocamento de servidores para atividades operacionais.
1415L	R\$ 74.462,60	Aferição metrológica e manutenção de etilômetros, R\$24.305,00; Aquisição de 137 cintos de guarnição policial, R\$49.320,00.
1415M	R\$ 3.166,00	Aferição metrológica e manutenção de radares fotográficos.
1415STL	R\$ 15.037,90	Deslocamento de servidores para realização de atividades inerentes à Operação Sentinela.
1415UF	R\$ 3.392,64	Aquisição de uniforme para os servidores policiais da Unidade. 76 camisas e 76 calças.
1415VS	R\$ 2.220,00	Manutenção de veículos da frota envolvidos em sinistro.

RELATÓRIO 2012

Fonte: NURAM/AL, SIGER/DPRF e BAT/Det/DPRF

Tabela 01:

	Ano 2011	Ocorrência/Frota (Por 10.000 Veículos)	Ano 2012	Ocorrência/Frota (Por 10.000 Veículos)	Resultado (Ocorrência/Frota)
Acidentes Com Mortos	137	2,76	152	2,73	Redução de 1,07 %
Acidentes Com Vítimas Feridas	1024	20,66	966	17,38	Redução de 15,89 %
Acidentes Sem Vítimas	1201	24,23	1076	19,35	Redução de 20,12 %
Nº TOTAL de Acidentes	2362	47,65	2194	39,46	Redução de 17,18 %
Soma de Feridos Leves	1052	21,22	966	17,38	Redução de 18,13 %
Soma de Feridos Graves	790	15,94	655	11,78	Redução de 26,07 %
Soma de Mortos	156	3,15	191	3,44	Aumento de 9,17 %

Obs.: 1) Na tabela acima, foram utilizados os Números referentes a Frota de Veículos de Alagoas (que cresceu 53,3% mais que a Frota Brasil), pois, considerando os Veículos e Condutores envolvidos em acidentes no ano 2012 (na Regional), verificou-se que 72,4% dos Veículos identificados eram emplacados em AL e 78,1% dos Condutores com endereço identificado, residiam em Alagoas; bem como, 52,8% dos acidentes aconteceram em área Urbana; e, 2) Frota de Veículos em Alagoas igual a 495.715 unidades (Dez/2011) e 555.966 unidades (Dez/2012) - Fonte DENATRAN.

Gráfico 01 – Número de Acidentes por Veículos da Frota do Estado de Alagoas (de 1998 a 2012):

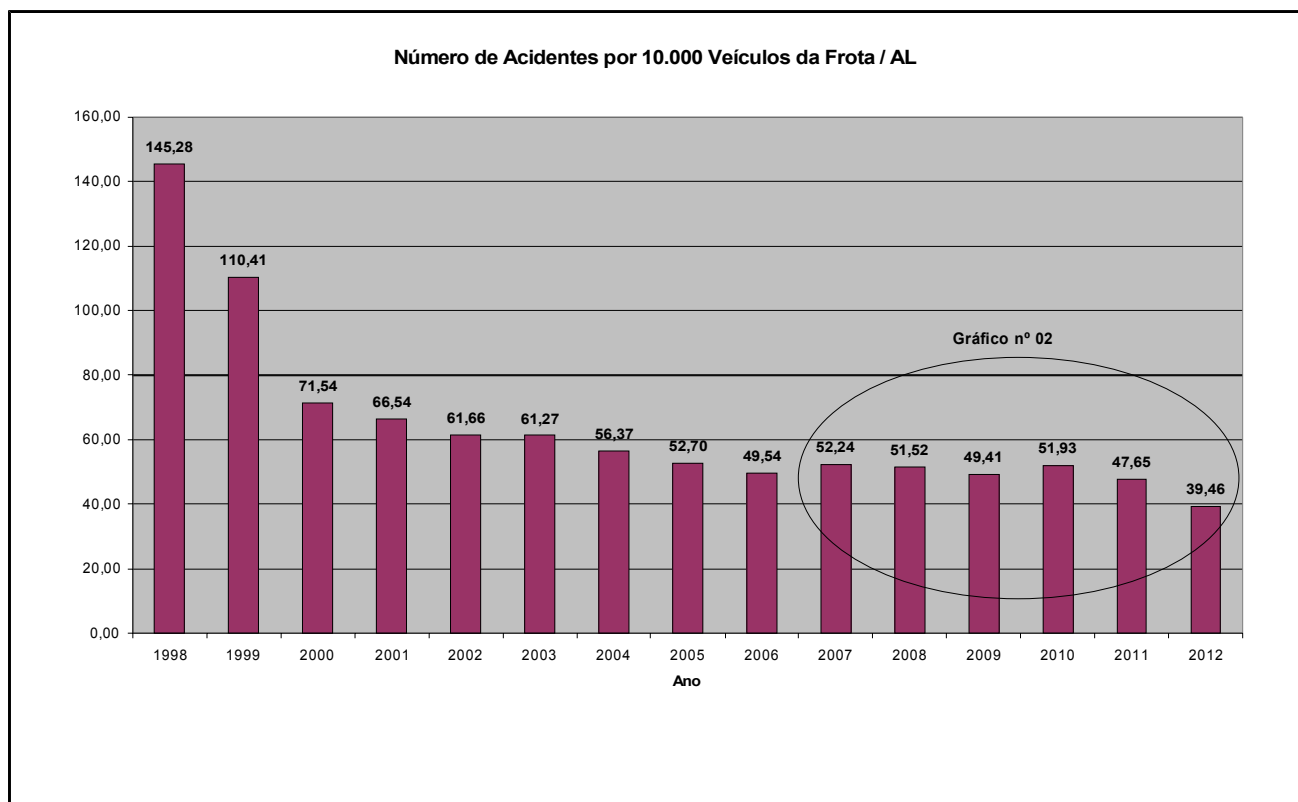


Gráfico 02 – Número de Acidentes por Veículos da Frota do Estado de Alagoas (de 2007 a 2012):

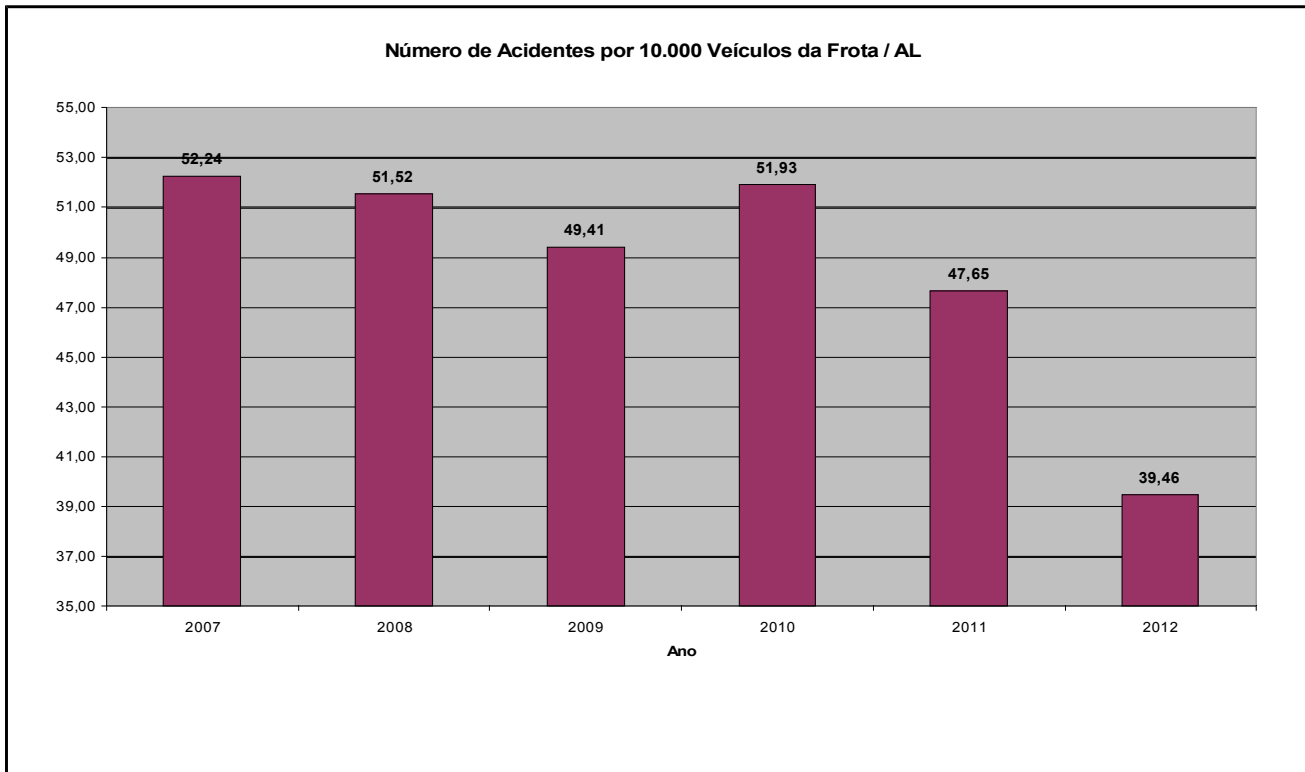
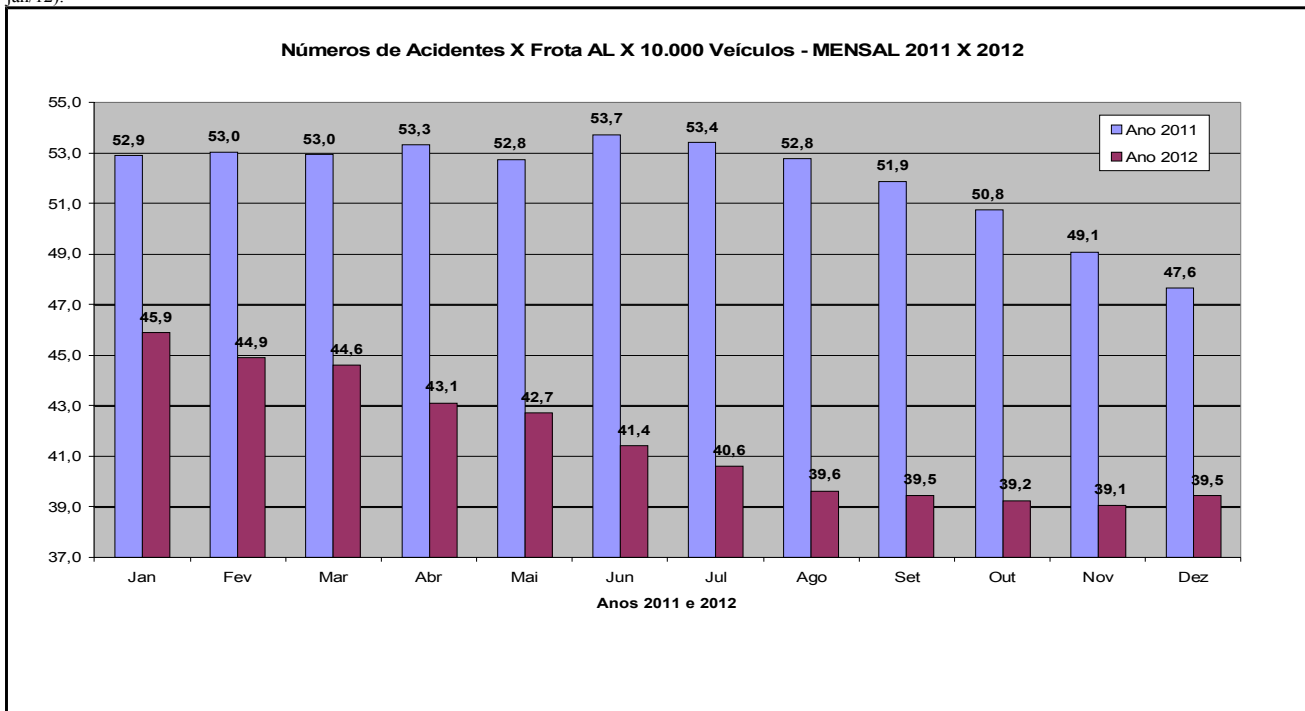


Gráfico 03 – Número de Acidentes* por Veículos da Frota do Estado de Alagoas (anos 2011 e 2012):

(Número de Acidentes*: foi considerado um período de 12 meses. Ex.: no item “jan/12” foi utilizado a soma dos acidentes dos últimos 12 meses - fev/11 a dez/11 + jan/12).



Ao retirarmos a relação dos Acidentes com a Frota dos Veículos em circulação, temos:

Tabela 02:

Delegacia 13/01	2011	2012	Resultado	Em %
Acidentes Com Mortos	63	66	Aumento de	4,76
Acidentes Com Vítimas Feridas	666	621	Redução de	-6,76
Acidentes Sem Vítimas	759	637	Redução de	-16,07
Nº de Acidentes	1488	1324	Redução de	-11,02
Soma de Feridos Leves	570	577	Aumento de	1,23
Soma de Feridos Graves	492	442	Redução de	-10,16
Soma de Mortos	70	88	Aumento de	25,71

Tabela 03:

Delegacia 13/02	2011	2012	Resultado	Em %
Acidentes Com Mortos	45	50	Aumento de	11,11
Acidentes Com Vítimas Feridas	231	224	Redução de	-3,03
Acidentes Sem Vítimas	325	342	Aumento de	5,23
Nº de Acidentes	601	616	Aumento de	2,50
Soma de Feridos Leves	327	225	Redução de	-31,19
Soma de Feridos Graves	182	145	Redução de	-20,33
Soma de Mortos	56	63	Aumento de	12,50

Tabela 04:

Delegacia 13/03	2011	2012	Resultado	Em %
Acidentes Com Mortos	29	36	Aumento de	24,14
Acidentes Com Vítimas Feridas	127	121	Redução de	-4,72
Acidentes Sem Vítimas	117	97	Redução de	-17,09
Nº de Acidentes	273	254	Redução de	-6,96
Soma de Feridos Leves	155	164	Aumento de	5,81
Soma de Feridos Graves	116	68	Redução de	-41,38
Soma de Mortos	30	40	Aumento de	33,33

Tabela 05:

TOTAL da 13ªSRPRF	Ano 2011	Ano 2012	Em %
Acidentes Com Mortos	137	152	Aumento de 10,95 %
Acidentes Com Vítimas Feridas	1024	966	Redução de -5,66 %
Acidentes Sem Vítimas	1201	1076	Redução de -10,41 %
Nº TOTAL de Acidentes	2362	2194	Redução de -7,11 %
Soma de Feridos Leves	1052	966	Redução de -8,17 %
Soma de Feridos Graves	790	655	Redução de -17,09 %
Soma de Mortos	156	191	Aumento de 22,44 %

Gráfico 4: Comparativo FROTA AL X ACIDENTES X VÍTIMAS (2011 <> 2012):

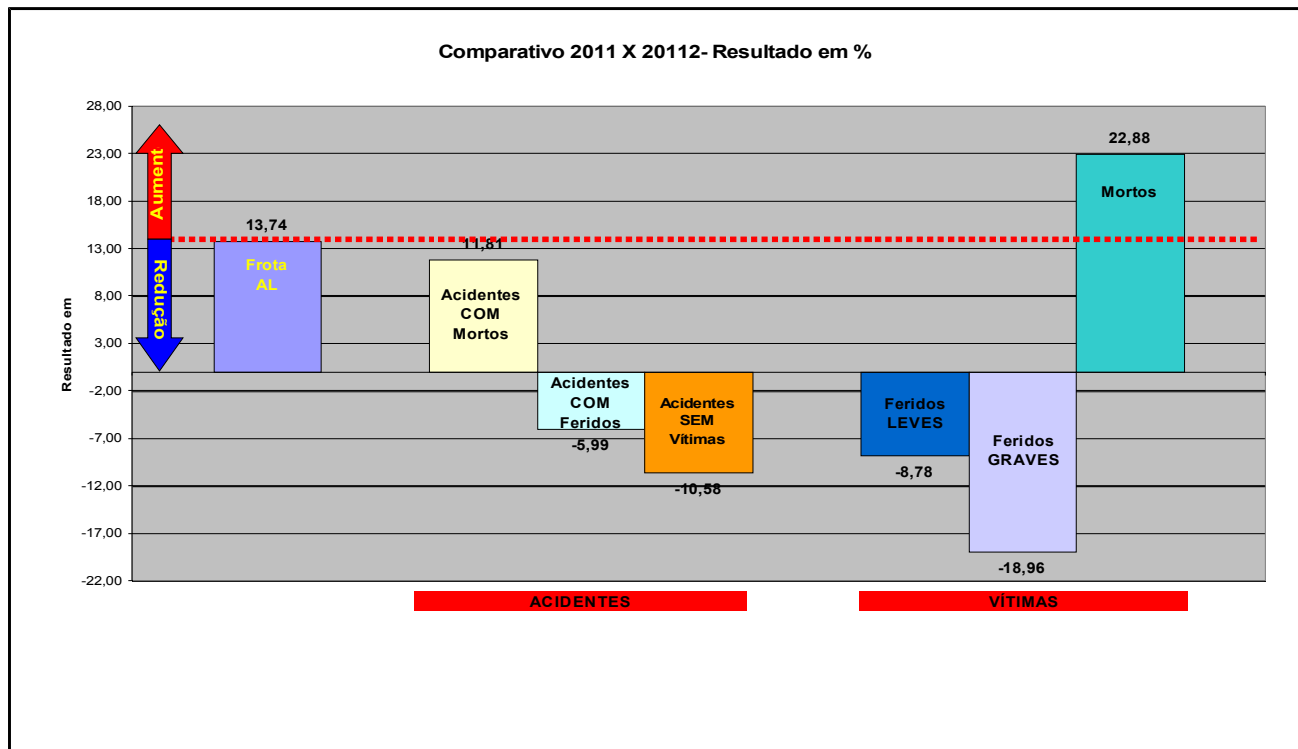


Tabela 06:

TOTAL do DPRF*	Ano 2011	Ano 2012	Indicador 2011	Indicador 2012	Resultado
Acidentes Com Mortos	6.891	6.681	97,68	87,75	Redução de -10,17 %
Acidentes Com Vítimas Feridas	60.240	58.236	853,94	764,88	Redução de -10,43 %
Acidentes Sem Vítimas	116.994	109.795	1.658,47	1442,07	Redução de -13,05 %
Nº TOTAL de Acidentes	184.125	174.712	2.610,09	229470,00	Redução de -12,08 %
Soma de Feridos	97.030	94.431	1.375,46	1240,27	Redução de -9,83 %
Soma de Mortos	8.367	8273	118,61	108,66	Redução de -8,39 %

- *Fonte: ROD ON LINE / DPRF
- O Indicador é obtido pelo resultado do nº Absoluto (acidente, ferido, etc.) X 1.000.000 (veículos) / Frota do ano (Brasil).

Gráfico 5: Comparativo 2011x2012 de indicadores DPRF X 13ªSRPRF/AL:

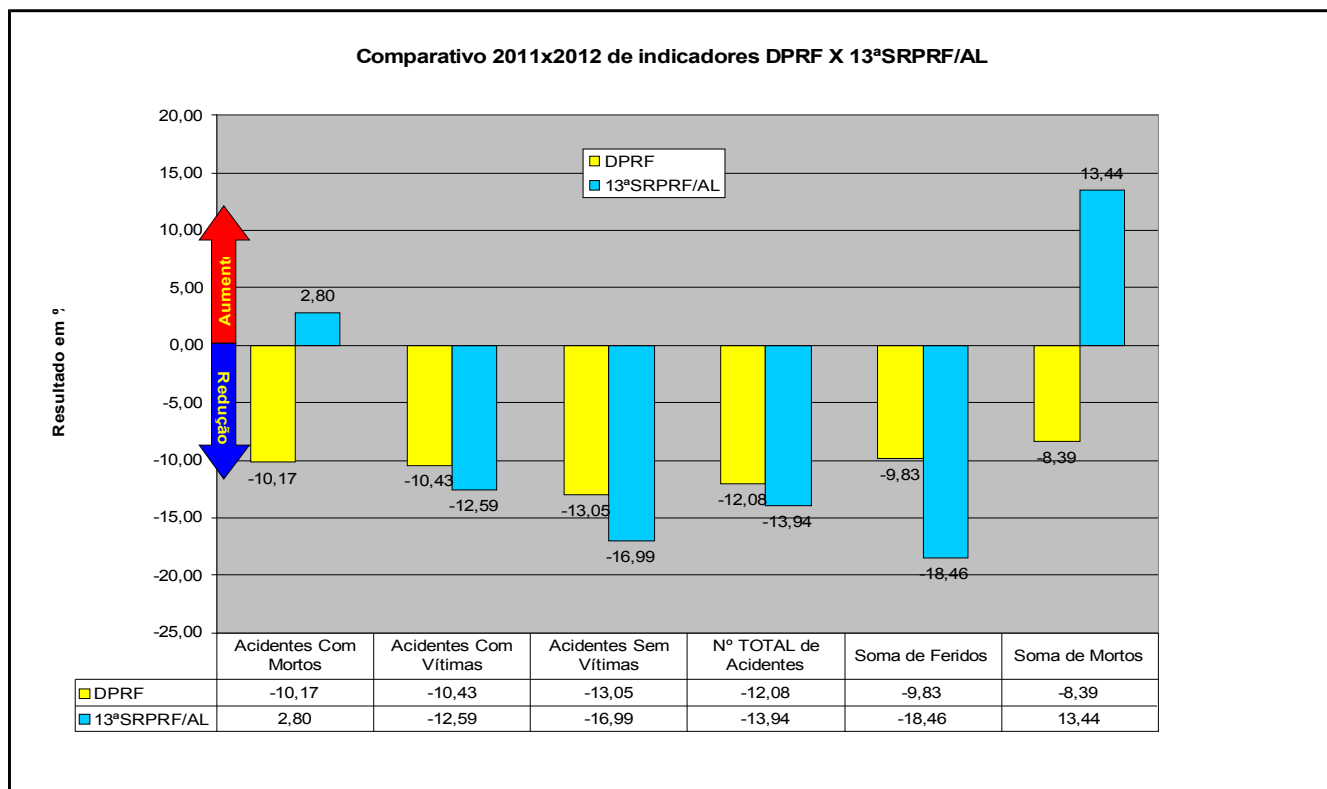


Tabela 07: Número de Vítimas por BR.

BR / Ano	LESÕES LEVES		LESÕES GRAVES		TOTAL - Feridos		MORTOS	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
101	301	266	183	187	483	453	59	69
104	187	189	191	162	378	351	34	34
110	1	6	4	0	5	6	1	0
316	511	436	360	284	870	720	49	69
316 sec.	1	0	0	0	1	0	0	0
416	7	2	3	7	10	9	4	2
423	29	63	47	15	76	78	8	16
424	15	4	2	0	17	4	1	1
TOTAL	1052	966	790	655	1840	1621	156	191

Tabela 08: Acidentes por BR, temos:

BR	2011	2012
101	622	659
104	508	398
110	4	8
316	1105	1033
316 sec.	1	0
416	15	6
423	87	75
424	20	15

Gráfico 6: Número de Acidentes por Mês 2011 X 2012:

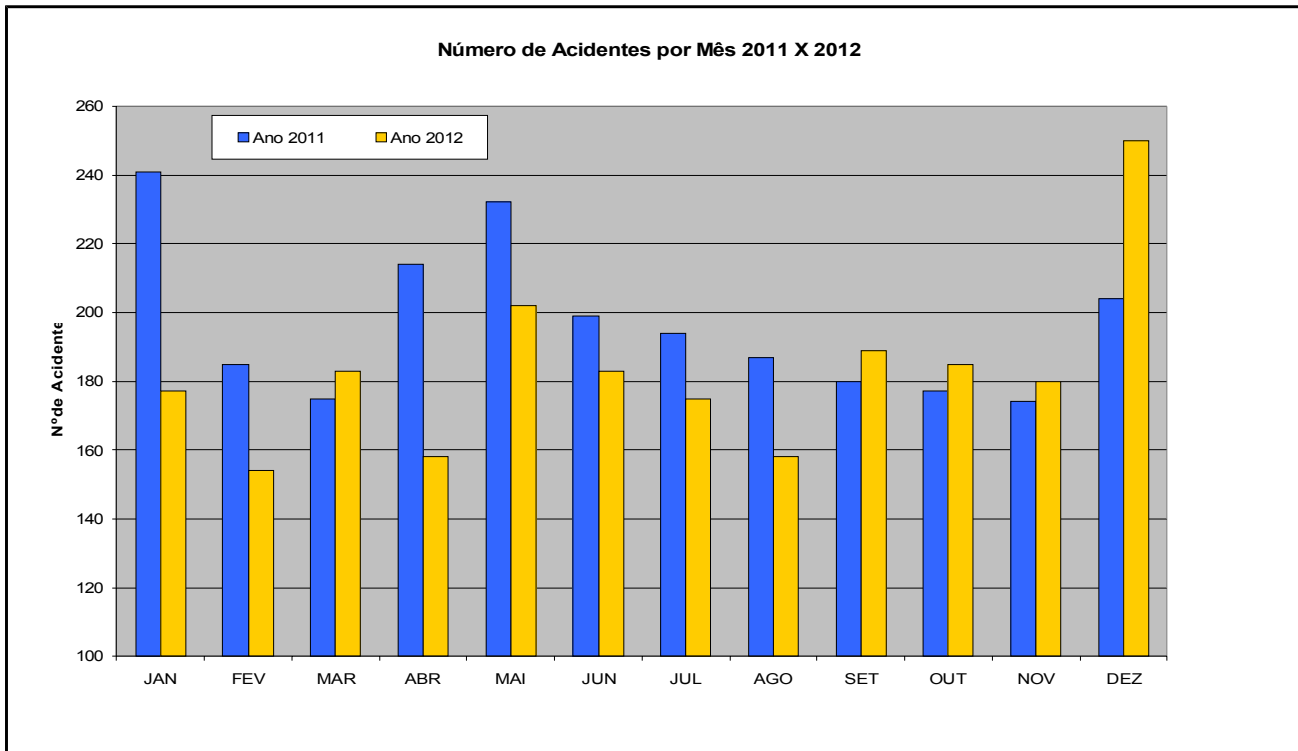


Gráfico 7: Evolução Mensal em % dos Números de: Acidentes, Vítima com Lesões Leves, Vítima com Lesões Graves e Mortos - Comparativo Mês 2011 X 2012.

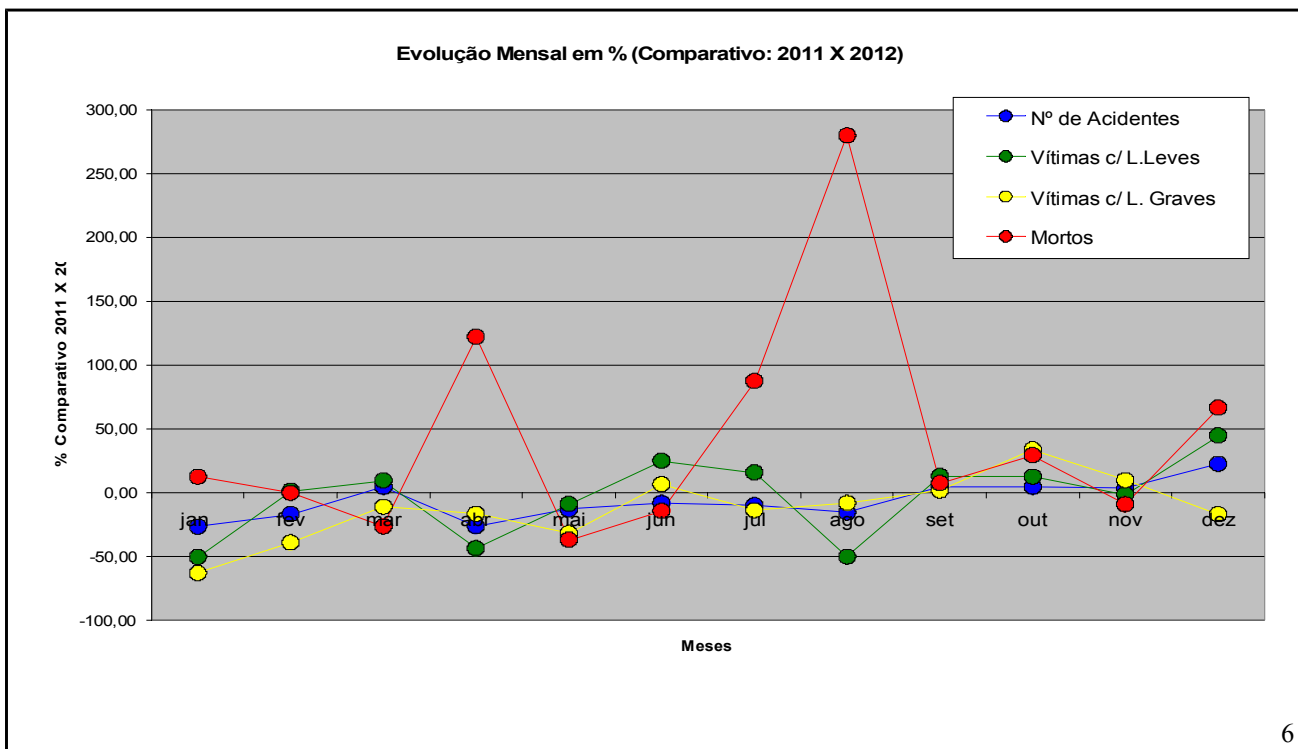


Tabela 09: Acidentes quanto ao TIPO:

Tipo de Acidente	2011	2012	2011(%)	2012(%)
Atropelamento de animal	71	84	3,01	3,83
Atropelamento de pessoa	94	100	3,98	4,56
Capotamento	115	90	4,87	4,10
Colisão com bicicleta	43	41	1,82	1,87
Colisão com objeto fixo	76	59	3,22	2,69
Colisão com objeto móvel	12	14	0,51	0,64
Colisão frontal	144	123	6,10	5,61
Colisão lateral	335	333	14,18	15,18
Colisão Transversal	434	360	18,37	16,41
Colisão traseira	597	575	25,28	26,21
Danos Eventuais	3	3	0,13	0,14
Derramamento de Carga	5	7	0,21	0,32
Incêndio	6	7	0,25	0,32
Queda de motocicleta / bicicleta / veículo	73	58	3,09	2,64
Saída de Pista	250	211	10,58	9,62
Tombamento	104	129	4,40	5,88
Total geral	2362	2194		

Tabela 10: Acidentes quanto ao FATOR CONTRIBUINTE:

Fator Contribuinte	2011	2012	2011(%)	2012(%)
Animais na Pista	80	82	3,39	3,74
Defeito mecânico em veículo	68	69	2,88	3,14
Defeito na via	35	39	1,48	1,78
Desobediência à sinalização	113	158	4,78	7,20
Dormindo	51	58	2,16	2,64
Falta de atenção	907	715	38,40	32,59
Ingestão de álcool	160	192	6,77	8,75
Não guardar distância de segurança	119	198	5,04	9,02
Outras	703	407	29,76	18,55
Ultrapassagem indevida	47	87	1,99	3,97
Velocidade incompatível	79	189	3,34	8,61
Total geral	2362	2194		

Tabela 11: Acidentes quanto ao TRAÇADO DA PISTA:

Traçado da Pista	2011	2012	2011(%)	2012(%)
Cruzamento	171	122	7,24	5,56
Curva	494	503	20,91	22,93
Reta	1697	1569	71,85	71,51
Total geral	2362	2194		

Tabela 12: Acidentes quanto a CONDIÇÃO DA PISTA DE ROLAMENTO:

Cond Pista Rol.	2011	2012	2011(%)	2012(%)
Boa	1861	1764	78,79	80,40
Com Erosão	416	366	17,61	16,68
Regular	3	0	0,13	0,00
Ruim	82	64	3,47	2,92
Total geral	2362	2194		

Tabela 13: Acidentes quanto a CONDIÇÃO DO TEMPO:

Condição do Tempo	2011	2012	2011(%)	2012(%)
Céu Claro	1379	1369	58,38	62,40
Chuva	363	198	15,37	9,02
Granizo	1	0	0,04	0,00
Ignorado	27	35	1,14	1,60
Nevoeiro/Neblina	12	7	0,51	0,32
Nublado	381	312	16,13	14,22
Sol	199	272	8,43	12,40
Vento	0	1	0,00	0,05
Total geral	2362	2194		

Tabela 14: Acidentes quanto a FASE DO DIA:

Fase do Dia	2011	2012	2011(%)	2012(%)
Amanhecer	114	107	4,83	4,88
Anoitecer	103	134	4,36	6,11
Plena noite	830	728	35,14	33,18
Pleno dia	1315	1225	55,67	55,83
Total geral	2362	2194		

Gráfico 8: Comparativo entre a evolução do Número de Acidentes e a Condição e Tipo de Pista e Condição de Tempo - 2011 X 2012.

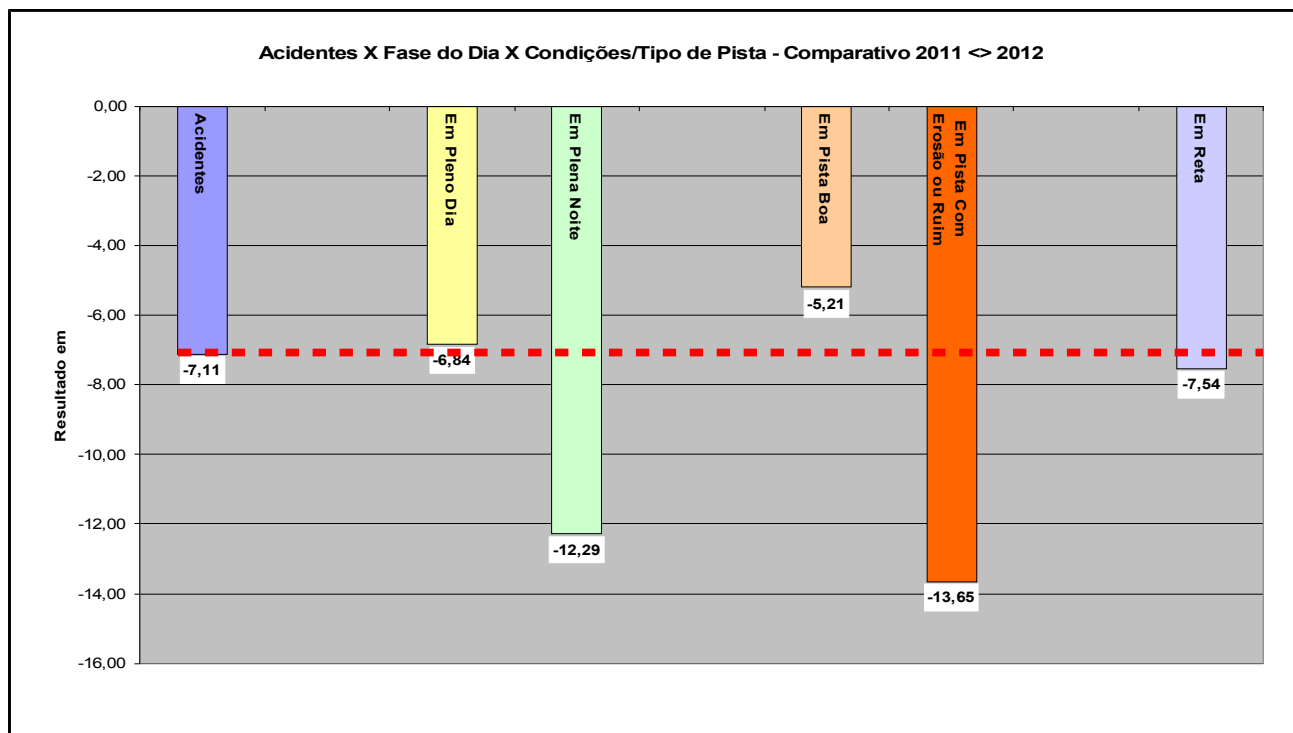


Gráfico 9: Comparativo em %, entre a evolução do Número Médio de Vítimas Feridas - 2011 X 2012.

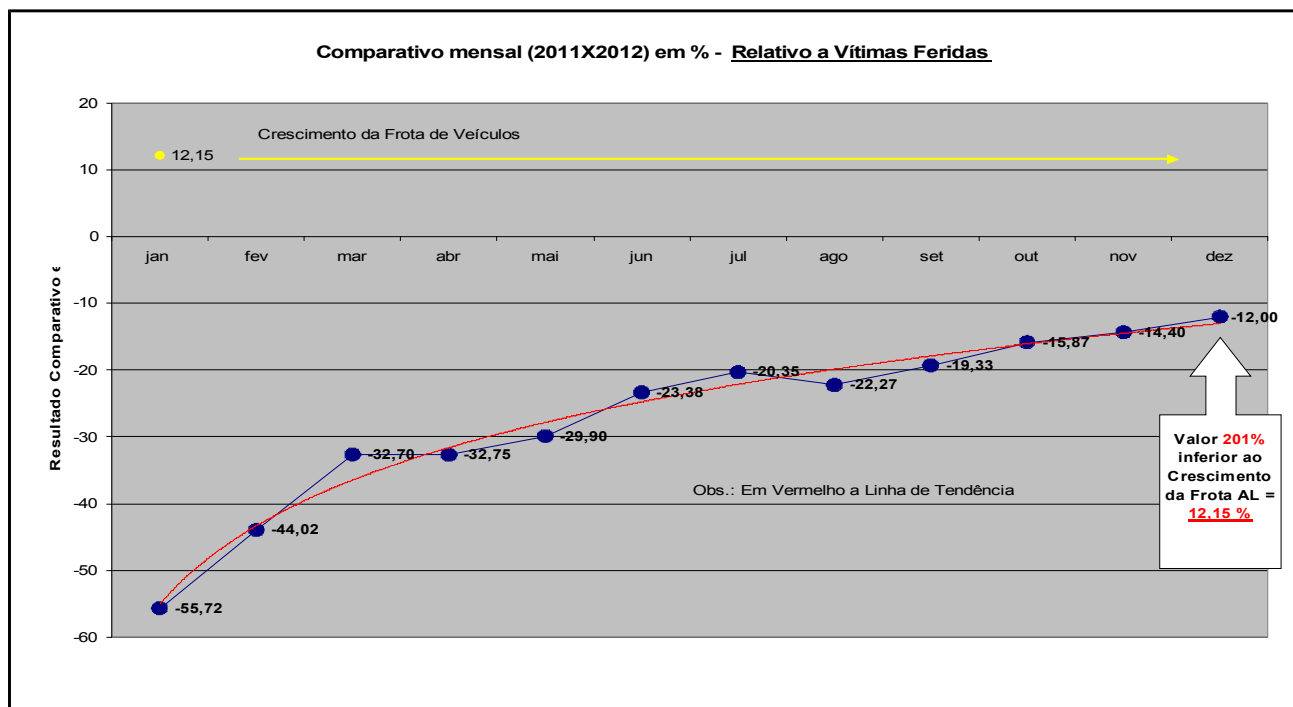


Gráfico 10: Comparativo em %, entre a evolução do Número Médio de Vítimas Fatais - 2011 X 2012

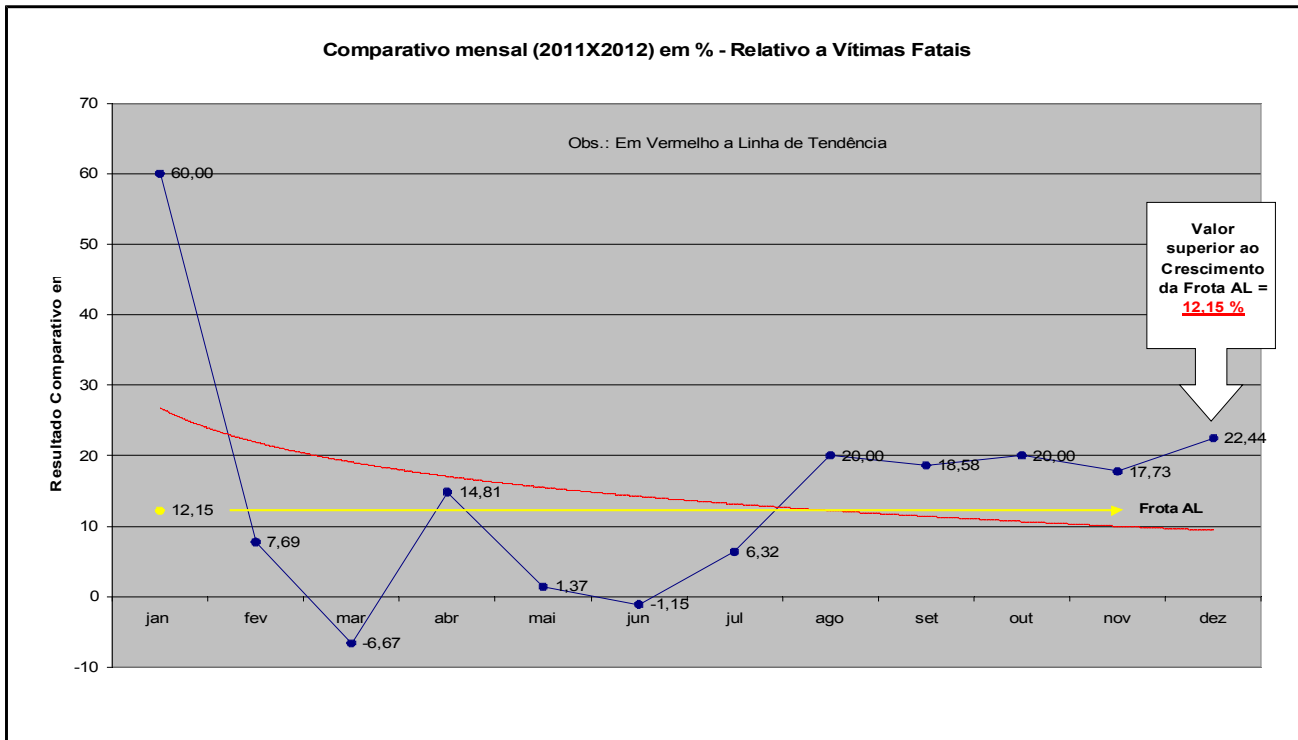


Gráfico 11: Condição da Pista de Rolamento - Acidentes - 2011 X 2012 (Comparativo em %).

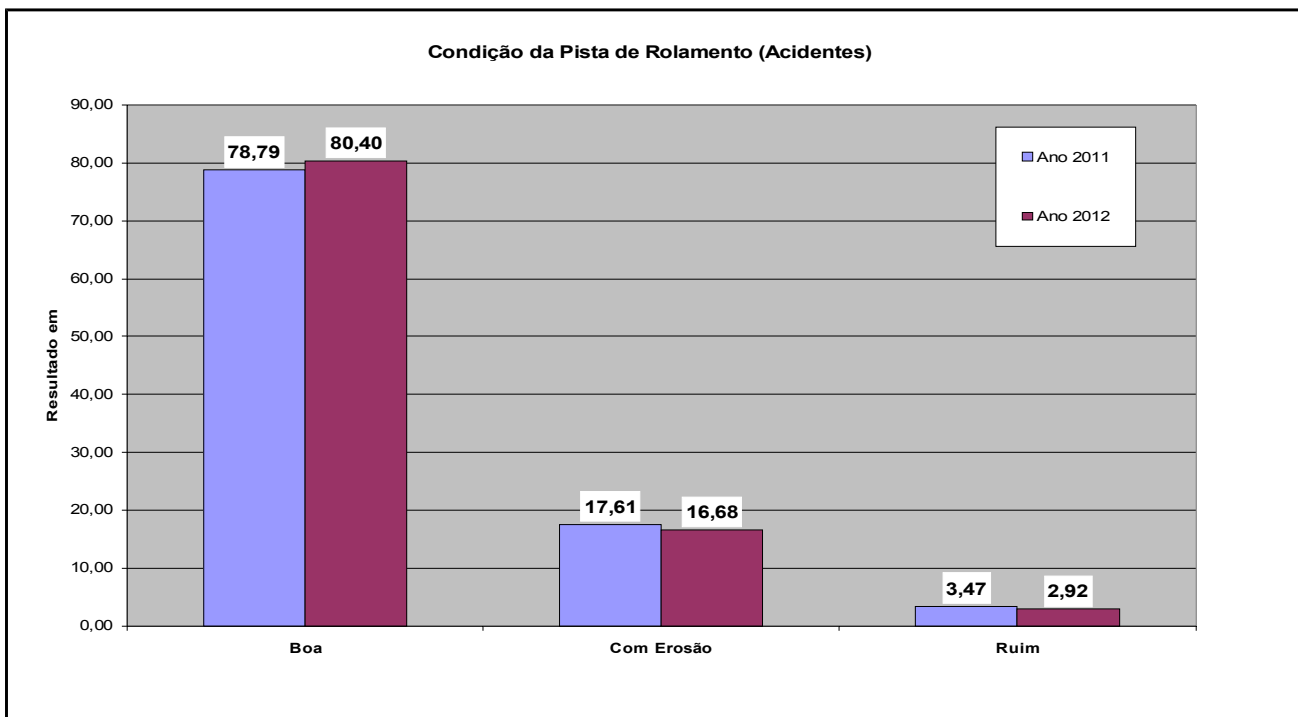


Gráfico 12: Idade da Frota envolvida em Acidentes - 2011 X 2012 (Comparativo em %).

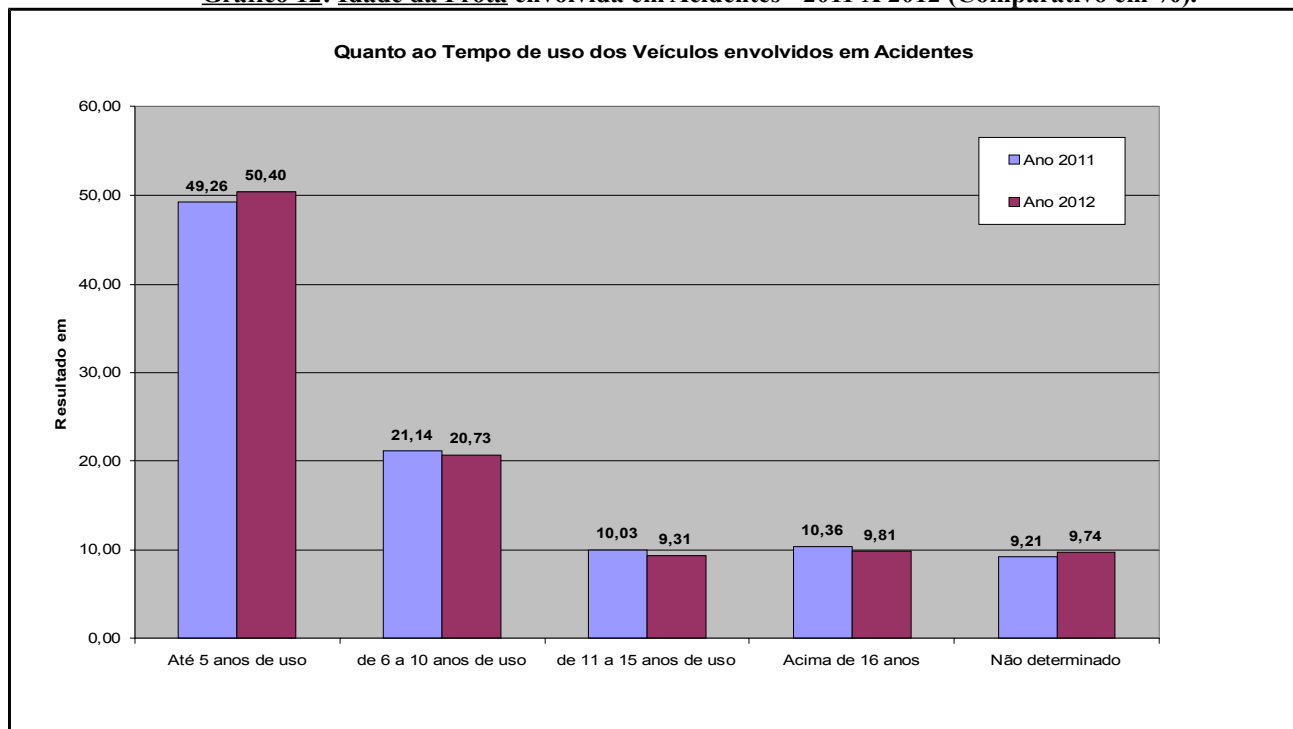


Gráfico 13: Idade dos Condutores envolvidos em Acidentes.

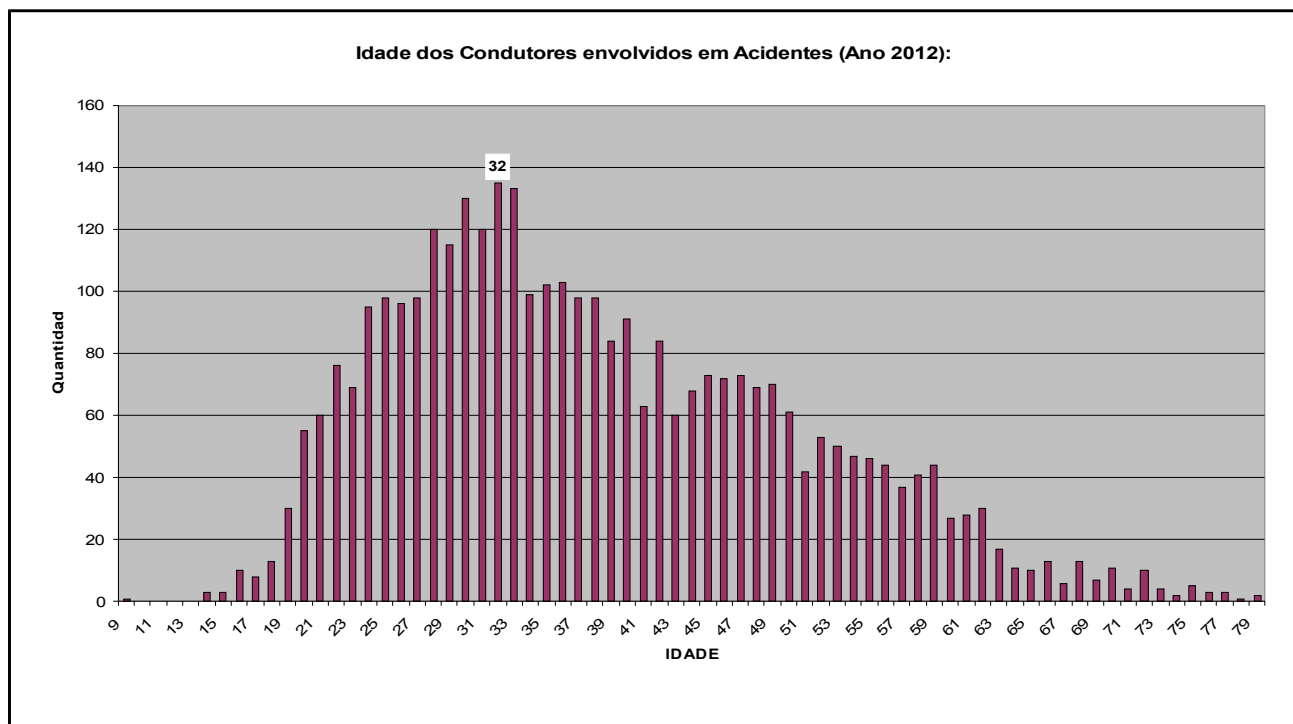
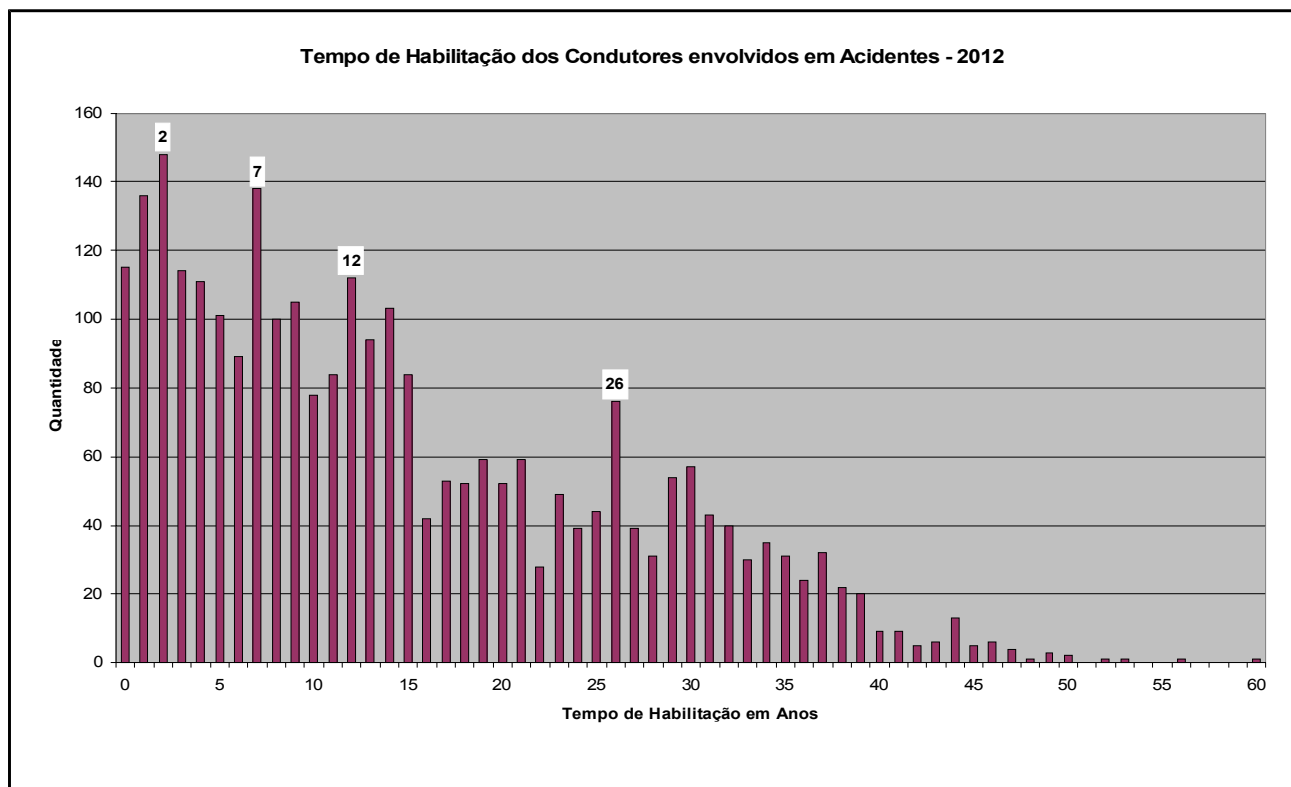


Gráfico 14: Tempo de Habilitação dos Condutores envolvidos em Acidentes – 2012:



CONCLUSÕES:

Analisando os números de Acidentes do ano de 2012 e comparando aos apurados em 2011, verifica-se que a queda nos indicadores mensais de acidentes, iniciada em JULHO/2011, continuou até NOVEMBRO/2012, ficando praticamente estável em DEZEMBRO/2012. O indicador Ocorrências/Frota de Veículos despencou de 53,7 em JULHO/2011 para 39,1 em NOVEMBRO/2012 (caindo mais de 27 pontos percentuais) - Gráfico nº 03, o melhor resultado desde o início da aferição - JAN/2005. Quando compara-se os resultados da Regional, com os do DPRF (Gráfico nº 05), observamos que a 13ªSRPRF/AL obteve um êxito superior ao Departamento em 04 (quatro) dos 06 (seis) itens verificados, só registrando dados negativos em Acidentes com Mortos e Soma de Mortos.

Analisando a quantidade de Acidentes e Vítimas, nos anos 2011 e 2012 (em n°s brutos, sem comparar a Frota de Veículos), observa-se que todos os Tipos de Acidentes (Com Mortos, Com Vítimas Feridas e Sem Vítimas), os Tipos de Vítimas (Feridas Leves e Graves) cresceram menos que a Frota Estadual (+ 12,15%), excetuando-se a soma de Mortos, observando que em apenas 04 (quatro) acidentes, foram registradas 19 Mortes das 191 do ano 2012, ou seja, quase 10% das Mortes no Estado em apenas 04 Ocorrências (ver detalhamento em anexo). Em média os números da Regional REDUZIRAM -2,15%, contra o AUMENTO de 12,15% da Frota, o que representa uma diferença de 117,7% inferior ao aumento da Frota (Tabela nº 05; Gráfico nº 04). Os números aqui apontados resultaram na redução em todos os indicadores, exceto na Soma de Mortos (Tabela nº 01).

Também destaca-se que a Quantidade de Acidentes, em Rodovias Federais de

Alagoas, que cresceram desde o ano 2000, pela 1ª vez caiu em 2012, apesar do pico de acidentes registrado em DEZEMBRO (Gráfico nº 15).

Ainda sem a relação com a Frota de Veículos, verifica-se no Gráfico nº 06 um comportamento semelhante ao indicador citado anteriormente. A tendência de queda, iniciou um mês antes que o do indicador, a partir de MAIO, sendo mantida até a NOV/2011, seguiu-se de forte queda no 1º quadrimestre de 2012, sendo que, em MAIO/2012 houve um pequeno acréscimo (inferior ao apresentado em Maio do ano anterior), seguida de nova queda até AGOSTO. Os números voltaram a subir no último quadrimestre do ano, apresentando pico em DEZEMBRO.

Outros números destacaram-se (Tabelas nº 11 a 14 e Gráfico nº 08 e 11), enquanto os Acidentes reduziram **-7,11%** (redução sem considerar a Frota), os acidentes:

- no período da NOITE a redução foi maior **-12,29%**;
- em Pista BOA a redução foi inferior (**-6,84%**) e em Pista Com Erosão ou Ruim, registrou-se uma redução superior (**-13,65%**), bem como em RETA (**-7,54%**).

Quanto ao Tempo de uso dos veículos envolvidos em acidentes, constatou-se um envolvimento maior, em acidentes, de veículos com até 05 (cinco) anos de uso, passando de 49,26% em 2011, para 50,40% em 2012; quanto a Idade dos Condutores, vemos um pico em 32 (trinta e dois) anos, e quanto ao Tempo de Habilitação, vemos picos em 02, 07, 12 (anos) de tempo de habilitação - Gráficos nº 12 a 14.

A Taxa de Variação de Acidentes/TVA (Acidentes /1.000.000 de veículos) – Indicador de Desempenho previsto para o Programa 0663 (Segurança Pública Na Rodovias Federais) do Plano Plurianual (PPA 2008-2011), que em 2011 registrou 33,48 caiu em 2012 para 28,82 (o menor índice registrado). Observo que, removendo a relação com a Frota de Veículos, a média de aumento no número de acidentes em Alagoas dos últimos 10 anos aponta um valor de 6,12% ao ano, sendo que, em 2012, conseguimos registrar redução em relação a 2011. Destaco um fator agravante na utilização da TVA pelo DPRF, é que esta utiliza, em sua fórmula, o número de veículos da Frota Nacional, entretanto a Frota de veículos em Alagoas cresce mais (em termos proporcionais) que a Frota Nacional. Nos últimos 10 anos a Frota Nacional cresceu 114,33% contra 176,91% de crescimento da Frota em Alagoas (Fonte: Denatran), o que representa uma diferença de 54,74%. Caso fosse utilizado a Frota Nacional para os cálculos de desempenho (Resultado) demonstrados na Tabela nº 01 haveria uma piora em média de 26,8% nos valores obtidos. Observo que 72,4% dos veículos e 78,1% dos Condutores que tiveram seu endereço identificado e que se envolveram em acidentes (ano 2012) nas estradas federais Alagoanas, eram emplacados ou residiam no Estado de Alagoas. Diante do exposto conclui-se que a grande maioria dos acidentes registrados envolvem veículo e/ou condutores locais, motivo pelo qual foram utilizados os números da Frota do Estado para os cálculos de desempenho (Tabela nº 01).

Quanto às VÍTIMAS, verifica-se nos Gráficos nº 9 e 10 Linhas de Tendências com previsões de crescimento inferiores ao crescimento da Frota de veículo, mas detalhadamente tivemos:

- Vítimas Feridas: começamos o ano 2012 em forte queda, que permaneceu durante o todo o ano, existindo uma tendência a uma aproximação aos números da frota de veículos, fechando com uma redução de 201% , em relação a Frota de veículos - AL (Gráfico nº 09);
- Vítimas Fatais: começamos o ano 2012 em alta, seguido de forte queda com posterior oscilação, próxima a frota de veículos, até Julho, seguido de crescimento em Agosto, ficando praticamente estável até o final do ano, fechando com um aumento superior ao aumento da Frota de veículos - AL (Gráfico nº 10).

Comparando o crescimento do Número de Acidentes com Vítimas Fatais e Feridas, com o crescimento do Números de Vítimas (Tabela nº 01), verifica-se com preocupação, que enquanto os números referentes aos Acidentes reduziram 1,07% (c/ Mortos) e 15,89% (c/ Feridos),

e os números de Vítimas Graves reduziram 26,07% e o de Vítimas Leves 18,13%, o número de Mortos cresceu 9,17%, o que nos permite afirmar que a quantidade de vítimas fatais, por acidente, foi maior que em 2011, o que, inicialmente, não indica um o aumento na gravidade dos acidentes (em relação ao ano anterior).

Quando analisamos o GRAU DE LETALIDADE (GL), que faz referência a totalidade dos acidentes (Com e Sem Vítimas), destaco a piora no indicador, em relação a 2011, sendo necessários menos acidentes para o registro e uma morte, de **15,1** Acidentes para cada morte nas estradas, foi para **11,5** acidentes por morte em 2012 (diferença de 24,3%).

Ano 2009: GL = 15,3	}	+ 2,8%
Ano 2010: GL = 14,9		
Ano 2011: GL = 15,1		
Ano 2012: GL = 11,5		

Comandos de Saúde nas Rodovias:

Quanto aos Comandos de Saúde nas Rodovias-CSR, em relação a 2011, foram mantidos os atendimentos aos Motoristas nos mesmos patamares por operação, apesar de realizarmos dois eventos a menos que em 2011 (456 atendimentos em 04 Operações/2011 – 195 atendimentos em 02 Operações/2012). Nos CSR os Motoristas Profissionais e demais usuários das Rodovias são atendidos por profissionais de saúde visando a detecção de fatores de risco e criação de indicadores estatísticos, sendo ainda oferecidos diversos outros serviços, tais como vacinação, distribuição de preservativos, orientação sobre: Trânsito, Alimentação Saudável, DST, entre outros.

Resolução nº 362/2010-CONTRAN:

“Considerando o número de veículos acidentados que, recuperados, voltam a circular nas vias públicas; Considerando a necessidade da Administração Pública, no interesse da segurança viária e da sociedade, de determinar medidas que submetam os veículos acidentados a procedimentos de controle para que possam voltar a circular nas vias públicas com segurança, bem como estabelecer procedimentos para a baixa do registro dos veículos acidentados irrecuperáveis” - Res. 362/2010, O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO – CONTRAN, Estabeleceu através da Resolução nº 362/2010, a classificação de danos em veículos decorrentes de acidentes e os procedimentos para a regularização ou baixa dos veículos envolvidos.

A 13ªSRPRF/AL obedecendo a Resolução em tela, enviou ao DETRAN/AL:

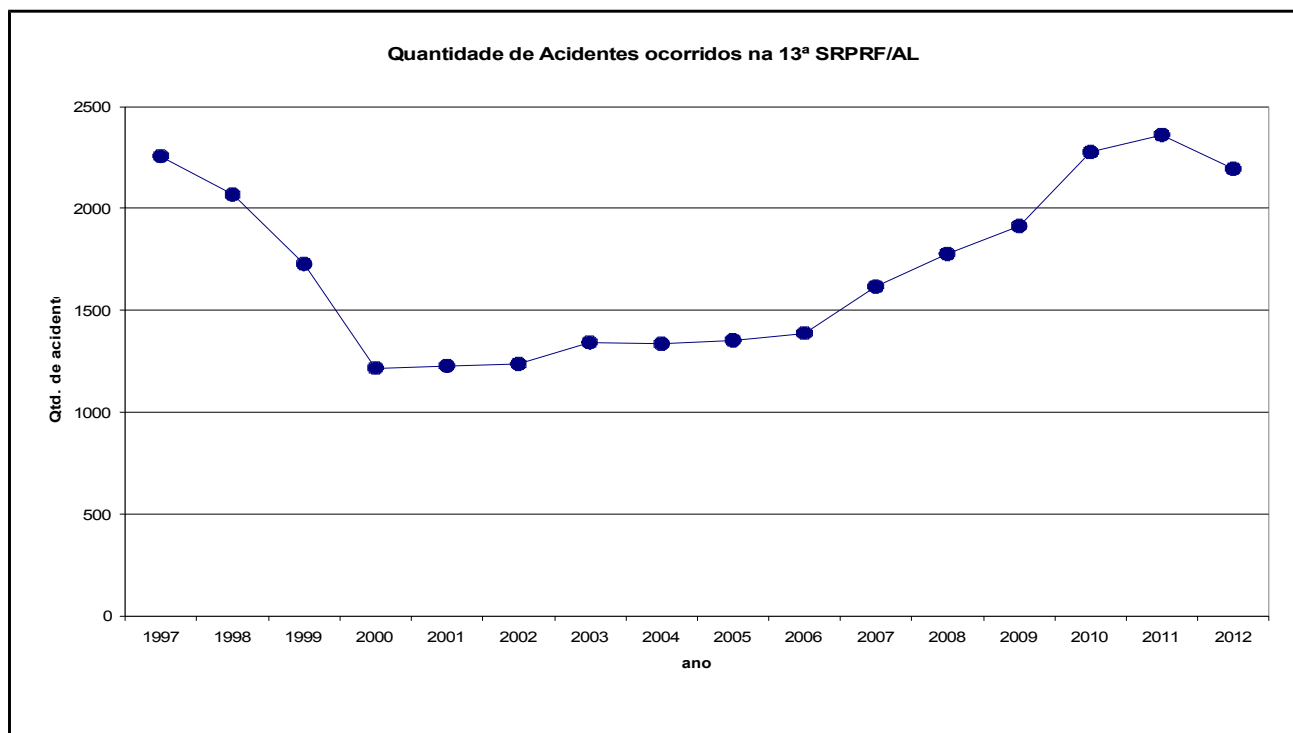
- **372** (trezentos e setenta e dois) Boletins de Acidentes de Trânsito-BAT, por meio eletrônico (sem a necessidade de impressões e despesas com o deslocamento de servidores), onde constam o registro de **410 (quatrocentos e dez) veículos**, que após avaliados pelos policiais rodoviários federais responsáveis pelo Boletim, foram classificados com danos de média e grande monta. O órgão executivo de trânsito do Estado incluiu o bloqueio administrativo no cadastro dos veículos que receberam a classificação citada, e estes ficam proibidos de circular em vias públicas, sob pena de infringir o disposto no art. 230, inciso VIII, do CTB, até que os mesmos apresentem, entre outros documentos, um Certificado de Segurança Veicular – CSV expedido por Instituição Técnica Licenciada- ITL, devidamente licenciada pelo DENATRAN e acreditada pelo INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, garantido assim que esses veículos acidentados, possam voltar a circular com total segurança ou seja executada a baixa do seu cadastro na forma determinada pelo CTB.

Observação: Apesar de não ser uma função direta do Núcleo, absorvemos a missão de realizar a **Campanha do Desarmamento na Regional**. Em 2012 foram entregues voluntariamente 16 armas, e 172 munições, sendo registradas no sistema da Campanha e encaminhadas ao Exército Brasileiro.

ATENÇÃO: Os dados fornecidos no Relatório, são números oficiais do NURAM/13ªSRPRF, extraídos em Janeiro a Março/2013 e podem sofrer alterações. Fonte: Relatórios SIGER/DPRF e BAT-Detran*/DPRF (*produzidos a partir dos BATs confeccionados com *status* “Encerrado”, possuindo assim margem de erro menor que o do ROD/DPRF, em relação aos números reais). Observo que existe diferença** dos números aqui expostos como o do ROD/DPRF. (diferença** média em 2011 de **1,14%**; e em 2012 de **1,11%**).

61

Gráfico 15: Quantidade de Acidentes ocorridos na 13ªSRPRF/AL (de 1997 a 2012):



Quadro VI – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ – Ação 2816

Identificação da Ação						
Código	2816					
Descrição	SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Iniciativa	03DW - Aprimorar as ações de investigação e operações de inteligência policial					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
34163,67	34163,67	34163,67	34163,67	0,00	0,00	34163,67
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Operação realizada	Unidade	-	-	34163,67	34163,67

Quadro VII – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ – Ação 86A1

Identificação da Ação						
Código	86A1					
Descrição	PROCESSAMENTO E ARRECADAÇÃO DE MULTAS APLICADAS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Iniciativa	03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1093,04	1093,04	1093,04	1093,04	0,00	0,00	1093,04
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Processos analisados	Unidade	160	68	1093,04	1093,04

Análise Crítica: com o objetivo de sanear o grande passivo de processos de defesa de autuação que aguardam análise e instrução, foram coordenadas atividades de análise de processos com servidores desta Regional. Da meta prevista de 160 processos a analisar foram analisados 68 processos.

Quadro VIII – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ – Ação 8623

Identificação da Ação						
Código	8623					
Descrição	REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Iniciativa	03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1209947,37	1209947,37	1209947,37	39738,35	0,00	1170209,02	39738,35
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Unidade reformada/modernizada	Unidade	3	3	1209947,37	39738,35

DESCRIÇÃO	VALOR
Manutenção predial nos postos da PRF em São Miguel dos Campos e Canapi/AL	R\$ 72.644,43
Reforma predial da sede da 13ª SRPRF/AL.	R\$ 1.584.832,94

Análise crítica: as reformas e manutenções prediais decorrem de ação permanente da Coordenação Geral de Planejamento e Modernização do DPRF no sentido de manter e/ou melhorar o ambiente de trabalho dos servidores envolvidos nas atividades meio e fim da PRF.

Nas Unidades de Carié e de São Miguel dos Campos foi feita manutenção predial a qual abrangeu pinturas, consertos hidráulicos e elétricos, consertos de telhados e etc.

Para a Unidade da Sede Administrativa Regional foi planejada uma reforma predial geral com intuito de adequar um antigo prédio construído pelo DNIT, o qual abrigava uma residência de engenheiros, como também, um laboratório de solos e oficina de fabricação de placas rodoviárias. Depois desta Reforma (custeio) o prédio ficará adequado as necessidades de espaço que tem o corpo administrativo desta Regional. Além disso, o prédio poderá abrigar os setores administrativos conforme o organograma institucional da UJ, de maneira ordeira e racional do ponto de vista organizacional, como também, de ofertar um ambiente de trabalho salubre que proteja a saúde mental e física dos servidores do órgão e, igualmente, proporcionar uma prestação de serviços mais adequada possível aos usuários das rodovias federais em Alagoas.

Quadro IX – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ – Ação 8698

Identificação da Ação						
Código		8698				
Descrição		MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO				
Iniciativa		03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	330928,59	330928,59	145725,00	0,00	185203,59	145725,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Serviços de telefonia fixa e móvel	mês	12	12	69992,09	51738,86
2	Internet MPLS e Conectividade	mês	12	12	198677,57	90926,99
3	Aquisição de equipamentos de informática	-	-	-	34557,93	3059,15

Aquisição de Equipamentos de Informática:

Valor	Descrição
R\$ 704,38	Aquisição de 02 HDs externos
R\$ 13.000,00	Aquisição de servidor de rede tipo III.
R\$ 16.000,00	Aquisição de 02 servidores de rede tipo IV.
R\$ 4.853,55	Aquisição de 19 monitores de computador.

Análise crítica: com a Ação 8698, Manutenção E Modernização Dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação, são mantidos os serviços de telefonia fixa e móvel, além dos serviços de internet MPLS e de conectividade de EDAs.

Além do exposto, no exercício de 2012 emitimos empenho para aquisição de equipamentos de informática. Os equipamentos de TI adquiridos para uso da 13ªSRPRF/AL, permitirão melhores condições no desenvolvimento das atividades desempenhadas pelas diversas áreas desta Regional.

Destacam-se os equipamentos **Servidores de Rede**, os quais beneficiam todas os usuários de TI no âmbito da Regional de Alagoas.

Por se tratarem de dispositivos atualizados tecnologicamente, estes irão proporcionar melhor resposta às requisições dos usuários, atendimentos mais rápidos e otimizados, devido a melhorias nos índices de tráfego da rede interna, dentre outros benefícios.

Neste contexto, teremos como principal consequência um aumento na eficiência do desenvolvimento das atividades diárias, o que refletirá em melhorias nos serviços prestados à sociedade.

Quadro X – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ – Ação 14M3

Identificação da Ação						
Código	14M3					
Descrição	AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA, A CARGO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, NA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CONFERÊNCIA RIO+20					
Iniciativa	Não se aplica					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
131217,17	131217,17	131217,17	131217,17	0,00	0,00	131217,17
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Evento Apoiado	unidade	01	01	131217,17	131217,17

“A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida também como **Rio+20**, foi uma conferência realizada entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 na cidade brasileira do [Rio de Janeiro](#), cujo objetivo era [discutir](#) sobre a renovação do compromisso político com o [desenvolvimento sustentável](#).”

Considerado o maior evento já realizado pela [Nações Unidas](#), o Rio+20 contou com a participação de chefes de estados de cento e noventa nações que propuseram mudanças, sobretudo, no modo como estão sendo usados os recursos naturais do planeta. [1] Além de questões ambientais, foram discutidos, durante a CNUDS, aspectos relacionados a [questões sociais](#) como a falta de moradia e outros. [2]

O evento ocorreu em dez locais, tendo o [RioCentro](#) como principal local de debates e discussões; entre os outros locais, figuram o [Aterro do Flamengo](#) e o [Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro](#)” Fonte na internet: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio%2B20>

DESPESAS

Descrição	Valor
Deslocamento de servidores relativos à Operação RIO+20	R\$ 129.170,10
Embarque de cão para serviços relativos à Operação RIO+20	R\$ 2.047,07
TOTAL	R\$ 131.217,17

Quadro XI – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ – Ação 2346

Identificação da Ação						
Código	2346					
Descrição	FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE					
Iniciativa	Não se aplica					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
131217,17	131217,17	71924,73	43625,86	0,00	28298,87	43625,86
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Manutenção e abastecimento da frota	unidade	01	01	71924,73	43625,86

Quadro XII – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ – Ação 2347

Identificação da Ação						
Código	2347					
Descrição	FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS					
Iniciativa	Não se aplica					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
131217,17	131217,17	35600,00	9738,81	0,00	25861,19	9738,81
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Manutenção e abastecimento da frota	unidade	01	01	35600,00	9738,81

Nas Ações 2346 e 2347 acima descritas, os créditos obtidos foram usados exclusivamente para abastecimento e manutenção da frota, havendo uma relação natural da descrição das Ações com as atividades realizadas.

4.1.2. Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro XIII – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ – Ação 0181

Identificação da Ação						
Código	0181					
Descrição	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
21088,28	21088,28	21.088,28	21.088,28	0,00	0,00	21.088,28
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Não se aplica					

Análise crítica: Por meio da ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis, foram pagos dois auxílios-funerários pelo falecimento de servidores inativos, totalizando-se despesas na ordem de R\$21.088,28.

Quadro XIV – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ – Ação 2000

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1656500,06	1656500,06	1656500,06	1330379,75	0,00	326120,31	1330379,75
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Não se aplica					

A seguir, quadro sintético referente às despesas com a Ação 2000:

SALDO EMPENHADO	SALDO LIQUIDADO	RAPA LIQUIDAR	DESCRIÇÃO
R\$ 22.342,44	R\$ 20.957,44	R\$ 1.385,00	Despesas com deslocamento de servidores para atividades administrativas
R\$ 18.710,65	R\$ 13.911,70	R\$ 4.798,95	Aquisição de materiais de consumo
R\$ 1.077.116,15	R\$ 815.764,51	R\$ 261.351,64	Terceirização de mão de obra
R\$ 188.134,70	R\$ 165.975,89	R\$ 22.158,81	Serviços de Terceiros
R\$ 13.780,37	R\$ 12.119,12	R\$ 1.661,25	Taxas (licenciamento da frota e Contribuição para a Iluminação Pública)
R\$ 3.288,79	R\$ 3.288,79	R\$ 0,00	Despesas de exercício anterior
R\$ 8.525,47	R\$ 3.978,47	R\$ 4.547,00	Publicações no Diário Oficial da União
R\$ 27.608,00	R\$ 16.399,00	R\$ 11.209,00	Aquisição de material permanente

Detalhamento de Empenhos Emitidos para Aquisição de Material Permanente

DESCRIÇÃO	VALOR
Aquisição de escada extensível	R\$ 1.414,00
Aquisição de 42 no-breaks	R\$ 8.085,00
Aquisição de no-break de 10kVA	R\$ 6.900,00
Aquisição de 09 fragmentadoras de papel	R\$ 4.509,00
Aquisição de 07 gaveteiros móveis e 04 armários	R\$ 6.700,00
TOTAL	R\$ 27.608,00

4.2. Relação das Ações da Lei Orçamentária Anual

4.2.1. Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro XV – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	
	Recebidos	200230	200129	30107 06/122/2112/2000/0001	-	-	49.366,18
		200109	200129	30107 06/122/2112/2000/0001	-	-	1.580.401,23
		200109	200129	30107 06/128/2070/2524/0001	-	-	65.027,91
		200109	200129	30107 06/181/0663/14M3/0033	-	-	131.217,17
		200109	200129	30107 06/181/2070/20IC/0001	-	-	68.388,52
		200109	200129	30107 06/181/2070/2723/0001	-	-	912.435,82
		200109	200129	30107 06/181/2070/8623/0001	-	-	459.947,37
		200109	200129	30107 06/181/2070/8623/0027	-	-	750.000,00
		200109	200129	30107 06/181/2070/8698/0001	-	-	296.370,66
		200109	200129	30107 06/181/2070/86A1/0001	-	-	1.093,04
		200109	200129	30107 06/183/2070/2816/0001	-	-	34.163,67
		200230	200129	30107 09/272/0089/0181/0001	21.088,28	-	-
200109	200129	39250 26/125/2075/2346/0001	-	-	71.924,73		
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	
	Recebidos	-	-	-	-	-	
Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital			
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	
	Recebidos	200109	200129	30107 06/181/2070/8698/0001	34.557,93	-	-
		200109	200129	30107 06/122/2112/2000/0001	27.608,00	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	
	Recebidos	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI

4.2.2. Execução Orçamentária da Despesa

4.2.2.2. Execução da Despesa de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.2.2.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação

Quadro XVI – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	1.364.627,47	1.693.051,66	1.364.627,47	1.693.051,66
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	1.364.627,47	1.693.051,66	1.364.627,47	1.693.051,66
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	374.955,02	271.212,59	374.955,02	271.212,59
g) Dispensa	217.358,53	93.063,43	217.358,53	93.063,43
h) Inexigibilidade	157.596,49	178.149,16	157.596,49	178.149,16
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
i) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	739.569,53	431.508,26	739.569,53	431.508,26
j) Pagamento em Folha	21.088,28	15.822,57	21.088,28	15.822,57
k) Diárias	718.481,25	415.685,69	718.481,25	415.685,69
5. Outros	68.383,96	92.578,46	68.383,96	92.578,46
6. Total (1+2+3+4+5)	2.547.535,98	2.488.350,97	2.547.535,98	2.488.350,97

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Observação: destacamos na tabela a seguir, entre os saldos de empenhos emitidos na modalidade de pregão, a parcela respectiva de registro de preços, ressaltando que não há ocorrência de registro de preços em nenhuma outra modalidade de licitação:

Empenhos Emitidos na Modalidade Pregão, em Relação aos Registros de Preços

	2012	2011
Pregão com Registro de Preços	R\$ 934.332,90	R\$ 1.220.703,39
Pregão sem Registro de Preços	R\$ 1.196.199,59	R\$ 1.423.687,79
Percentual de Registro de Preços	43,85%	46,16%

4.3. Demonstração e Análise do Desempenho da Unidade na Execução Orçamentária e Financeira

Durante o ano, recebemos crédito orçamentário para atendimento às várias despesas desta Regional, o que se apresenta na tabela apresentada por Grupo de Despesa e Classificação da Ação.

O impacto da realização dessas programações para esta Administração é total, face não termos créditos originários, apenas os recebidos por movimentação.

As movimentações são todas internas, ocorridas entre Unidades Gestoras pertencentes à mesma Unidade Orçamentária.

5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

5.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.

Não houve qualquer movimento ou saldo diferente de zero, durante o exercício de 2012, nas contas 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do S IAFI.

5.2. Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro XVIII - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2010	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	R\$ 1.028.816,56	R\$ 130.737,07	R\$ 788.190,46	R\$ 109.889,03
2010	R\$ 242.398,32	R\$ 11.513,32	R\$ 230.885,00	R\$ 0,00
Fonte: SIAFI				

Análise Crítica

Uma quantidade significativa de Restos a Pagar de exercícios anteriores ao de competência do relatório de gestão decorre de empenhos emitidos já no mês de dezembro.

O Núcleo de Patrimônio e Material desta Regional, estando a par das Notas de Empenho emitidas para aquisição de materiais, efetiva contato com as favorecidas, acompanhando os prazos a serem respeitados para entrega dos produtos. Alguns materiais, por sua importância para a Unidade Regional, eventualmente são reinscritos em Restos a Pagar com o propósito de permanecerem viáveis os esforços de aquisição.

Do saldo remanescente a pagar apurado em 31/12/2012, observa-se que 95% do valor inscrito, R\$230.285,00, refere-se a aquisição de viaturas para a frota da Regional, já tendo ocorrido o pagamento respectivo após o encerramento do exercício de 2011. O motivo do alongamento no prazo em que tais empenhos permaneceram inscritos, foram inadequações constatadas nos bens entregues (viaturas), que já foram saneadas, possibilitando a realização do pagamento.

5.3. Transferências mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Parceria, Termo de Cooperação, Termo de Compromisso ou Outros Acordos, Ajustes ou Instrumentos

5.3.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro XIX – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: 13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal									
CNPJ: 00.394.494/0124-95					UG/GESTÃO: 200129/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	01/2009	61.600.839/0001-55	23040,00	-	4133,04	16133,04	10/08/2009	10/08/2013	1
<p>LEGENDA</p> <p>Modalidade: Convênio Contrato de Repasse Termo de Cooperação Termo de Compromisso</p> <p>Situação da Transferência: Adimplente Inadimplente Inadimplência Suspensa Concluído Excluído Rescindido Arquivado</p>									
Fonte: SIASG (SICONV) E SIAFI									

5.3.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro XX – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal					
CNPJ:	00.394.495/0124-95					
UG/GESTÃO:	200129/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	-	-	-	4133,04	5568,00	4992,00
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

5.3.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e Seguintes

Quadro XXI – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: 13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal					
CNPJ: 00.394.494/0124-95			UG/GESTÃO: 200129/00001		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	1	23040,00	16133,04	5688,00	70,0%
Contrato de Repasse	-				
Termo de Cooperação	-				
Termo de Compromisso	-				
Totais	1				

Fonte: SIAFI e SIASG

5.3.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Este convênio foi celebrado nos moldes de um contrato, inclusive com a realização de Pregão Eletrônico para realização do convênio. Por recomendação da assessoria jurídica (AGU), usamos a nomenclatura “convênio” ao invés de “contrato”. O fiscal do convênio, a par da quantidade de estagiários disponibilizados e de sua frequência, atesta mensalmente as faturas apresentadas. Os estagiários beneficiam-se adquirindo experiência profissional nos diversos setores de trabalho desta UG, e a PRF com tal auxílio, impulsiona suas atividades e realiza o pagamento das bolsas respectivas e da taxa de administração ao CIEE, esta pela própria UG, aquelas pelo DPRF em Brasília-DF.

5.3.5. Análise Crítica

O Convênio celebrado através do instrumento 001/2009, ativo desde outubro de 2009, oportuniza a alunos dos níveis médio e superior, estágio junto a esta Regional, ao tempo em que contribuem na medida das possibilidades, para o bom andamento dos serviços administrativos. Não há que se falar em inadimplência, haja vista que ao CIEE cabe a indicação de alunos pré-selecionados para o preenchimento de vagas preestabelecidas, o que o CIEE tem feito a contento.

Valor repassado por ano e mês de competência

ANO DA COMPETÊNCIA	MÊS DE COMPETÊNCIA	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL REPASSADO	TAXA/ ESTAGIÁRIO	QUANT. ESTAGIÁRIOS
2009	outubro	R\$ 480,00	R\$ 1.440,00	R\$ 24,00	20
	novembro	R\$ 480,00		R\$ 24,00	20
	dezembro	R\$ 480,00		R\$ 24,00	20
2010	Janeiro	R\$ 480,00	R\$ 5.448,00	R\$ 24,00	20
	Fevereiro	R\$ 456,00		R\$ 24,00	19
	Março	R\$ 432,00		R\$ 24,00	18
	Abril	R\$ 456,00		R\$ 24,00	19
	Maiο	R\$ 504,00		R\$ 24,00	21
	Junho	R\$ 456,00		R\$ 24,00	19
	Julho	R\$ 456,00		R\$ 24,00	19
	Agosto	R\$ 456,00		R\$ 24,00	19
	Setembro	R\$ 456,00		R\$ 24,00	19
	Outubro	R\$ 456,00		R\$ 24,00	19
	Novembro	R\$ 384,00		R\$ 24,00	16
	Dezembro	R\$ 456,00		R\$ 24,00	19
	2011	Janeiro		R\$ 384,00	R\$ 5.112,00
Fevereiro		R\$ 504,00	R\$ 24,00	21	
Março		R\$ 504,00	R\$ 24,00	21	
Abril		R\$ 480,00	R\$ 24,00	20	
Maiο		R\$ 480,00	R\$ 24,00	20	
Junho		R\$ 480,00	R\$ 24,00	20	
Julho		R\$ 456,00	R\$ 24,00	19	
Agosto		R\$ 432,00	R\$ 24,00	18	
Setembro		R\$ 336,00	R\$ 24,00	14	
Outubro		R\$ 600,00	R\$ 24,00	25	
Novembro		R\$ 456,00	R\$ 24,00	19	
Dezembro		R\$ 432,00	R\$ 24,00	18	
2012	Janeiro	R\$ 408,00	R\$ 4.133,04	R\$ 24,00	17
	Fevereiro	R\$ 293,04		R\$ 24,00	12
	Março	R\$ 432,00		R\$ 24,00	18
	Abril	R\$ 408,00		R\$ 24,00	17
	Maiο	R\$ 432,00		R\$ 24,00	18
	Junho	R\$ 408,00		R\$ 24,00	17
	Julho	R\$ 456,00		R\$ 24,00	19
	Agosto	R\$ 432,00		R\$ 24,00	18
	Setembro	R\$ 432,00		R\$ 24,00	18
	Outubro	não repassado em 2012		R\$ 24,00	17
	Novembro	não repassado em 2012		R\$ 24,00	15
	Dezembro	não repassado em 2012		R\$ 24,00	15
	TOTAL REPASSADO			R\$ 16.133,04	

Fonte: SIAFI

5.4. Utilização de Suprimento de Fundos, Contas Bancárias tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal

No período a que se refere o presente relatório e nos dois exercícios anteriores, não houve utilização de suprimento de fundos, movimentação de contas bancárias tipo B, nem uso de Cartão de Pagamento do Governo Federal.

5.5. Renúncia Tributária

Não ocorreu no período.

6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

6.1. Informações sobre a Estrutura de Pessoal da Unidade

6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro XXII – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	177	177	20	21
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	177	177	20	21
1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
4. Total de Servidores (1+2+3)	177	177	20	21

Fonte: SIAPE

6.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro XXIII – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	02
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	01
1.2. Exercício de Função de Confiança	--
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (Lei 8.112, art 93, Inc I)	01
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	01
5. Para Exercício de Mandato Eletivo	01
6. Para Estudo ou Missão no Exterior	--
7. Para Serviço em Organismo Internacional	--
8. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	--
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	19
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	03
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	02
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	--
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	14
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	01
4.1. Doença em Pessoa da Família	01
4.2. Capacitação	--
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	--
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	--
5.2. Serviço Militar	--
5.3. Atividade Política	--
5.4. Interesses Particulares	--
5.5. Mandato Classista	--
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo) * Art. 203/Lei 8.112	*29
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	52

Obs: * Total de servidores afastados acima de 30 dias ao longo do ano de 2012.

Fonte: SIAPE

6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

Quadro XXIV – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	01	01	01	01
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior			01	01
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	01	01		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	17	17	08	14
4. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	17	17	08	14
5. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	18	18	09	15

Fonte: SIAPE

6.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro XXV – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	15	62	48	29	05
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	15	62	48	29	05
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de Cargo em Comissão		07	08	03	
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				01	
2.3. Funções Gratificadas		07	08	02	
3. Totais (1+2)	15	69	56	32	05

Fonte: SIAPE

6.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro XXVI – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
2. Provimento de Cargo Efetivo	-	-	-	1	62	91	5	-	-
1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Servidores de Carreira	-	-	-	1	62	91	5	-	-
3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	03	13	2	-	-
1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	01	-	-	-
3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	3	12	2	-	-
4. Totais (1+2)	-	-	-	01	65	104	7	-	-

LEGENDA
Nível de Escolaridade
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

6.1.3. Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro XXVII - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Rebribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	43.304.364	20.399	5.482.698	31.568	---	2.788.963	82.751	6.894	109.136	51.826.772
	2011	18.608.813	---	2.577.555	643.380	689.912	158.250	---	---	---	22.034.532
	2010	16.999.460	---	1.474.866	495.174	---	369.572	904.661	---	---	20.243.734
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	462.457	---	55.464	---	---	21.719	---	---	563	540.203
	2011	114.765	---	9.938	3.312	7.104	---	33	---	926	136.080
	2010	106.196	---	9.376	3.125	---	---	4.782	---	---	123.481
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	236.294	54.325	25.270	---	---	11.289	---	---	---	327.178
	2011	109.765	24.090	19.454	4.323	5.568	---	---	---	387	159.264
	2010	---	48.504	4.042	1.347	---	---	3.648	---	---	57.542
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	5.348.970	160.761	695.912	---	---	320.176	5.692	323	5.625	6.537.459
	2011	2.663.842	74.257	239.096	73.242	138.352	38.361	3.631	---	1.4549	3.245.333
	2010	---	73.775	---	---	---	---	---	---	---	73.775

Fonte: SIAPE

6.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro XXVIII - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	96	0
1.1 Voluntária	86	-
1.2 Compulsória	3	-
1.3 Invalidez Permanente	7	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	3	0
2.1 Voluntária	3	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	99	0

Fonte: SIAPE

6.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro XXIX - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	50	2
1.1 Integral	50	2
1.2 Proporcional	-	-
2. Em Atividade	2 (*)	-
3. Total (1+2)	52	2

Fonte: SIAPE

(*) Beneficiários de Pensão iniciada no exercício de 2011 e transferida para esta regional no exercício de 2012.

6.1.5. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

No âmbito Federal, o sistema SERPRO detecta e inibe a acumulação indevida de cargos.

6.1.6. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Nos casos de acumulação indevida de cargos, o servidor é notificado para optar por um deles, dentro do prazo de 05 dias. Caso não exerça a opção dentro desse prazo ele é notificado de que será exonerado. Se nenhuma manifestação for recebida no prazo de 10 dias, a partir da segunda notificação, o servidor é exonerado.

6.1.7. Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

O processos referentes aos Atos de Pessoal, sujeitos a registros e comunicação, são integralmente despachados à CGRH/DPRF, que toma as providências relacionadas ao SISAC.

6.1.7.2. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Quadro XXX – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

Não houve nos dois últimos exercícios, atos sujeitos à remessa física ao TCU, seja decorrentes de pensões graciosas ou indenizatórias, seja quaisquer outros atos fora do SISAC.

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Esta Unidade Jurisdicionada não possui Órgão de Controle Interno.

6.1.8. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Esta UJ não apresenta indicadores gerenciais desenvolvidos para Recursos Humanos. No entanto, há previsão de desenvolvimento desse tema, sob a Coordenação da CGRH/DPRF.

6.2. Terceirização de Mão de Obra e Quadro de Estagiários

6.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Não há cargos ou atividades do Plano de Cargos da Regional ocupados por servidores terceirizados.

6.2.2. Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Não há cargos ou atividades do Plano de Cargos da Regional ocupados por servidores terceirizados.

6.2.3. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não há cargos ou atividades do Plano de Cargos da Regional ocupados por servidores terceirizados.

6.2.4. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro XXXI - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: 13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão:200129/00001							CNPJ:00.394.494/0124-95						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	05/2012	01.182.827/0001-26	01/06/12	01/06/13	14	14					A
2010	V	O	11/2010	05.072.256/0001-28	19/06/2010	19/06/2012	20	20					E
2012 (emergencial)	V	E	10/2012	11.866.801/0001-50	20/06/12	19/09/12	25	25					E
2012 (atual)	V	O	11/2012	11.866.801/0001-50	20/09/12	20/09/13	25	25					A
Observações: Para os serviços de Limpeza e Conservação, não é exigida escolaridade. Para os serviços de vigilância é exigido o curso de especialização para atividade fim, independentemente de escolaridade. O Contrato indicado como emergencial assim o foi devido a liminar/mandado de segurança impetrado por Juiz Federal, que sustou o Pregão 03/2012.													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Gestão de contratos da Unidade e SIASG

6.2.5 . Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro XXXII - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: 13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão: 200129							CNPJ: 00.394.494/0124-95						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	5	O	12/2011	09.720.595/0001-24	12/12/2011	12/12/2012	06	06	-	-	-	-	E
2011	12	O	10/2011	07.119.176/0001-06	16/11/2011	16/11/2012	01	01	-	-	-	-	E
Observações:													
<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

Fonte: SIASG

6.2.6. Composição do Quadro de Estagiários

Quadro XXXIII - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	03	01	02	02	9.647,73
1.1 Área Fim	–	–	–	–	--
1.2 Área Meio	03	01	02	02	9.647,73
2. Nível Médio	12	11	11	09	39.589,04
2.1 Área Fim	03	02	02	02	8.358,67
2.2 Área Meio	09	09	09	07	31.230,37
3. Total (1+2)	15	12	13	11	49.236,77

Fonte: SIAPE

7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

7.1. Gestão da Frota de Veículos

7.1.1. Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

a1- DECRETO Nº6403 DE 17 DE MARÇO DE 2008 - Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

a2- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 15 DE MAIO DE 2008 - SLTI MPOG - Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

a3- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 07, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011 – DPRF - Disciplina a classificação, a identificação, o controle, o uso e a guarda dos veículos terrestres automotores no âmbito da Polícia Rodoviária Federal e dá outras providências.

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

Pelo cumprimento às obrigações constitucionais conferidas ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), impondo-se a disponibilidade de viaturas em ideais condições de segurança e conservação, visando o desenvolvimento das atividades precípuas do órgão (policimento ostensivo, atendimento de acidentes, auxílios a usuários, etc.). Ressalta-se que o patrulhamento desenvolve-se diuturnamente nas rodovias federais durante períodos de 24 horas, nos 7 dias da semana.

A viatura policial operacional como administrativa é principal ferramenta de trabalho do Policial Rodoviário Federal, não só impacta na qualidade e eficiência dos serviços prestados a sociedade quanto na preservação da integridade física destes servidores públicos.

Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS					
GRUPO	UTILIZAÇÃO		CARACTERÍSTICA	USUÁRIO	QUANTITATIVO
I - Veículos de representação	Na representação oficial		Veículo com características adequadas a alta apresentação do restado	Autoridades referidas no art. 3º do Decreto 6403/08	000
II – Veículos especiais	Conforme regulamentação prevista no art. 4º do Decreto 6403/08				000
III – Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridade em serviço		Automóvel – capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Autoridades referidas no art. 5º do Decreto 6403/08	001
IV – Veículos de serviço comum	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	Veículo básico – automóvel, motocicleta, motoneta ou ciclomotor – capacidade de motorização compatíveis com o serviço	Servidor em serviço externo	019
		Transporte coletivo	Veículo básico – ônibus, micro-ônibus ou van, capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidores por necessidade do serviço	000
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	Veículo básico – automóvel de carga, furgão, utilitário ou pick-up - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidor no transporte de carga e serviço	000
		Transporte de carga pesada	Veículo básico – caminhão, caminhão guincho, reboque ou semi reboque capacidade e motorização compatíveis com o serviço.	Servidor na execução de atividades específicas	005
		Atividades específicas	Veículo de tração – trator de rodas, de esteira ou misto, pá mecânica, motoniveladora e outros equivalentes		000
V – Veículos de serviços especiais	Na realização de atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados		Veículos com especificações próprias devidamente justificadas – capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidor no desempenho das atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados.	058
TOTAL					83

Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

GRUPO	CARACTERISTICA		MÉDIA ANUAL DE QUILÔMETROS RODADOS
III – Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridade em serviço		18.746
IV – Veículos de serviço comum	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	191.295
		Transporte coletivo	
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	
		Transporte de carga pesada	
		Atividades específicas	
V – Veículos de serviços especiais	Na realização de atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados		906.429

Idade média da frota, por grupo de veículos

GRUPO	CARACTERISTICA		IDADE MÉDIA DA FROTA
III – Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridade em serviço		2,0 anos
IV – Veículos de serviço comum	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	8,25 anos
		Transporte coletivo	
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	
		Transporte de carga pesada	
		Atividades específicas	
V – Veículos de serviços especiais	Na realização de atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados		4,57 anos

Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

GRUPO	CARACTERISTICA		MANUTENÇÃO PREVENTIVA /CORRETIVA
III – Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridade em serviço		R\$ 1.679,53
IV – Veículos de serviço comum	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	R\$ 43.695,44
		Transporte coletivo	
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	
		Transporte de carga pesada	
		Atividades específicas	
V – Veículos de serviços especiais	Na realização de atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados		R\$ 131.986,82
	TOTAL		R\$ 177.361,79

GRUPO	CARACTERISTICA		COMBUSTÍVEL
III – Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridade em serviço		R\$ 9.881,40
IV – Veículos de serviço comum	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	R\$ 61.290,33
		Transporte coletivo	
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	
		Transporte de carga pesada	
		Atividades específicas	
V – Veículos de serviços especiais	Na realização de atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados		R\$ 312.369,74
	TOTAL		R\$ 383.541,47

GRUPO	CARACTERISTICA		DPVAT
III – Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridade em serviço		R\$ 96,63
IV – Veículos de serviço comum	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	R\$ 2.600,85
		Transporte coletivo	
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	
		Transporte de carga pesada	
		Atividades específicas	
V – Veículos de serviços especiais	Na realização de atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados		R\$ 6.821,40
	TOTAL		R\$ 9.518,88

GRUPO	CARACTERISTICA		TOTAL
III – Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridade em serviço		R\$ 11.657,56
IV – Veículos de serviço comum	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	R\$ 107.586,62
		Transporte coletivo	
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	
		Transporte de carga pesada	
		Atividades específicas	
V – Veículos de serviços especiais	Na realização de atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados		R\$ 451.177,96
	TOTAL		R\$ 570.422,14

f.1- A gestão de frota da 13ªSRPRF/AL é realizada por dois servidores, sendo os dois policiais rodoviários.

Plano de substituição da frota

O plano de substituição da frota dá-se de forma centralizada pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ, através de sistema de informatizado de dados que, atualmente, é gerenciado pelo Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC, ferramenta denominada Módulo Transporte.

Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

A ferramenta principal de trabalho do policial rodoviário federal é a viatura policial, que apresenta características singulares em detrimento da atividade policial. As características estabelecidas pelo artigo 29, inciso VII da Lei 9.503/97, dispositivos de alarme sonoro e iluminação vermelha intermitente, bem como compartimento para presos são essenciais e imprescindíveis para atividade. Neste viés são classificados como veículos especiais, o que difere do padrão dos veículos utilizados nas locações costumeiras.

Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

O controle e gestão da frota é realizada através do Núcleo de Serviços Gerais, núcleo subordinado da Seção Administrativa e Financeira, com atribuições específicas conferidas no artigo 87 da Portaria 1.375/2007 – Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Sendo que os serviços de manutenção corretiva e preventiva da frota, no ano 2012, foram realizadas através de contratação direta, dois Contratos Administrativos, formalizados através de Pregão Eletrônico.

Os veículos da 13ªSRPRF/AL possuem processo próprio de manutenção, razão pelo qual, a cada serviço a ser executado, é emitido uma Ordem de Serviço – OS, conferindo os serviços em garantia, descontos aplicados sobre as peças, e o quantitativo de hora técnica multiplicados pelo valor da hora contratada. Os meios utilizados pela administração garantem a efetividade e o cumprimento dos princípios constitucionais do economicidade e eficiência proferidas pelo artigo 37 da CF.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

Não há veículos automotores a serviço da UJ, que sejam contratados de terceiros.

7.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário Próprio

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro XXXIV – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	ALAGOAS	9	9
	- Atalaia	1	1
	- Canapi	1	1
	- Maceió	2	2
	- Novo Lino	1	1
	- Palmeira dos Índios	1	1
	- São Miguel dos Campos	1	1
	- São Sebastião	1	1
	- União dos Palmares	1	1
Subtotal Brasil		9	9
EXTERIOR		-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		9	9

Fonte: SPIUNET

7.2.2. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro XXXV – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200129	2707.00008.500-9	18	4	R\$ 28.000,00	01/03/2012	R\$ 84.455,15	-	-
200129	2731.00005.500-5	21	4	R\$ 5.349,66	01/03/2012	R\$ 63.824,22	-	R\$ 17.740,40
200129	2785.00301.500-3	13	4	R\$ 174.771,04	01/03/2012	R\$ 2.841.525,45	-	-
200129	2785.00353.500-7	18	2	R\$ 580.155,26	01/03/2012	R\$ 2.382.819,10	-	-
200129	2811.00004.500-1	18	4	R\$ 22.000,00	01/03/2012	R\$ 67.194,01	-	-
200129	2825.00020.500-9	18	2	R\$ 54.528,77	01/03/2012	R\$ 498.114,33	-	-
200129	2871.00014.500-0	12	3	R\$ 164.391,97	01/03/2012	R\$ 245.198,12	R\$ 54.904,03	-
200129	2875.00006.500-9	18	2	R\$ 35.000,00	01/03/2012	R\$ 580.519,81	-	-
200129	2885.00035.500-4	18	4	R\$ 32.000,00	01/03/2012	R\$ 136.600,71	-	-
Total							R\$ 54.904,03	R\$ 17.740,40
Fonte: SPIUNET								
LEGENDA								
Regime			Estado de Conservação					
13 – Entrega – Adm. Federal Direta		18 – Irregular – Outros		1 – Novo		5 – Reparos Importantes		
21 – Uso em Serviço Público				2 – Muito Bom		6 – Ruim		
21 – Uso em Serviço Público				3 – Bom		7 – Muito Ruim (valor residual)		
				4 – Regular		8 – Sem Valor		

Análise crítica: esta UJ não tem imóveis locados de terceiros. No ano de 2012 foram procedidas as reavaliações de todos os imóveis de responsabilidade desta UJ.

8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

8.1. Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro XXXVI – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
3	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
3	3 monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
3	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
2	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
2	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
2	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
2	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
2	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
2	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
3	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
3	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
3	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
3	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
3	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
3	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
3	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
2	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
2	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
2	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
2	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
x	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
x	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.

<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input checked="" type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input checked="" type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input checked="" type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
<input type="checkbox"/>	(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	(3) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	(2) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	(2) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

9. Gestão do Uso de Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

9.1. Informações quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens, Materiais de Tecnologia da Informação (TI) e na Contratação de Serviços ou Obras

Quadro XXXVII - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <ol style="list-style-type: none"> critérios adotados: <ol style="list-style-type: none"> critérios de participação nas licitações, não permitindo que empresas que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998; critérios de habilitação jurídica ao exigir a apresentação de comprovantes, para o exercício de atividade de construção de obras civis, classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009: Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata. critérios para utilização de normas técnicas a exemplo do “Manual de Obras Públicas Sustentáveis”, Esse trata de soluções para a eficiência energética, a gestão e economia de água e a gestão de resíduos. Quanto a esse último consigna: “O gerenciamento de resíduos da construção deve ser iniciado na fase de projetos, com a especificação de materiais e sistemas construtivos de baixo impacto ambiental, privilegiando-se materiais que gerem resíduos de baixa ou nenhuma periculosidade e contaminação e, conseqüentemente, promovendo-se a redução dos custos, da quantidade de recursos naturais e de energia necessários, e do impacto ambiental.” critérios para submeter as empresas participantes dos certames à legislação ambiental em geral à depender do objeto licitado. 					X
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.					X
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? <p>Exemplificamos o Edital da Tomada de Preços 1/2012 o qual teve o objeto reforma predial, onde foram exigidas as seguintes certificações:</p> 					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>a) conforme Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009: Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata.</p> <p>b) 10.1.14 Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte; · Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 – <i>Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade</i>, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – <i>Níveis de Ruído para conforto acústico</i>, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata; · Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes; 					
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? A utilização sistemática nos últimos anos de lâmpadas frias, tecnicamente mais econômicas, estão sendo utilizadas de forma empírica, com a intenção de baixar custos com tais despesas, contudo, não há estudo formalizado que mensure o impacto dessas aquisições no consumo. 				X	
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Produtos adquiridos: Papel reciclado. 					X
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 					X
	Sim (x)		Não ()		
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Podemos exemplificar a preferência nos seguintes termos: <ul style="list-style-type: none"> a) Aquisição de material reciclado no ano de 2012 por meio de participação em Pregão Eletrônico (Ata de Registro de Preços) nº 52/2011 (UG 3º Distrito/GO/DPRF/MJ) b) Contratação de reforma predial da sede administrativa (Tomada de Preços 1/2012): exigências editalícias que tratam da questão de materiais reciclados e afins, a exemplo de: <ul style="list-style-type: none"> I - 10.1.13 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos: <ul style="list-style-type: none"> a. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes 					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<p>Licitações Sustentáveis</p> <p>técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;</p> <p>b. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:</p> <p>b.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;</p> <p>b.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;</p> <p>b.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;</p> <p>b.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.</p> <p>c. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;</p> <p>d. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.</p>					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. Sim. Observa-se que esta UJ adquiriu recipientes separadores de lixo para implementação de separação dos resíduos recicláveis em suas unidades administrativas, como instituiu comissão formada por servidores os quais serão responsáveis pelo acompanhamento da referida implementação e a destinação final de tais resíduos da coleta solidária.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.	X				
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Observamos que apesar de não existirem pesquisas formalizadas na UJ com o intuito de mensurar o impacto no consumo de água e energia, tendo em vista não haver na UJ programa instituído para tal finalidade, a utilização sistemática nos últimos anos de lâmpadas frias, tecnicamente mais econômicas, estão sendo utilizadas de forma empírica, com a intenção de baixar custos com tais despesas. 					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	x				
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 					
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2. Informações sobre medidas adotadas pelas unidades que compõem o relatório de gestão para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água

Quadro XXXVIII – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Valores em
R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Não adesão a programas de sustentabilidade						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	549 resmas	480 resmas	475 resmas	5788,38	4603,02	4708,40
Água	3321 m3	1473 m3	2775 m3	24392,11	17202,05	14041,87
Energia Elétrica	293704 kWh	312122 kWh	241401 kWh	132562,22	143926,47	114083,02
			Total	162652,71	165731,54	132833,29

Fonte: SIAFI

10. Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas

10.1. Providências Adotadas para Atender às Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria do Órgão de Controle Interno a que a Unidade Jurisdicionada se Vincula ou as Justificativas para o não Cumprimento

10.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro XXXIX - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
13ª SUPERINTENDÊNCIA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - ALAGOAS					200129
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC-027.004/2012-0	8848/2012 – 2ª Câmara	-	-	0999/2012/TCU/SECEX/AL
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
					200129
Descrição da Deliberação					
NÃO HÁ DELIBERAÇÕES NO ACORDÃO – DADA PLENA QUITAÇÃO AOS GESTORES RESPONSÁVEIS					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
					200129
Síntese da Providência Adotada					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro XL - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
13ª SUPERINTENDÊNCIA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - ALAGOAS					200129
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC-027.004/2012-0	8848/2012 – 2ª Câmara			Ofício nº 0999/2012/TCU/SECEX/AL
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação					
Não há recomendações do plano de providências permanente pendentes de atendimento, como também, inexistem determinações/recomendações do TCU para a UJ – Fonte: certificado nº 201203605/CGU/Secretaria Federal De Controle Interno.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
					200129
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

10.1.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Quadro XLI - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
13ª SUPERINTENDÊNCIA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - ALAGOAS			200129
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203605	6.1.1.1	Memorando 082/2012/AECI/MJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
13ª SUPERINTENDÊNCIA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - ALAGOAS			200129
Descrição da Recomendação			
Que a UJ envie esforços junto ao DPRF para que o mesmo providencie a elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão, nos moldes do art. 11 do Decreto nº 6.932/2009.			

Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Gabinete Regional	200129
Síntese da Providência Adotada	
Gestão junto ao órgão central DPRF/MJ no sentido de verificar se o mesmo teria ação planejada para adoção de medidas para atender o art. 11 do Decreto nº 6.932/2009.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
O órgão central DPRF providenciou a elaboração da Carta de Serviços ao Cidadão nos moldes do Decreto em referência, tendo sido o mesmo disponibilizado na internet por meio do sítio oficial www.dprf.gov.br no link: http://www.dprf.gov.br/extranet/portals/Portalst/ContaServicosDPRF.pdf . A UJ deve ainda nos próximos meses realizar divulgação deste material nas dependências de sua Sede Administrativa, como também, nos postos de serviço operacionais descentralizados, no sentido de disponibilizar o mesmo para os cidadãos que de alguma forma não tenham acesso a internet e que frequentam o órgão em busca de algum tipo de serviço pertinentes as atividades finalísticas da PRF em Alagoas.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Fatores positivos: A documentação elaborada para atender a recomendação em pauta, encontra-se disponível na rede mundial de computadores (sítio oficial), possibilitando abrangência de acesso as informações por parte do cidadãos usuários das rodovias federais em nível nacional. Além disso, o material produzido pelo órgão central oferta caráter de uniformidade de informações, fato que a UJ observa de muita relevância, pois o público-alvo receberá informações uniformes acerca dos serviços prestados pela PRF em nível de Brasil.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
13ª SUPERINTENDÊNCIA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - ALAGOAS			200129
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203605	6.1.2.1	Memorando 082/2012/AECI/MJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
13ª SUPERINTENDÊNCIA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - ALAGOAS			200129
Descrição da Recomendação			
Estabelecer uma segregação de atividades dentro do próprio Núcleo de Administração de Pessoal - NUAP onde uma parte dos servidores desenvolveriam a função de cadastro e outros de elaboração da folha.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Recursos Humanos			200129
Síntese da Providência Adotada			
Foi estabelecido segregação de atividades dentro do próprio Núcleo de Administração de Pessoal - NUAP onde um servidor está desenvolvendo a função de cadastro e o Chefe do Núcleo está envolvido com a elaboração da folha.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A segregação de atividades dentro do próprio Núcleo de Administração de Pessoal foi implementada.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A segregação de atividades no âmbito da Regional tem sido dificultada pela carência qualitativa e quantitativa de servidores.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
13ª SUPERINTENDÊNCIA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - ALAGOAS			200129
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203605	6.1.3.1	Memorando 082/2012/AECI/MJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
13ª SUPERINTENDÊNCIA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - ALAGOAS			200129
Descrição da Recomendação			
Realizar estudos quanto ao dimensionamento da força de trabalho, no que diz respeito ao quantitativo, composição e perfil, bem como quanto à definição de estratégias e ações que se fazem necessárias para viabilizar o alcance das necessidades operacionais da UJ.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Recursos Humanos			200129
Síntese da Providência Adotada			
A Seção de Recursos Humanos realizou estudos quanto ao dimensionamento da força de trabalho, no que diz respeito ao quantitativo, composição e perfil, bem como quanto à definição de estratégias e ações que se fazem necessárias para viabilizar o alcance das necessidades operacionais da UJ.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A UJ, por meio da Seção de Recursos Humanos, diante dos estudos realizados acerca da força de trabalho, fez gestão junto ao DPRF/MJ, no sentido de que aquele órgão central destinasse maior quantitativo de pessoal, com o intuito de atender a demanda de mão de obra para a atividade-fim e meio da UJ.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A UJ acredita ter sensibilizado o órgão central da necessidade de dispor de mais mão-de-obra para as atividades-fim e meio da unidade.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
13ª SUPERINTENDÊNCIA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - ALAGOAS			200129
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203605	6.1.3.1	Memorando 082/2012/AECI/MJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
13ª SUPERINTENDÊNCIA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - ALAGOAS			200129
Descrição da Recomendação			
Envidar esforços junto ao DPRF para o aumento do quantitativo de pessoal na Unidade Regional.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Recursos Humanos			200129
Síntese da Providência Adotada			
A UJ, por meio da Seção de Recursos Humanos, diante dos estudos realizados acerca da força de trabalho, fez gestão junto ao DPRF/MJ, no sentido de que aquele órgão central destinasse maior quantitativo de pessoal, com o intuito de atender a demanda de mão de obra para a atividade-fim e meio da UJ.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

A UJ aguarda movimentação de servidores oriundos dos próximos concursos públicos para o preenchimento das lacunas do ponto de vista de carência de pessoal.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
A UJ acredita ter sensibilizado o órgão central da necessidade de dispor de mais mão-de-obra para as atividades-fim e meio da unidade.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
13ª SUPERINTENDÊNCIA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - ALAGOAS			200129
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203605	6.1.2.1	Memorando 082/2012/AECI/MJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
13ª SUPERINTENDÊNCIA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - ALAGOAS			200129
Descrição da Recomendação			
Implementar na UJ a separação dos resíduos recicláveis e proceder a uma destinação adequada aos mesmos, em observância ao Decreto nº 5.940/2006.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete Regional			200129
Síntese da Providência Adotada			
A UJ adquiriu recipientes para as unidades administrativas e operacionais para a fazer a separação dos resíduos recicláveis para dar a destinação adequada aos mesmos, em observância ao Decreto nº 5.940/2006.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A UJ observa que a execução de separação dos resíduos recicláveis está sendo incorporada na rotina dos servidores do órgão, assim como, junto ao pessoal terceirizado que trabalha na limpeza e conservação nas dependências do mesmo. A coleta de tais resíduos será executada por cooperativas especializadas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A UJ verifica que a coleta dos resíduos em pauta pode ser dificultada em função de que alguns municípios do Estado de Alagoa podem não possuir as entidades cooperadas que costumeiramente exercem esta atividade.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
13ª SUPERINTENDÊNCIA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - ALAGOAS			200129
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201203605	6.1.4.1	Memorando 082/2012/AECI/MJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
13ª SUPERINTENDÊNCIA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - ALAGOAS			200129
Descrição da Recomendação			
Sempre que possível nas futuras aquisições realizadas pela UJ seja dada preferência à aquisição de produtos reciclados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção Administrativa e Financeira			200129

Síntese da Providência Adotada
A UJ adquiriu em 2012 papel reciclado.
Síntese dos Resultados Obtidos
A UJ adquiriu em 2012 papel reciclado.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não foram detectados Fatores Negativos que Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor.

10.1.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro XLII - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
13ª SUPERINTENDÊNCIA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - ALAGOAS			200129
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203605	6.1.2.2	Memorando 082/2012/AECI/MJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
13ª SUPERINTENDÊNCIA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - ALAGOAS			200129
Descrição da Recomendação			
Implantar uma sistemática de acompanhamento (monitoramento) dos controles internos adotados pela UJ, com a finalidade de diminuir os riscos e implementar melhorias nos referidos controles			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete Regional			200129
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Esta Regional não possui em sua estrutura órgão de controle interno.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A implementação da recomendação em pauta depende de pessoal com competência legal e qualificação técnica para elaboração de programas compatíveis com as ações necessárias de implementação, o qual a UJ não dispõe. Além disso, não existe no organograma da UJ setores específicos para atuar na área de controles internos, sendo que tal organograma é feito pelo órgão central em Brasília-DF.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
13ª SUPERINTENDÊNCIA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - ALAGOAS			200129
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203605	6.1.2.2	Memorando 082/2012/AECI/MJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
13ª SUPERINTENDÊNCIA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - ALAGOAS			200129

Descrição da Recomendação	
Implementar mecanismos de identificação dos processos críticos para consecução dos objetivos e metas da UJ, os quais devem ser previamente estabelecidos e disseminados entre os servidores.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Gabinete Regional	200129
Justificativa para o seu não Cumprimento	
A implementação da recomendação em pauta depende de pessoal com competência legal e qualificação técnica para elaboração de programas compatíveis com as ações necessárias de implementação, o qual a UJ não dispõe.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A implementação da recomendação em pauta depende de pessoal com competência legal e qualificação técnica para elaboração de programas compatíveis com as ações necessárias de implementação, o qual a UJ não dispõe. Além disso, não existe no organograma da UJ setores específicos para atuar na área de controles internos, sendo que tal organograma é feito pelo órgão central em Brasília-DF.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
13ª SUPERINTENDÊNCIA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - ALAGOAS			200129
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203605	6.1.4.1	Memorando 082/2012/AECI/MJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
13ª SUPERINTENDÊNCIA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - ALAGOAS			200129
Descrição da Recomendação			
Que a UJ promova campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete Regional			200129
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Excesso de volume de serviço frente ao quantitativo de servidores disponíveis para elaboração de programas de campanhas com o objetivo de diminuir o consumo de água e energia elétrica, tendo em vista o reduzido quadro de servidores de atividade-meio que a UJ dispõe no momento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Apesar do reduzido quadro de servidores disponíveis para serem destacados para a elaboração de programas para efetivação de campanhas que possam ser implementadas com o intuito de estimular a redução de consumo com energia elétrica e água, esta UJ planeja aderir no biênio de 2013/2014 a programas de eficiência energética e de conscientização ambiental.			

10.2. Cumprimento das Obrigações Estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de Novembro de 1993, Relacionadas à Entrega e ao Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

Quadro XLIII – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	7	16	18
	Entregaram a DBR	7	16	18
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte:

10.2.1. Análise Crítica

Em razão da PORTARIA INTERMINISTERIAL MP/CGU Nº 298, de 06/09/2007, D.O.U. de 11/09/2007, os servidores ocupantes de função de confiança desta 13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal firmaram compromisso autorizando o acesso aos dados de suas declarações anuais de imposto de renda, logo, deixamos de exigir que a original fosse entregue à Seção de Recursos Humanos. Ressalto que os demais servidores fizeram termo de opção de autorização ao acesso aos dados de suas DBR ou Compromisso de entrega anual. Informo ainda que os Termos e Declarações ficam guardadas em pastas nos arquivos da Seção de Recursos Humanos que tem a incumbência de recepcionar as DBR. Outrossim, informo que encontram-se disponíveis naquela Seção os Termos de Compromisso de todos os servidores da Regional.

10.3. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011

DECLARAÇÃO

Eu, Gil Eanes Dias de Melo, CPF nº 483.468.374-53, ocupante do cargo de Policial Rodoviário Federal, exercendo a função de Chefe da Seção Administrativa e Financeira, na 13 Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/AL, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Não obstante, observamos que existe um único contrato (nº 5/2011) não incluso no SIASG, tendo em vista o mesmo ter sido originado de uma adesão a uma Ata de Registro de Preços, a título de não participante, promovida e registrada pela Procuradoria da República sediada em Brasília/DF, órgão não integrante do SIASG. Quer dizer, aquele órgão público realizou a licitação em questão apartada do sistema SIASG, não permitindo a adesão de forma ordinária no mesmo. Assim, por intermédio do Ministério do Planejamento – MPOG/DLSG/SLTI, a adesão em pauta foi instrumentalizada no sentido de possibilitar a feitura do empenho de despesa no sistema SIASG, viabilizando a contratação. Ou seja, até aquela ocasião o sistema SIASG não permitia o registro de contratos decorrentes de licitação realizada por órgão não integrante do sistema SIASG. Também não possibilitando a publicação de forma automatizada da avença no Diário Oficial da União. Devido a este impedimento em nível de sistema SIASG, a publicação em tela foi efetivada pelo sistema INcom da Imprensa Nacional.

Maceió, 28 de março de 2013.

GIL EANES DIAS DE MELO
CPF 48346837453
Chefe da Seção Administrativa e Financeira/13ª SRPRF/AL

11. Informações Contábeis

11.1. Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1. Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Esta UJ, embora historicamente não adote qualquer metodologia para esse fim, terá rotina própria e homogênia com as demais UJs que compõem o DPRF, haja vista a implantação do SIPAC, instrumento gerencial de largo alcance em várias áreas da Administração, que se encontra em fase de desenvolvimento.

11.2. Declaração do Contador Responsável



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
13ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			200129
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p style="margin-left: 40px;">a) 169 - CONVÊNIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA; b) 106 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP.ATIVO IMOBILIZADO; c) 115 - FALTA DE REAV./REDUÇÃO DE ATIVOS PERMANENTES; d) 170 - CONVÊNIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA; e) 253 - SALDO INVERTIDO/INDEVIDO - PASSIVO EXIG. LP.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	25 de fevereiro de 2013
Contador Responsável	JOSÉ CARLOS GOMES	CRC nº	DF - 9.261/O-7


José Carlos Gomes
 CCONT/PROG/SE/MI
 Coordenador

11.2.1. Outras Informações

O DPRF disponibilizará sistemática para depreciações/amortizações, por meio do SIPAC para todas as Unidades Jurisdicionadas que compõem o Órgão, após o qual haverá metodologia apropriada para tais atualizações, evitando a ocorrência das restrições 106 e 115.

Sobre as restrições 169 e 170, relativas a convênios, devido a características peculiares do convênio que temos junto ao CIEE, com características que mais se assemelham a contrato que a convênio, ocorreram os saldos que geraram as restrições. Entretanto, mediante contato com a CCONT/MJ, que nos auxiliou neste mister, já regularizamos no presente exercício, as respectivas contas.

12. Conclusão

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal tem sua competência definida no artigo 144 da Constituição Federal disciplinando que a segurança pública é dever do Estado brasileiro, como também um direito e responsabilidade de todos, sendo exercida pelos órgãos de segurança pública, com intuito de preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio. Descreve ainda no parágrafo segundo do artigo acima mencionado: A Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais. Em nível infraconstitucional, existem leis e normas que definem um vasto conjunto de atribuições para a PRF.

Essas atribuições abrangem a responsabilidade de prevenir e reprimir crimes contra a vida e ao patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, furtos e roubos de veículos e bens, tráfico de entorpecentes e drogas afins, contrabando, descaminho e demais crimes legalmente previstos. Quando analisamos tais atividades encontramos um conteúdo bastante complexo, impondo às ações desse órgão público um alto nível de especialização comparado a outros órgãos federais.

Para a realização de tantas tarefas torna-se necessária a implementação de políticas públicas governamentais voltadas para a área de segurança pública, ressaltando a efetivação das metas propostas nos programas de ações e políticas sociais conduzidas pelo Governo Federal. Não se pode esquecer da aplicação intensiva de recursos tecnológicos e científicos, no sentido do emprego das inovações postas, como também, na cooperação técnica com órgãos de atividades correlatas, possibilitando uma maior eficiência na gestão (administrativa e operacional) do órgão; na busca pela otimização da aplicação dos recursos disponíveis, para a conquista de resultados, considerando a meta de racionalizar o uso dos orçamentos de custeio e investimento disponíveis.

Apesar da limitação de recursos, consideramos que a 13ª SRPRF-AL, no ano de 2012, realizou várias atividades operacionais relacionadas ao cronograma nacional e outras por iniciativa regional, como por exemplo, a fiscalização de veículos e pessoas (por meio de testes de etilômetros e abordagens), tendo como resultado o aumento de alguns indicadores: notificações, veículos retidos, CNH's recolhidas, animais recolhidos, auxílios a usuários, veículos recuperados, armas apreendidas, apreensão de drogas.

Foram executadas operações em conjunto com outros órgãos de segurança pública, tais como: Polícia Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Estadual, Polícia Militar, Polícia Civil, Força Nacional. Essa atitude é uma forma de otimizar e racionalizar os recursos disponíveis, financeiros e humanos, tornado possível atacar de forma eficaz a criminalidade.

Considerando toda a narrativa, esta Unidade Jurisdicionada acredita que no exercício de 2012, cumpriu com suas obrigações constitucionais, não esquecendo de que suas atividades carecem de um aprimoramento constante visando uma prestação de serviço com boa qualidade e lisura na utilização dos recursos públicos disponíveis.